

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES EM LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

Elisandra Aguirre da Cruz Schwarzbald

***ETHOS E DISCURSO FEMINISTA: A ARTICULAÇÃO DE  
MECANISMOS LINGUÍSTICOS E A NOÇÃO DE *SER MULHER****

Santa Maria, RS  
2020



**Elisandra Aguirre da Cruz Schwarzbald**

***ETHOS E DISCURSO FEMINISTA: A ARTICULAÇÃO DE MECANISMOS  
LINGUÍSTICOS E A NOÇÃO DE *SER MULHER****

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr. Ivani Cristina Brito Fernandes

Santa Maria, RS  
2020

Ficha catalográfica elaborada por meio do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pela autora.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Schwarzbold, Elisandra Aguirre da Cruz  
ETHOS E DISCURSO FEMINISTA: A ARTICULAÇÃO DE  
MECANISMOS LINGUÍSTICOS E A NOÇÃO DE SER MULHER /  
Elisandra Aguirre da Cruz Schwarzbold.- 2020.  
154 p.; 30 cm

Orientador: Ivani Cristina Brito Fernandes  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação  
em Letras, RS, 2020

1. Ethos 2. Enunciação 3. Feminismo 4. Feminismo em  
comum: para todas, todes e todos 5. Vamos juntas? O guia  
da sororidade para todas I. Brito Fernandes, Ivani  
Cristina II. Título.

Elisandra Aguirre da Cruz Schwarzbold

**ETHOS E DISCURSO FEMINISTA: A ARTICULAÇÃO DE MECANISMOS  
LINGUÍSTICOS E A NOÇÃO DE *SER MULHER***

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Aprovada em 18 de fevereiro de 2020:

  
Ivani Cristina Brito Fernandes, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)  
(Presidente/Orientadora)



Dantielli Assumpção Garcia, Dr<sup>a</sup>. (Unioeste) - Videoconferência

  
Célia Helena de Pelegrini Della Múa, Dr<sup>a</sup>.(UFSM)

Santa Maria, RS  
2020



## AGRADECIMENTOS

Neste momento, em que chego ao processo de defesa desta dissertação, agradeço primeiramente a Deus por me dar saúde e permitir que eu chegasse até aqui.

Ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – já que sou bolsista e o apoio financeiro contribuiu para que eu conseguisse produzir trabalhos e participar de vários eventos externos a Santa Maria.

À UFSM e todo seu corpo docente, além da direção e administração que me proporcionaram as condições necessárias para cumprir com minhas obrigações e alcançar meus objetivos.

À banca, professoras Dantielli Garcia e Celia Della Méa, pelas excelentes contribuições realizadas no processo de qualificação, as quais me permitiram um novo olhar sobre determinados aspectos, fazendo com que este texto fosse concluído com o mérito que merecia.

À minha orientadora, Professora Ivani Cristina, por todo o tempo que dedicou a me ajudar, pelas trocas de experiências, conversas e discussões, as quais foram tão importantes neste processo de escrita e conclusão deste trabalho. Ademais, às risadas, à parceria intelectual e ao bom humor que nos fortaleceram e contribuíram para que a caminhada fosse, de certa forma, mais leve.

Ao meu colega e amigo Jhonier Granada, pela parceria, carinho, dedicação, (inúmeras) contribuições e incansáveis dias (e noites) de estudos e discussões. Não poderia deixar de agradecer aos infinitos momentos de diálogos, gargalhadas, brincadeiras, *Gifs* divertidos (para todas as situações), guloseimas, trocas de experiências e companhia nos mais inusitados momentos desta trajetória. Sem dúvida, sentirei muita falta destes momentos.

À minha mãe (*in memoriam*), meu eterno amor, por ter colocado dentro de mim esse desejo de estudar, de lutar e ir em busca dos meus objetivos. Também, pelo tanto que me ensinou, pelos valores e princípios, os quais contribuíram para que eu me tornasse a pessoa que sou hoje. Tenho certeza do quão orgulhosa seria se estivesse entre nós.

Ao meu pai, pela dedicação, compreensão (sem nem mesmo entender bem o que estava acontecendo e o porquê de tanta ausência) e pelas inúmeras vezes que ficou com meu filho para que eu pudesse estudar. Por todo o carinho, atenção, cuidado, preocupação e disponibilidade em todos os momentos que precisei, exercendo com excelência o verdadeiro papel de pai e avô.

À minha amigona, Franciele Bortolini, por todas as vezes que ficou com meu filho, deu banho, comida, vestiu, fez dormir, levou e buscou na escola, realizando um verdadeiro papel

de mãe, para que eu pudesse ter mais tempo de escrever. Assim como todos os momentos que contribuí infinitamente e de diversas formas, me ouviu, se preocupou, ajudou no que foi (im)possível e ficou na torcida, incentivando-me a não desistir.

Um especial agradecimento às razões da minha existência, meu companheiro de todas as horas, meu amor, meu amigo e esposo, Rodrigo, e meu pequeno (grande) compreensivo, meu coração que bate fora do peito, meu motivo de luta diária, paixão de minha vida, meu filho Davi. Agradeço a vocês por toda a compreensão, carinho, cuidado e amor que tiveram comigo neste tempo todo, suportando minha ausência (mesmo quando estava junto), apoiando e me dando forças suficientes para seguir em frente. Amo vocês!!

A todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para que este trabalho fosse realizado.



## RESUMO

### ***ETHOS E DISCURSO FEMINISTA: A ARTICULAÇÃO DE MECANISMOS LINGUÍSTICOS E A NOÇÃO DE SER MULHER***

AUTORA: Elisandra Aguirre da Cruz Schwarzbald

ORIENTADORA: Ivani Cristina Brito Fernandes

O objetivo desta pesquisa é esboçar um perfil de *ethos* que emerge de um discurso feminista, em dois *manifestos de divulgação*, a partir do emprego de mecanismos linguísticos, em especial pronomes e verbos, que auxiliam a articulação da noção de *ser mulher*. Para isso, fundamentamo-nos na Linguística da Enunciação, por compreendermos que essa perspectiva permite ampla compreensão acerca da imagem do sujeito, o *ethos*, esboçado por meio de mecanismos linguísticos empregados na enunciação e recuperáveis a partir da análise das marcas deixadas no enunciado, seu produto. Como embasamento teórico, nos apoiamos em Benveniste (1989; 1995), Amossy (2005), Maingueneau (2015), Fiorin (2008), Flores e colaboradores (2013; 2017), Flores (2013), Flores e Teixeira (2012), entre outros. Metodologicamente, analisamos dois *manifestos de divulgação* que discorrem sobre concepções feministas: *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*, de Márcia Tiburi (*manifesto FC*) e, *Vamos juntas? O guia da sororidade para todas*, de Babi Souza (*manifesto VJ*). Quantitativamente, a análise dessas materialidades consistiu na identificação, descrição e categorização dos pronomes pessoais do caso reto e dos verbos, na primeira e terceira pessoas do singular e do plural, em que priorizamos, unicamente, as sequências em que tais classificações gramaticais estavam relacionadas com a noção de *ser mulher*. Qualitativamente, de acordo com os métodos da transversalidade enunciativa (FLORES, 2010) e do paradigma indiciário (GINZBURG, 1989), refletimos sobre os efeitos de sentido decorrentes do uso desses mecanismos, contribuindo para esboçar o perfil de *ethos* que emerge de um discurso feminista de divulgação. Os resultados alcançados na análise quanti-qualitativa dão conta de explicitar que, no *manifesto FC*, encontram-se o maior número de pronomes e verbos nas terceiras pessoas. Porém, como possui, também, marcas de primeiras pessoas, evidenciamos um movimento linguístico na postura do locutor, o que nos indica um ser que aborda a questão de *ser mulher* de duas maneiras: como *mulher* e como representante social. Tal ambiguidade enunciativa nos indica um perfil de *ethos* ambíguo. No que tange ao *manifesto VJ*, notamos que os pronomes e os verbos nas primeiras pessoas têm maior representatividade, revelando-nos efeitos de subjetividade do locutor. Esse dado nos indica que o locutor aborda a noção de *ser mulher* muito mais pela sua própria vivência, marcando-se linguisticamente por meio do pronome *eu*. Assim, ele se coloca como pertencente ao grupo de mulheres, aproximando-se do interlocutor como um *porta-voz* dessa coletividade. Esses efeitos relacionam-se com o processo de apropriação da língua pelos locutores dos textos e, diante disso, compreendemos que no primeiro *manifesto* emerge um perfil de *ethos* de tendência ambígua e, no outro, um perfil de *ethos* de tendência reivindicativa-agregadora. Por fim, com esse estudo enunciativo, que considera a língua em funcionamento, com marcas que emergem da materialidade e contribuem para traçar o *ethos* discursivo, objetivamos, em um primeiro momento, fazer uma reflexão linguística em uma materialidade discursiva para, em seguida, refletirmos sobre o lugar de fala e o posicionamento social-ideológico da figura feminina, lançando um olhar detalhado sobre como as mulheres, em um discurso feminista, reivindicam o seu direito de enunciar – considerando que tal direito é decorrente de um processo que considera as condições sociais, históricas e discursivas – evidenciando uma articulação entre a Linguística da Enunciação e os novos espaços discursivos, muitas vezes, ressignificados.

Palavras-chave: *Ethos*. Enunciação. Feminismo. Feminismo em comum: para todas, todes e todos. Vamos juntas? O guia da sororidade para todas.



## RESUMEN

### **ETHOS Y DISCURSO FEMINISTA: LA ARTICULACIÓN DE MECANISMOS LINGÜÍSTICOS Y LA NOCIÓN DE SER MUJER**

AUTORA: Elisandra Aguirre da Cruz Schwarzbold

ASESORA: Ivani Cristina Brito Fernandes

El objetivo de esta investigación es esbozar un perfil de *ethos* que emerge de un discurso feminista, en dos *manifiestos de divulgación*, a partir del uso de mecanismos lingüísticos, en especial pronombres y verbos, que ayudan en la construcción del concepto de *ser mujer*. Para ello, seguiremos los principios de la Lingüística de la Enunciación ya que esa perspectiva teórica nos permite amplia comprensión acerca de la imagen del sujeto, el *ethos*, esbozado por medio de mecanismos lingüísticos utilizados en la enunciación y recuperables por medio del análisis de las marcas dejadas en el enunciado, producto de la enunciación. Para el marco teórico nos apoyaremos en Benveniste (1989; 1995), Amossy (2005), Maingueneau (2015), Fiorin (2008), Flores y colaboradores (2013; 2017), Flores (2013), Flores y Teixeira (2012), entre otros. En el marco metodológico analizaremos dos manifiestos de divulgación que tratan acerca de concepciones feministas: *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*, de Márcia Tiburi (*Manifiesto FC*) y *Vamos juntas? O guia da sororidade para todas*, de Babi Souza (*Manifiesto VJ*). En la parte cuantitativa, identificaremos, describiremos y categorizaremos los pronombres personales y los verbos conjugados en la primera y la tercera persona del plural y del singular, con prioridad a las secuencias en las cuales tales categorías gramaticales estaban relacionadas con la noción de *ser mujer*. En la parte cualitativa, según los métodos de la transversalidad enunciativa (FLORES, 2010) y del paradigma indiciario (GINZBURG, 1989), reflexionamos sobre los efectos de sentidos productos de esos mecanismos, lo cuales contribuyeron para esbozar el perfil de *ethos* que emerge de un discurso feminista de divulgación. Los resultados obtenidos en el análisis cuanti-cualitativo nos muestra que en el *Manifiesto FC* se encuentran el mayor número de pronombres y verbos en las terceras personas. Sin embargo, como también tiene marcas de la primera persona, percibimos un movimiento lingüístico en la posición del locutor, lo cual nos muestra un ser que abarca la noción de *ser mujer* de dos formas: como mujer y como representante social. Esa ambigüedad en la enunciación nos muestra un perfil de *ethos* ambiguo. Respecto al *Manifiesto VJ*, notamos que los pronombres y los verbos en primera persona tienen más representatividad, los cuales nos revelan un efecto de subjetividad en el locutor. Ese dato nos indica que el locutor trata la noción de *ser mujer* mucho más por su vivencia y se marca lingüísticamente por medio del pronombre personal *yo*. De este modo, él se coloca como perteneciente a un grupo de mujeres y se aproxima al interlocutor como un *portavoz* de ese colectivo. Esos efectos se relacionan con el proceso de apropiación de la lengua por parte de los locutores de los textos y, frente a esto, comprendemos que en el primer *manifiesto* emerge un perfil de *ethos* de tendencia ambigua y, en el otro, un perfil de *ethos* de tendencia a la reivindicación. Por último, este estudio enunciativo, el cual considera la lengua en funcionamiento con marcas que emergen del texto y contribuyen para trazar el *ethos*, teníamos como objetivo, en primer lugar, hacer una reflexión lingüística en una materialidad discursiva para después discutir sobre el lugar de habla y la posición social-ideológica femenina, por medio de una mirada detallada de cómo las mujeres, en un discurso feminista, reivindican su derecho de enunciar – considerando que tal derecho transcurre de un proceso que considera las condiciones sociales, históricas y discursivas – evidenciando una articulación entre la Lingüística de la Enunciación y los nuevos espacios, muchas veces re-significados.

Palabras-Clave: *Ethos*. Enunciación. Feminismo. Feminismo em comum: para todas, todes e todos. Vamos juntas? O guia da sororidade para todas.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Feminismo em comum: para todas, todes e todos</i> , de Márcia Tiburi .....	77
Figura 2 – <i>Vamos juntas? O guia da sororidade para todas</i> , de Babi Souza .....	78
Figura 3 - Sequência Enunciativa A .....	100
Figura 4 – Sequência Enunciativa B .....	100
Figura 5 – Sequência Enunciativa B .....	102
Figura 6 – Sequência Enunciativa B .....	102
Figura 7 – Sequência Enunciativa C .....	104
Figura 8 – Sequência Enunciativa D .....	106
Figura 9 – Sequência Enunciativa E .....	108
Figura 10 – Sequência Enunciativa F .....	112
Figura 11 – Sequência Enunciativa G .....	114
Figura 12 – Sequência Enunciativa H .....	116
Figura 13 - Sequência Enunciativa I .....	119
Figura 14 – Sequência Enunciativa J .....	123
Figura 15 – Sequência Enunciativa K .....	124
Figura 16 – Sequência Enunciativa L .....	126
Figura 17 - Entrevista com a filósofa Márcia Tiburi .....	133
Figura 18 - Entrevista com a jornalista Babi Souza .....	139



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Porcentagem do emprego dos pronomes no <i>manifesto FC</i> .....	89
Gráfico 2 – Porcentagem do emprego dos pronomes no <i>manifesto VJ</i> .....	90
Gráfico 3 - Porcentagem total dos pronomes nos <i>manifestos FC e VJ</i> .....	91
Gráfico 4 – Porcentagem do emprego dos verbos no <i>manifesto FC</i> .....	94
Gráfico 5 – Porcentagem do emprego dos verbos no <i>manifesto VJ</i> .....	95
Gráfico 6 - Porcentagem total dos verbos nos <i>manifestos FC e VJ</i> .....	96
Gráfico 7 – Porcentagem total de pronomes e verbos nos <i>manifestos FC e VJ</i> .....	97





## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Formas dos pronomes pessoais .....	67
Quadro 2 - Variações de pessoa e número dos verbos.....	69
Quadro 3 – Formas geométricas para destacar os mecanismos linguísticos .....	82
Quadro 4 – Emprego dos pronomes no <i>manifesto FC</i> .....	89
Quadro 5 – Emprego dos pronomes no <i>manifesto VJ</i> .....	90
Quadro 6 – Emprego total dos pronomes nos <i>manifestos FC e VJ</i> .....	91
Quadro 7 – Emprego dos verbos no <i>manifesto FC</i> .....	94
Quadro 8 – Emprego dos verbos no <i>manifesto VJ</i> .....	95
Quadro 9 – Emprego total dos verbos nos <i>manifestos FC e VJ</i> .....	96
Quadro 10 – Emprego total de pronomes e verbos nos <i>manifestos FC e VJ</i> .....	97
Quadro 11 – Perfis de <i>ethe</i> dos dois <i>manifestos de divulgação</i> .....	142



## SUMÁRIO

<b>1 NÓS, MULHERES, INSERIDAS EM UM CONTEXTO CARACTERIZADO PELA (RE)DEFINIÇÃO DA DIFERENÇA.....</b>	<b>21</b>
<b>2 FEMINISMO: DEMOCRACIA A PARTIR DE UM DISCURSO QUE REIVINDICA O DIREITO DE ENUNCIAR-SE.....</b>	<b>25</b>
2.1 A IMAGEM DE SI E DO OUTRO: <i>ETHOS</i> E FEMINISMO .....	46
2.2 <i>MANIFESTOS DE DIVULGAÇÃO</i> : TIPOLOGIA E GÊNEROS TEXTUAIS.....	51
<b>3 SOB O OLHAR DA LINGÜÍSTICA DA ENUNCIÇÃO: CONCEITOS FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>55</b>
3.1 PRONOMES E VERBOS: AS MARCAS DO SUJEITO NA LÍNGUA.....	65
<b>4 AS ESCOLHAS METODOLÓGICAS .....</b>	<b>71</b>
4.1 O MÉTODO ANALÍTICO.....	72
4.2 MATERIALIDADE LINGÜÍSTICA: A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> .....	76
4.3 AS ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	80
<b>5 O ESBOÇO DO <i>ETHOS</i> DISCURSIVO .....</b>	<b>85</b>
5.1 O EMPREGO DE PRONOMES E VERBOS NOS <i>MANIFESTOS DE DIVULGAÇÃO</i> ..	86
5.1.1 Os pronomes.....	87
5.1.2 Os verbos.....	92
5.2 AS SEQUÊNCIAS ENUNCIATIVAS EXTRAÍDAS DOS <i>MANIFESTOS DE DIVULGAÇÃO</i> .....	99
5.2.1 Sequências Enunciativas do <i>manifesto FC</i> .....	100
5.2.2 Sequências Enunciativas do <i>manifesto VJ</i> .....	114
5.3 SÍNTESE ANALÍTICA DOS <i>MANIFESTOS DE DIVULGAÇÃO</i> .....	128
<b>6 A CONSTITUIÇÃO DO <i>ETHOS</i> DISCURSIVO .....</b>	<b>131</b>
<b>7 AS REFLEXÕES SOBRE O DISCURSO FEMINISTA E A POSTURA ENUNCIATIVA DE MULHERES .....</b>	<b>145</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>151</b>



## **1 NÓS, MULHERES, INSERIDAS EM UM CONTEXTO CARACTERIZADO PELA (RE)DEFINIÇÃO DA DIFERENÇA**

O interesse pelo tema *feminismo* surgiu de nossa vivência enquanto mulheres, profundamente inseridas em uma sociedade marcada pela opressão à figura feminina. Nesse cenário, em que ainda impera a visão masculina, julgamos estritamente necessário lançarmos um olhar enunciativo sobre as mulheres e sobre a maneira como elas se colocam na posição de *ser mulher*. A questão das mulheres é motivo de inúmeros debates, reflexões, informações, as quais abrangem pautas ligadas à subjugação feminina e às lutas (ainda atuais) pela conquista de direitos iguais. Essas questões estão relacionadas a uma perspectiva que contesta a concepção de que as mulheres teriam um papel social predeterminado e, por mais que existam algumas mudanças atuais, com a valorização do discurso feminino, percebemos que nos discursos da sociedade atual ainda existe uma enunciação machista que tende a deturpar a visão das mulheres.

Nesse sentido, as mulheres se manifestam como um ser que reivindica seu direito de enunciar-se, por meio de sua própria narrativa, a fim de exercer sua legitimidade e definir-se como *mulher*, a partir de sua própria perspectiva, podendo ressignificar o próprio conceito e reconstruir a imagem que possuem de si mesmas. Em vista disso, os movimentos feministas têm alcançado expressiva amplitude nos últimos anos, pois, por meio de lutas e manifestações, as mulheres reivindicam por direitos sociais, políticos e por um lugar no campo da cidadania. Um exemplo desse alcance pode ser percebido no movimento #Agoraéquesãoelas<sup>1</sup>, uma campanha na qual alguns homens se solidarizam com a causa das mulheres e cedem espaços das suas colunas, em grandes jornais e portais na internet, para que mulheres ativistas feministas possam ter o direito de falar da sua luta contra a opressão. De acordo com as organizadoras da campanha, a ideia surgiu para que os homens, ao invés de falarem sobre o machismo, cedessem seus espaços e se colocassem no lugar de ouvintes. Com isso, haveria um reconhecimento da urgência da causa feminista por igualdade de gênero.

A partir dessas situações, em que tomamos consciência da opressão cotidiana sofrida pelas mulheres e a consequente busca pelo direito de enunciar por meio da sua própria fala, nos sentimos desafiadas a pesquisar a enunciação de mulheres, feministas, a fim de compreendermos a imagem discursiva desses sujeitos enunciantes, cujo enunciado, “produto da enunciação” (FLORES, et al. 2017, p. 102), se encontra na materialidade linguística. Desse

---

<sup>1</sup> Disponível em < <https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/perfil/>>.

modo, esta pesquisa busca esboçar a imagem discursiva do locutor do texto percebida pelas marcas do sujeito<sup>2</sup> no enunciado. Em outras palavras, objetivamos esboçar um perfil de *ethos* que emerge de um discurso feminista, em dois *manifestos de divulgação*, a partir do emprego de pronomes e verbos que auxiliam a articulação da noção de *ser mulher*. Para tanto, desenvolveremos ao longo desta dissertação os pressupostos da Linguística da Enunciação, perspectiva teórica que considera sujeito e estrutura articulados, ou seja, a forma e o sentido a partir de um sujeito que se apropria da língua e a enuncia, produzindo sentidos cada vez únicos e irrepetíveis (BENVENISTE, [1974] 1989). Embasamo-nos nessa vertente por compreendermos que ela permite um melhor entendimento acerca da imagem de um sujeito, o *ethos* discursivo, por intermédio de mecanismos linguísticos empregados na enunciação e recuperáveis por meio da análise das marcas deixadas no enunciado. Com isso, temos como hipótese que o *ethos* discursivo que emerge de um discurso feminista pode ser esboçado, nos *manifestos de divulgação*, entre outros elementos, a partir de pronomes e verbos, nas primeiras e terceiras pessoas do singular e do plural.

A fim de comprovarmos nossa hipótese, analisamos dois *manifestos de divulgação* que discorrem sobre concepções feministas: *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*, de Márcia Tiburi e, *Vamos juntas? O guia da sororidade para todas*, de Bárbara Souza<sup>3</sup>. Entre os vários *corpora* que tínhamos disponíveis para o desenvolvimento desta pesquisa, optamos por tais *manifestos* por apresentarem questões, conceitos e desafios que configuram os movimentos feministas como *a chave a um mundo melhor*, permitindo-nos um olhar sobre como esses locutores se marcam na materialidade linguística e abordam o conceito de *mulher*. Com isso, será possível chegarmos a uma resposta para a nossa questão de pesquisa, ou seja, analisar os efeitos de sentido decorrentes do uso de pronomes e verbos que emergem da materialidade textual e auxiliam a articulação da noção de *ser mulher*.

No que tange às categorias analíticas, as quais apresentaremos na sequência, as elegemos em função de os pronomes e os verbos, de acordo com os preceitos benvenistianos, serem as primeiras classificações gramaticais nas quais o sujeito se mostra, marcando-se na materialidade linguística. Ademais, a opção por tal análise, com base na Linguística da Enunciação, possibilitará a observação da produção de sentidos instaurados durante o processo discursivo, a partir de um sujeito que se apropria da língua e a coloca em uso por um ato individual de utilização (BENVENISTE, [1974] 1989), contribuindo para o esboço do *ethos*.

---

<sup>2</sup> Entendemos sujeito como uma “instância que decorre da apropriação feita pelo locutor” (FLORES, et al., 2017, p. 101).

<sup>3</sup> Ou, Babi Souza, como é mais conhecida. Esclarecemos que, doravante, manteremos apenas Babi Souza.

Dessa forma, para dar conta de atingirmos nossos objetivos, estruturaremos esta dissertação em cinco capítulos, além das considerações iniciais e finais, as quais são intituladas, respectivamente, como: *Nós, mulheres, pesquisadoras inseridas em um contexto caracterizado pela (re)definição da diferença* e *As reflexões sobre o discurso feminista e a postura enunciativa das mulheres*; e as *Referências*. Nas considerações iniciais, que configura o primeiro capítulo, procuramos situar o tema, o objetivo e o principal referencial teórico e metodológico deste estudo, bem como justificar as classes gramaticais, o *corpus* de análise e a pertinência desta pesquisa.

O segundo capítulo é destinado ao *feminismo*, intitulado *Feminismo: democracia a partir de um discurso que reivindica o direito de enunciar-se*, o qual discorremos sobre seu percurso histórico, no intuito de compreendermos como esse movimento foi se estruturando ao longo dos anos. Nesse capítulo, abordamos, também, a imagem de si, o *ethos* discursivo e sua relação com o *feminismo* e; os *manifestos de divulgação* – os *gêneros textuais* que compõem o *corpus* desta pesquisa.

A *fundamentação teórica* compõe o terceiro capítulo, cujo título é *Sob o olhar da Linguística da Enunciação: conceitos fundamentais*. Nele, revisamos alguns conceitos e perspectivas teóricas que nortearão nossa análise, explicando-as e relacionando-as entre si. Destacamos as concepções de *língua* e *linguagem* na Linguística da Enunciação; as noções de *sujeito*, *locutor*, *pessoa* e *não pessoa* e; explanamos sobre as classes gramaticais que serão descritas, classificadas e categorizadas – os *pronomes* e os *verbos*.

No quarto capítulo, apresentamos as *Escolhas Metodológicas*. Esse capítulo está subdividido em três seções: a) o *método analítico*, no qual explicitamos o encaminhamento metodológico, apontando que nossa pesquisa é quanti-qualitativa, orientada por um eixo analítico-descritivo-interpretativo; b) a *constituição do corpus*, em que exibimos e explanamos sobre os dois exemplares textuais do *gênero manifesto de divulgação*, que discorrem sobre concepções feministas, *Feminismo em comum: para todas, todes e todos* (TIBURI, 2018) e; *Vamos juntas? O guia da sororidade para todas* (SOUZA, 2016); e, c) as *etapas de desenvolvimento da pesquisa*, que contemplam três momentos, a saber: a) a identificação de cada ocorrência de pronomes pessoais do caso reto e verbos, na primeira e terceira pessoas do singular e do plural, relacionados à noção de *ser mulher*, nos dois *manifestos de divulgação*; b) a análise os dados provenientes da categoria de descrição, observando como o locutor se marca na materialidade textual e os efeitos de sentido decorrentes do emprego de pronomes e verbos, nas primeiras e terceiras pessoas do singular, que emergem da materialidade linguística; e, c) a

interpretação dos dados, em que buscamos esboçar o perfil de *ethos* que emerge de um discurso feminista de divulgação.

O quinto capítulo é destinado ao *Esboço do ethos discursivo*, em que apresentamos as análises realizadas sobre o *corpus* de pesquisa. Esse capítulo é dividido em três seções e quatro subseções, a saber: na primeira seção, exibimos os dados quantitativos referentes ao emprego dos pronomes e verbos (nessa ordem), nos dois *manifestos*. Para melhor compreensão, separamos as duas categorias gramaticais, os pronomes e os verbos em duas subseções, a fim de apresentarmos o estilo discursivo dos locutores com relação às classificações gramaticais mobilizadas no *corpus*; na segunda, exibimos as seis sequências enunciativas extraídas do *corpus*, com os respectivos comentários analíticos. Dividimos essa parte, também, em duas subseções, ou seja, na primeira, apresentamos as sequências enunciativas do *manifesto FC* e, na segunda, as do *manifesto VJ*; na terceira e última seção desse capítulo, realizamos uma síntese analítica dos manifestos de divulgação, a fim de resumirmos para o leitor nossos comentários analíticos e os resultados que obtivemos.

O sexto capítulo desta dissertação está reservado para a *Constituição do ethos discursivo*, em que nos dedicamos à terceira categoria metodológica deste estudo, a interpretação dos dados e a construção de um perfil de *ethos* que emerge de um discurso feminista de divulgação.

Por fim, trazemos nossas conclusões, no capítulo intitulado *As reflexões sobre o discurso feminista e a postura enunciativa de mulheres*. Nele, retomamos os passos adotados durante esta dissertação, bem como nossas reflexões sobre o *ethos* e o posicionamento social-ideológico da figura feminina.

A seguir, dando início às discussões e para que possamos responder nossa questão norteadora, apresentaremos algumas noções básicas referentes ao *feminismo*. Consideramos relevante destacarmos essas noções pelo fato de o *feminismo* ser um movimento que faz parte das temáticas dos *manifestos* que compõem o *corpus* desta pesquisa, os quais possuem como foco principal um discurso que reivindica o direito das mulheres de emergir-se por meio de suas próprias palavras, nas mais diversas materialidades. Cabe destacarmos que os *manifestos de divulgação* que nos propomos a analisar apresentam uma abordagem feminista desde uma perspectiva transformadora, questionadora, democrática, que visa à mudança e à luta por direitos daqueles que padecem sob injustiças cometidas pelo sistema patriarcal. Dessa forma, para melhor compreensão, discorreremos sobre fatos que, historicamente, comprovam esse discurso reivindicativo, oprimido, mas que lentamente foi se ressignificando e fazendo com que a sociedade atribuísse novos olhares às mulheres.



## 2 FEMINISMO: DEMOCRACIA A PARTIR DE UM DISCURSO QUE REIVINDICA O DIREITO DE ENUNCIAR-SE

Ao considerarmos o *corpus* de análise e o objetivo deste estudo – esboçar um perfil de *ethos* que emerge de um discurso feminista, em dois *manifestos de divulgação*, a partir do emprego de mecanismos linguísticos que auxiliam a articulação da noção de *ser mulher* – esclareceremos, neste capítulo, noções referentes ao *feminismo*<sup>4</sup>. Julgamos pertinente lançarmos um olhar sobre o percurso histórico desse movimento, em virtude de a temática principal da materialidade linguística que compõe esta pesquisa estar relacionada a concepções feministas.

Com isso, será possível compreendermos como a luta dos movimentos feministas foi criada, desenvolvida e ressignificada no decorrer dos anos, conhecendo as principais personagens que marcaram cada época importante dessas correntes. Ampliaremos, então, nossa visão acerca do discurso de mulheres que há muito tempo reivindicam seus direitos, por meio de manifestações que refletem a voz de um ser, historicamente marcado pela dominação patriarcal.

Ressaltamos, portanto, que conhecer um pouco mais sobre os movimentos feministas e seu percurso até os dias atuais nos auxiliará na compreensão sobre como o locutor articula determinados mecanismos linguísticos, na materialidade textual. Tal processo, de maneira concomitante à análise linguística dos pronomes e dos verbos, será primordial para esboçarmos um perfil de *ethos* que emerge de um discurso feminista de divulgação.

Antes de explanarmos sobre as noções referentes ao percurso histórico do feminismo, julgamos pertinente esclarecermos alguns termos que empregamos em nosso trabalho, como: *mulher*, *feminino*, *feminista* e o próprio *feminismo*. Ademais, abordaremos algumas noções básicas sobre *gênero* e *identidade de gênero*, a fim de diferenciá-los e compreendermos as formas como eles se articulam.

O primeiro conceito fundamental para esta pesquisa é *mulher*. A palavra *mulher* tem origem do latim *mulier*, que significava *o mesmo*. Por sua vez, *mulier*, é uma derivação de outra palavra latina, *mollior*, que é o superlativo de *mollis* que designa *mole*, molenga, fraco, sem consistência<sup>5</sup>. Segundo o dicionário *Michaelis*, esse termo refere-se a:

---

<sup>4</sup> Genericamente, compreendemos que o *feminismo* é um movimento social que abrange diversas correntes feministas. Em virtude disso, em alguns momentos deste trabalho nos referiremos a *feminismos*, no plural, para que possamos abranger a todas as vertentes feministas que compõem tal movimento – as quais abordaremos com mais detalhes, no decorrer deste capítulo.

<sup>5</sup> Conferir em <http://ximen.es/?p=1573>.

Ser humano do sexo feminino; pessoa adulta do sexo feminino; o ser humano feminino visto como um todo; adolescente do sexo feminino após sua primeira menstruação, quando passa a ser capaz de conceber, distinguindo-se, assim, da menina; pessoa do sexo feminino, de classe social menos favorecida, em oposição a senhora; pessoa do sexo feminino, após sua primeira relação sexual; num casal, aquela com quem o homem tem relação formalizada pelo casamento; esposa; aquela com quem o homem tem relação estável, mas sem vínculo legal; amante, concubina; forma de tratamento que denota intimidade e, às vezes, desrespeito; aquela com quem se tem uma relação romântica ou de caráter meramente sexual; namorada; o ser humano do sexo feminino que apresenta características consideradas próprias do seu sexo, como delicadeza, carinho, sensibilidade, etc.; homem efeminado que tem modos, gostos e atitudes considerados femininos; indivíduo homossexual que em uma relação sexual tem atuação passiva (Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/Mulher/>. Acesso: 22 de outubro de 2019).

Porém, segundo a emissora portuguesa *TSE Rádio Notícias*, a palavra *mulher* já tem um novo significado no dicionário – ainda que, ao nosso ver, essa reformulação no dê conta do que é *ser mulher*. De acordo com a matéria publicada na emissora, em 22 de maio de 2018, o canal televisivo *FOXlife* e o dicionário online *Priberam* desafiaram os cidadãos a contribuir para mudar a designação da palavra *mulher* no dicionário. Após a análise das propostas, o termo *mulher* ficou definido como:

Ser humano do sexo feminino ou do gênero feminino; pessoa do sexo ou gênero feminino, depois da adolescência; pessoa sexo ou gênero feminino casada com outra, em relação a esta; pessoa do sexo ou gênero feminino com quem se mantém uma relação sentimental e/ou sexual; conjunto de pessoas do sexo ou gênero feminino; que têm qualidades ou atributos considerados tipicamente femininos (ex: mulher da vida: [depreciativo] meretriz, prostituta; mulher de armas [figurado] corajosa, guerreira, lutadora. (Disponível em: <https://tsf.pt/sociedade/foxlife-e-priberam-alteram-a-palavra-mulher-no-dicionario-9365004.html>. Acesso: 22 de outubro de 2019).

A partir de uma perspectiva conceitual, essa noção abrange a todo *ser humano do sexo feminino*, porém, cabe salientar o que afirma Michelle Perrot (1992), uma das mais renomadas historiadoras, sobre as mulheres: “Da História, muitas vezes a mulher é excluída”. Essa afirmação reflete uma preocupação que há muito envolve os intelectuais, ou seja, a incompletude da História no que se refere à mulher. Sobre essa questão, a escritora inglesa Virginia Woolf (2004) também se manifesta, alegando que há uma tendência da historiografia de seguir uma postura parcial e insuficiente, com um perfil eminentemente masculino e excludente. Essa tradição que tende a desconsiderar uma metade da humanidade – as mulheres – acaba enfatizando a dicotomia existente: homem/cultura; mulher/natureza, a qual é marcada por estereótipos, preconceitos e uma hierarquia de valores. Nesse sentido, a natureza da mulher é vista com uma suposta propensão ao emocional, ao subjetivo e ao privado, o que se opõe ao

---

universo masculino – relacionado ao cultural, ao objetivo, ao racional e ao superior – fomentando, assim, a ideia da *desigualdade* entre os dois sexos.

Para a filósofa e escritora Márcia Tiburi, autora do *manifesto FC*, um dos *manifestos de divulgação* que compõem esta pesquisa, *mulher* é um conceito problemático e, portanto, alega que *ser mulher* é uma identificação à qual podemos aderir ou da qual podemos nos libertar” (TIBURI, 2018)<sup>6</sup>. Nesse sentido, a filósofa relata que por muito tempo possuiu certo constrangimento da condição feminina e preferiu agir como se fosse um homem. Para ela, era melhor enxergar-se como homem a ter que se submeter à tal condição, cuja essência é considerada como o *sexo frágil*, o *menos* da sociedade patriarcal.

Sobre esse aspecto, é da escritora, filósofa e feminista francesa, Simone de Beauvoir, uma das principais frases dos movimentos feministas – “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980, p. 9).<sup>7</sup> Para ela, a mulher não tem um destino biológico, mas é formada dentro de uma cultura que define qual o seu papel no seio da sociedade. E, por isso, as mulheres<sup>8</sup> durante muito tempo ficaram aprisionadas ao papel de mãe e esposa, tendo o convento como uma segunda opção. Porém, Beauvoir faz de sua vida algo completamente diferente do esperado para uma mulher, rompendo com os padrões da época em que as mulheres ficavam à espera de um bom casamento, dedicando-se à educação e ao desenvolvimento acadêmico. Convém salientarmos que, no universo do nosso texto, *ser mulher* vai muito além de um conceito dicionarizado. Para nós, essa noção se refere ao locutor que constrói uma enunciação que defende a afirmação do empoderamento feminino e o seu lugar de fala.

Outro termo que consideramos importante conceituarmos, nesta pesquisa, é *feminino*. Segundo o dicionário *Michaelis*<sup>9</sup>, essa expressão é “relativa a ou próprio de mulher; relativa a ou próprio de fêmea; relativa ao sexo que se caracteriza pelo ovário nos animais e nas plantas;

<sup>6</sup> Texto publicado por Márcia Tiburi na edição 211 da revista TOPVIEW.

<sup>7</sup> No século XIX, Freud, na sua concepção sobre o desenvolvimento e a sexualidade, já havia antecipado a construção de que não se nasce mulher nem homem, mas nos tomamos um ou outro. Conferir em: FREUD, S. Conferência XXXIII: Feminilidade (1933 [1932]). In: \_\_\_\_\_. Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos (1932-1936). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 113-134. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 22).

<sup>8</sup> Importante destacarmos que empregamos o termo *mulheres*, no plural, considerando uma concepção não universalista de mulher, haja vista que as diferenças entre as mulheres, sejam elas, brancas, negras, indígenas, asiáticas, cristãs, lésbicas, *trans*, não binária, etc., e as demandas específicas que tais diferenças propõem são enormes e há tempos se manifestam política ou teoricamente.

<sup>9</sup> A escolha por tal dicionário se deu devido a uma pesquisa realizada sobre as melhores opções de dicionários online e gratuitos, que destacou, em primeiro lugar, o Dicionário Michaelis. Segundo a pesquisa, esse dicionário, que nasceu no final do século XIX e foi retomada pela Editora Melhoramentos nos anos 50, é uma das mais renomadas e amplas coleções de dicionários do Brasil. Conferir em: < <https://comunidade.rockcontent.com/dicionario-de-portugues/>>. Acesso em: 28 de dez de 2019.

fêmeo; diz-se de flor que tem apenas pistilo(s)”.<sup>10</sup> A palavra *feminino* permite que se refira a tudo aquilo que é próprio ou relativo às mulheres. Neste viés, em geral, quando se fala de algo ou alguém *feminino* é porque representa efetivamente os traços inerentes à feminilidade, como: delicadeza, sensibilidade, entre outras características que, no sistema patriarcal, foram convencionalmente associadas às mulheres.

Ao abordarmos a noção de *feminino*, torna-se necessário refletirmos sobre o conceito de gênero que, em sua visão científica mais tradicional, só existe a partir da divisão do Homem em dois sexos: *masculino* e *feminino*. Essa divisão somente passou a ser repensada no século XVIII, em que homens e mulheres passaram a ser vistos como opostos e incomensuráveis (HEIBORN, 1998). Para Izquierdo (1990)<sup>11</sup>, os gêneros podem ser entendidos como obras culturais, modelos de comportamento mutuamente excludentes cuja aplicação supõe o hiperdesenvolvimento de um número de potencialidades comuns aos humanos em detrimento de outras. Modelos que se impõem ditatorialmente às pessoas em função do seu sexo, porém, esta só seria uma aproximação superestrutural do fenômeno dos gêneros.

Nesse patamar, não podemos deixar de considerar que *feminino* não está ligado ao sexo ou ao gênero, mas se trata de um aspecto da vida relacionado a uma dimensão do que é arcaico e não representado. O sexo, na verdade, poderia ser homem ou mulher. Sendo o sexo homem, o gênero é masculino, sendo mulher, o gênero é feminino e, dessa forma, o gênero acaba definindo o comportamento sexual do sujeito masculino e feminino. Porém, não se pode desconsiderar o fato de que meninos e meninas, homens e mulheres, possuem elementos femininos e masculinos (WINNICOTT, 1966/2005), os quais, estão presentes em todo ser humano desde uma etapa muito inicial da vida<sup>12</sup>. O modo como o indivíduo se identifica com seu gênero é chamado *identidade de gênero*. Em outras palavras, o que determina a identidade de gênero é a maneira como a pessoa se sente e se percebe, assim como a forma que esta deseja ser reconhecida pelas outras pessoas.

Existem três principais tipos de identidade de gênero: *transgêneros*, *cisgêneros* e *não-binários*. O *transgênero*, é quando um indivíduo se identifica com um gênero diferente daquele

---

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=feminino>>. Acesso em: 22 de outubro de 2019.

<sup>11</sup> Conferir em: Bases materiales del sistema sexo/gênero” de Maria Jesus Izquierdo, Profesora del Departamento de Sociologia na Universidad Autónoma de Barcelona. Notas esparsas utilizada em curso do SOF-Sempreviva Organização Feminista. São Paulo, 1990.

<sup>12</sup> Como não é de nosso interesse ampliarmos a discussão sobre gêneros, convém esclarecermos que, para fins deste trabalho, optamos por utilizar o termo *feminino* em sua forma gramatical, ou seja, para denominar a todos que pertencem justamente a esse gênero, sejam humanos ou objetos. Assim, evitaremos cair em discordâncias de gênero e formar, de maneira errônea, orações que necessitam do gênero feminino para não se tornarem discordantes gramaticalmente.

que lhe foi atribuído no nascimento; o *cisgênero*, consiste no indivíduo que se identifica com o seu gênero de nascença e; o *não-binário*, é o que caracteriza a mescla ou a total indiferença entre masculino e feminino. Esses indivíduos ultrapassam os papéis sociais que são atribuídos aos gêneros, criando uma terceira identidade que foge do padrão sócio-histórico *homem-mulher*.

Importante salientarmos, ainda, que a questão de gênero surgiu como uma reflexão significativa para o feminismo, no final dos anos 1940. Bevoir ([1949] 1980), com a afirmação de que *ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher*, fomentou essa reflexão, contestando o pensamento determinista do final do século XIX, que usava a biologia para explicar a inferiorização do sexo feminino e as desigualdades sociais entre os gêneros. A expressão *feminista* também faz parte da nomenclatura que optamos por conceituar, nesta pesquisa. Deste modo, entendemos por *feminista*, aquilo que é relativo ao feminismo ou partidário do feminismo, o qual, como muitos pensam de forma equivocada, não é um movimento de sexista, ou seja, que defende a figura feminina sobre a masculina, mas sim uma luta pela igualdade entre ambos os gêneros. E, dessa maneira, todas pessoas que acreditam na igualdade de direitos, ou seja, que *todas, todes e todos* – apossando-nos das palavras de Tiburi (2018) – deveriam ser tratados de forma igualitária.

Realizados tais esclarecimentos, explanamos, a seguir, as noções referentes ao *feminismo*, propriamente dito. Etimologicamente, o *feminismo* (do latim *femīna*, que significa *mulher*) é uma palavra composta pelo radical *feme* e o sufixo *ismo* que, de acordo com as gramáticas modernas, tem sua origem na língua grega, no sufixo *ismós* e é utilizado para formar substantivos de ação a partir de verbos. Em geral, o sufixo *ismo* está relacionado a uma atitude, a uma participação ativa ou a algo pelo qual se acredita.

Já no que se refere ao uso do termo *feminismos*, percebemos que o mesmo é motivo de algumas divergências e é entendido a partir de noções razoavelmente distintas. Para Costa (2004), o *feminismo* é um movimento social que luta pelos direitos iguais entre homens e mulheres. A historiadora Scott (1992, p.67) postula o *feminismo* como “um movimento internacional, mas com características particulares, regionais e nacionais. Um processo que, de acordo com Gamba (2008), reflete em um conjunto heterogêneo de ideias, já que as mesmas posturas políticas e ideológicas que abarcam toda a sociedade se entrecruzam em distintas correntes internas. Miguel e Biroli (2013, p.8) entendem, ainda, que o *feminismo* tem sua definição fundamentada na construção de uma crítica contundente, que vincula a submissão das mulheres na esfera doméstica e sua conseqüente exclusão da esfera pública. Nesse sentido, alegam que:

Embora em um certo senso comum, muito vivo no discurso jornalístico, apresente a plataforma feminista como “superada”, uma vez que as mulheres obtiveram acesso à educação, direitos políticos, igualdade formal no casamento e uma presença maior e mais diversificada no mercado de trabalho, as evidências da permanência da dominação masculina são abundantes (MIGUEL; BIROLI, 2013, p.7-8).

Exemplo disso é a recente pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que relata a desigualdade salarial (ainda) existente entre homens e mulheres. Conforme o estudo, “mesmo com uma queda na desigualdade salarial entre 2012 e 2018, as trabalhadoras ganham, em média, 20,5% menos que os homens no país”<sup>13</sup>, apresentando as maiores desigualdades salariais na agricultura e nos comércios varejistas. A pesquisa declara que as mulheres agricultoras e as gerentes de comércios varejistas e atacadistas, recebem, respectivamente, 35,8% e 34% menos que os homens. Esses dados nos mostram que, verdadeiramente, os homens ainda possuem vantagens ou benefícios se comparado às mulheres.

Ainda no que se refere ao termo *feminismo*, Miguel (2000) acredita que essa expressão sempre existiu, ainda que em diferentes sentidos e em alguns momentos mais sufocada pelo tempo. Com isso, postula que todas as vezes que as mulheres, individual ou coletivamente, se queixaram de seu injusto e amargo destino sob o patriarcado e reivindicaram uma situação diferente, o *feminismo* estava presente. Desse modo, observamos a amplitude do termo *feminismo* e o compreendemos como um movimento feminista que reivindica o direito de enunciar-se, de possuir os mesmos direitos políticos e sociais, de especificar-se e ser protagonista de sua própria narrativa, de possibilitar novos pensamentos, olhares, diálogos e ressignificações.

Quando tratamos sobre o *feminismo*, é conveniente esclarecermos que optamos por realizar um recorte sobre as reivindicações das mulheres que se deu a partir do século XIX, especificamente na Europa e nos Estados Unidos. Entretanto, vale salientar que existiram reivindicações anteriores, mas, para os fins deste trabalho, julgamos conveniente trazermos apenas as que ocorreram a partir desse período, tendo em vista que os *manifestos de divulgação, corpus* desta pesquisa, nos sugerem estar filiados a vertentes de movimentos feministas ocorridos a partir do século XIX.

Ao longo da história, as mulheres foram se organizando e, em determinados momentos, as manifestações e as reivindicações foram tão expressivas que se convencionou chamá-las de

---

<sup>13</sup> Disponível em : < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-03/pesquisa-do-ibge-mostra-que-mulher-ganha-menos-em-todas-ocupacoes>>. Acesso em 28 de dez de 2019.

*ondas*, ou seja, uma verdadeira onda de movimentos organizados, os quais culminaram em avanços na libertação das mulheres. Neste sentido, uma *onda* feminista foi um momento histórico relevante de efervescência militante e/ou acadêmica, onde determinadas pautas e questões das mulheres se insurgiram e dominaram o debate.

A *primeira onda feminista* ocorreu durante o século XIX e teve como pauta principal a luta de mulheres por direitos para alcançar uma igualdade com os homens. Elas acreditavam que esses direitos também poderiam ser conquistados por meio da educação e de uma relação mais simétrica no casamento. Ainda no Renascimento, as mulheres começaram a tomar consciência das desigualdades a que eram submetidas e foram acompanhando as mudanças na esfera social, política e educacional que ocorriam na sociedade. Na verdade, já no século XVI era possível observar algumas escritoras reivindicando determinada igualdade entre as mulheres e os homens. Porém, foi durante o Iluminismo que se permitiu uma discussão e reivindicação do século XIX, pois, foi nesse período que se formou um pensamento burguês cuja pauta era um discurso de igualdade.

A partir desse discurso, que era contra o da nobreza e da superioridade, é que as mulheres passaram a refletir sobre sua identidade e o quanto eram sujeitos iguais aos demais. Os ideais da Revolução Francesa, de igualdade, de liberdade e de fraternidade, que estavam sendo preparados pelos filósofos, serviram de incentivo às mulheres para que pudessem refletir sobre suas condições dentro da sociedade. Quando a Revolução se conclui há uma mudança de *status* do cidadão e, por meio de um documento denominado *Direitos do homem e do cidadão*, os homens conseguiram alcançar seus direitos, dos quais as mulheres não estavam inseridas. Como forma de oposição a tal documento, Olympe de Gouges<sup>14</sup>, na França, e Mary Wollstonecraft<sup>15</sup>, na Inglaterra, duas pensadoras importantes do momento, escreveram *Os direitos das mulheres e das cidadãs* e *Reivindicações dos direitos das mulheres*, respectivamente. Porém, tais documentos não obtiveram sucesso e não garantiram nenhum tipo de direito às mulheres.

No século seguinte, as mulheres resolveram se organizar e realizar um movimento feminista *de verdade*, o qual ficou conhecido *Movimento das Sufragistas*. Num primeiro momento, as manifestações foram bastante pacíficas, mas, como não surtiram muito efeito, os

---

<sup>14</sup> Olympe de Gouges, pseudônimo de Marie Gouze (Montauban, 7 de maio de 1748 — Paris, 3 de novembro de 1793) foi uma dramaturga, ativista política, feminista e abolicionista francesa. Conferir em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Olympe\\_de\\_Gouges](https://pt.wikipedia.org/wiki/Olympe_de_Gouges).

<sup>15</sup> Mary Wollstonecraft ( Spitalfields, Londres, 27 de abril de 1759 – Londres, 10 de setembro de 1797) foi uma escritora inglesa do século XVIII, assim como filósofa e defensora dos direitos das mulheres. Conferir em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Mary\\_Wollstonecraft](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mary_Wollstonecraft).

movimentos passaram a se tornar mais agressivos, resultando em maior visibilidade, mesmo que de maneira um tanto negativa. Ainda nos Estados Unidos, um movimento feminista muito forte em busca de direitos iguais, sobretudo em busca de direito ao voto, fez com que mulheres americanas se unissem aos homens que lutavam a favor da abolição da escravidão e, juntos, passaram a participar do movimento.

Neste cenário, existia uma *Convenção Nacional de Mulheres*, que servia para que elas discutissem sobre esses direitos. Em um destes encontros, apareceu uma ex escrava, Sojourner Truth<sup>16</sup>, para fazer um discurso, o qual ficou famoso e tem significativa importância, impulsionando uma reflexão dentro dos movimentos feministas da *primeira onda*. Seu discurso questionava a fragilidade da mulher, tão recorrente nos discursos dos homens, mas que não aplicava a sua própria vida, ou seja, será que por ser negra e escrava não teria a mesma fragilidade das mulheres brancas? Por acaso, não seria mulher? Mostrou, ainda, que com seus próprios braços, plantou, trabalhou e nenhum homem conseguiu ser melhor que ela nesta tarefa. Com isso, seguiu com seu questionamento sobre a tal fragilidade feminina, que não se adequava a ela. Seria isso devido a sua condição de mulher, negra e escrava?

A partir desse discurso, as mulheres começaram a se questionar sobre os paradoxos masculinos referentes à fragilidade feminina, os quais, não se aplicavam igualmente às mulheres negras. Ademais, as mulheres negras também se deram conta dessa desigualdade e iniciaram uma reflexão acerca dos seus direitos, tendo em vista que não apresentavam demandas similares aos direitos das mulheres brancas. Essa reflexão inspirou o que mais tarde se tornou o *movimento feminista negro*.

Outro nome de destaque dessa *primeira onda* é Nísia Floresta<sup>17</sup>, considerada uma pioneira do feminismo no Brasil. Foi, provavelmente, a primeira mulher a romper os limites entre os espaços públicos e privados, publicando textos em jornais, na época em que a imprensa nacional ainda engatinhava. Em 1922, nasceu a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que tinha como objetivo lutar pelo sufrágio<sup>18</sup> – o direito ao voto – das mulheres e o direito ao trabalho sem a autorização do marido. Assim, é nessa *primeira onda* que nasce o chamado *feminismo liberal*, composto por mulheres inspiradas pelas noções de Estado e Democracia,

---

<sup>16</sup> Sojourner Truth, nascida Isabella Baumfree, por volta de 1797, em Swartekill, Nova Iorque, foi uma abolicionista afro-americana e ativista dos direitos das mulheres. Conferir em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Sojourner\\_Truth](https://pt.wikipedia.org/wiki/Sojourner_Truth).

<sup>17</sup> Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, (Papari, atual Nísia Floresta, 12 de outubro de 1810 — Rouen, França, 24 de abril de 1885) foi uma educadora, escritora e poetisa brasileira. Dirigiu um colégio para moças no Rio de Janeiro e escreveu livros em defesa dos direitos das mulheres, dos índios e dos escravos. Conferir em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Nísia\\_Floresta\\_\(escritora\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Nísia_Floresta_(escritora)).

<sup>18</sup> Cabe destacar aqui o filme *As Sufragistas*, de 2015, que apresenta a luta pelo sufrágio através da história de uma jovem trabalhadora, mostrando que a questão do voto é apenas a ponta de um iceberg de desigualdades.



fomentadas pela Revolução Francesa e pela busca da ampliação de direitos, sobretudo pela igualdade dos direitos.

É nesse contexto que surge também o *feminismo socialista*, composto por mulheres proletárias que também questionavam a existência de demandas diferentes, e que, por trazer posições mais radicais ao *establishment*<sup>19</sup>, acaba sufocado pela demanda do sufrágio. Aqui, vale ressaltar o papel de Flora Tristán<sup>20</sup> (1803-1844), escritora de grande influência na época, que publicou em 1842 “A União Operária”, um projeto que propunha a união internacional dos trabalhadores e sugeria que havia vinculação da opressão de classe e de gênero. Nas palavras de Tristán (2008)<sup>21</sup>: “a mulher é proletária do proletariado [...] Até o mais oprimido dos homens quer oprimir a outro ser: sua mulher”. Ademais, neste período destacam-se feministas marxistas, como Clara Zetkin<sup>22</sup> e Alexandra Kollontai<sup>23</sup>, as quais tiveram extrema importância para a formação do movimento operário feminista<sup>24</sup>.

Nesse sentido, Miguel e Biroli (2013) salientam que a obra de Marx e Engels deixou um legado ambíguo ao *feminismo socialista*:

Por um lado, fizeram a defesa ardorosa da igualdade entre homens e mulheres, que com eles se tornou parte inextricável do projeto socialista. Por outro, tenderam a ler a dominação masculina como um subproduto da dominação burguesa, anulando a especificidade das questões de gênero que o feminismo sempre buscou destacar. Ainda assim, é impossível negar o impacto que uma obra como “A origem da família”, da propriedade privada e do Estado, de Engels, teve para vincular a organização da esfera doméstica à sociedade mais ampla (MIGUEL; BIROLI. 2013, p. 11).

No Brasil, a *primeira onda* é marcada também pelo tema dos direitos políticos. A partir de uma brecha na Constituição de 1891, que não proibiu o voto das mulheres, dá-se início à movimentação. A esse respeito, Pinto (2003, p.16) lembra que “a não-exclusão da mulher no texto constitucional não foi um mero esquecimento. A mulher não foi citada porque

<sup>19</sup> Establishment – Palavra incorporada definitivamente à linguagem culta brasileira, sem possibilidade de aportuguesamento, porque expressa o conceito de “estabelecimento”. Conferir em: <http://www.teclasap.com.br/establishment/>.

<sup>20</sup> Flora Tristan foi uma escritora e ativista socialista franco-peruana. Ela fez contribuições importantes para a teoria feminista inicial e argumentou que o progresso dos direitos das mulheres estava diretamente relacionado com o progresso da classe trabalhadora. Conferir em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Flora\\_Tristan](https://pt.wikipedia.org/wiki/Flora_Tristan).

<sup>21</sup> Ano da publicação do texto original é 1842.

<sup>22</sup> Clara Josephine Zetkin, nascida Eißner, foi uma professora, jornalista e política marxista alemã. É uma figura histórica do feminismo. Foi uma das fundadoras e dirigentes do Socorro Vermelho Internacional. Conferir em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Clara\\_Zetkin](https://pt.wikipedia.org/wiki/Clara_Zetkin).

<sup>23</sup> Alexandra Mikhaylovna Kollontai foi uma líder revolucionária russa e teórica do marxismo, membro do partido bolchevique e militante ativa durante a Revolução Russa de 1917, no curso da qual ela foi a única mulher líder, além de Maria Spiridonova, a desempenhar um papel destacado. Conferir em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Alexandra\\_Kollontai](https://pt.wikipedia.org/wiki/Alexandra_Kollontai)

<sup>24</sup> Essas feministas são, também, as responsáveis pela ideia da existência de um *Dia Internacional da Mulher*.

simplesmente não existia na cabeça dos constituintes como um indivíduo dotado de direitos”. Mas, em 1910, marcando um momento de ruptura, é fundado o *Partido Republicano Feminino* composto por mulheres que agiam às margens do sistema. Sobre esse acontecimento, Pinto (2003) comenta:

Daí ser muito significativa a estratégia das mulheres não-detentoras de direitos políticos de criar um partido e, dessa forma, se colocarem em uma arena onde suas manifestações eram consideradas ilegítimas por não serem cidadãs dotadas de direitos. As fundadoras do partido poderiam ter criado um clube ou uma associação, mas preferiram organizar um partido, tomando, assim, uma posição clara em relação ao objetivo da sua luta, isto é, se tornarem representantes dos interesses das mulheres na esfera política (PINTO, 2003, p.18).

Os movimentos que ocorriam nesse momento eram intensos e as manifestações desafiavam as autoridades, manifestando-se, inclusive em marchas. Ademais, acabavam dando visibilidade à causa, sensibilizando outras mulheres a participar. Vale destacar que o primeiro nome de maior notabilidade dessa fase é o de Bertha Luz<sup>25</sup>, a qual exerceu destacada liderança na década de 1920 (PINTO, 2003), fundando a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que organiza, em 1922, o *I Congresso Nacional Feminista* do Rio de Janeiro. Um movimento que possui um caráter altamente elitista, tendo em vista que Bertha transitava na alta sociedade da época.

A *segunda onda*, a fase diferencialista e/ou essencialista das lutas pela afirmação das diferenças, teve início em 1960 e vai até meados de 1980, em um momento de crise da democracia<sup>26</sup>. Neste momento, as mulheres tinham seus direitos conquistados – na teoria – pois, na prática percebiam que as mudanças realmente não ocorriam e, ainda, eram mulheres submissas. Inicia, então, um questionamento sobre a verdadeira fragilidade feminina, ou seja, será que as mulheres eram naturalmente inferiores aos homens e, por isso, não conseguiam alcançar na prática essa igualdade? Com isso, várias feministas passaram a se perguntar sobre a ideia de *mulher*, de *feminilidade*, e o questionamento que rege esse movimento é: *o que é ser mulher?*

---

<sup>25</sup> Bertha Maria Julia Lutz (São Paulo, 2 de agosto de 1894 – Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1976) foi uma ativista pelo feminismo, bióloga e política brasileira. Foi especializada em anfíbios, pesquisadora do Museu Nacional e uma das figuras mais significativas do feminismo e da Educação no Brasil do século XX. Conferir em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Bertha\\_Lutz](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bertha_Lutz).

<sup>26</sup> Importante destacar que esse segundo momento se desenvolve em um contexto de mudanças políticas e econômicas significativas, da mesma forma que a *primeira onda*, e que não acontece em todos as sociedades ao mesmo tempo.

Para contribuir com essas reflexões sobre o conceito de *mulher*, destacamos a filósofa francesa e autora da obra *O segundo Sexo* (1949), Simone de Beauvoir<sup>27</sup>. A frase que abre o segundo volume da obra – “Não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980, p. 16) – acaba por se constituir quase em símbolo do feminismo. Segundo a autora, “a mulher não é definida nem por seus hormônios, nem por instintos misteriosos, mas pela maneira pela qual ela recupera, por meio de consciências alheias, seu corpo e sua relação com o mundo” (BEAUVOIR, 1980, p. 516). Contudo, Miguel e Biroli (2013) lembram que *O Segundo Sexo* apresenta problemas claros no desenvolvimento de argumentos e, principalmente, faz generalizações que trarão consequências para os próprios movimentos feministas, mas exerce o papel importantíssimo de levar novas mulheres a questionarem o machismo e o patriarcado.

[...] O segundo sexo teve importância por contribuir para a redefinição das fronteiras da política, indicando a profunda imbricação entre o pessoal e o social, o público e o privado. Abrindo caminho, enfim, para o provocativo slogan “o pessoal é político”, que seria a marca de muito do movimento feminista a partir dos anos 1960 (MIGUEL; BIROLI, 2013, p. 13).

Outra pensadora de grande importância na *segunda onda* é Betty Friedan<sup>28</sup>, uma americana que, vivia nos Estados Unidos na época dos anos 60, 70 – onde era possível perceber certo direcionamento do povo para a ideia da *mulher dona de casa*. Com base nas suas reflexões e, inclusive, experiências e vivências como dona de casa, ela passa a questionar sobre essa figura feminina que o americano estava construindo. Esse processo passou a ser pesquisado por Friedan, a qual elaborou a obra *A mística feminina*, na qual faz uma investigação sobre os motivos pelos quais as mulheres são vistas com determinados mistérios, intuitivos, próximos da natureza, que não conseguem transcender para a cultura, possuindo este instinto submisso. Em outras palavras, Friedan pesquisava sobre a visão de mulher que os Estados Unidos traziam naquele momento.

Carol Hanisch<sup>29</sup>, também americana, foi mais uma grande ativista com grandes contribuições e reflexões para o movimento feminista da época. Participando de algumas

<sup>27</sup> Simone de Beauvoir (Paris – 09 de janeiro de 1908 — Paris, 14 de abril de 1986), foi uma escritora, intelectual, filósofa existencialista, ativista política, feminista e teórica social francesa. É conhecida, principalmente, por seu tratado *O Segundo Sexo*, de 1949, em que realiza uma análise detalhada da opressão das mulheres e um tratado fundamental do feminismo contemporâneo. Conferir em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Simone\\_de\\_Beauvoir](https://pt.wikipedia.org/wiki/Simone_de_Beauvoir).

<sup>28</sup> Betty Naomi Goldstein, mais conhecida como Betty Friedan, foi uma importante ativista feminista americana, do século XX. Participou também de movimentos marxistas e judaicos. Conferir em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Betty\\_Friedan](https://pt.wikipedia.org/wiki/Betty_Friedan).

<sup>29</sup> Carol Hanisch, feminista radical, foi um membro importante da Radical Women and Redstockings de Nova York. Ela é mais conhecida por popularizar a frase que *o pessoal é político* em um ensaio de 1969 com o mesmo nome. Conferir em: [https://translate.google.com/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=https://en.wikipedia.org/wiki/Carol\\_Hanisch&prev=search](https://translate.google.com/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=https://en.wikipedia.org/wiki/Carol_Hanisch&prev=search).

reuniões, as quais contavam com a presença masculina, foi percebendo que os homens não valorizavam as questões femininas, considerando-as secundárias, e se beneficiavam do sistema patriarcal. Assim, Hanisch passa a participar apenas de reuniões compostas apenas por mulheres e funda um movimento feminista chamado *feminsmo radical*<sup>30</sup>. Vale destacar que o termo *radical* não significa extremismo, mas, *origem*, isto é, ele busca compreender a origem da opressão que se dá contra as mulheres e, a partir disso, lutar contra essa origem.

Os anos 1960 se tornam o período de maior repercussão do feminismo como pensamento e, com isso, tal questionamento chega à academia, estabelecendo o início de uma epistemologia feminista (RAGO, 1998). Em diversas disciplinas, surgem pesquisadoras com o intuito de questionar a ciência realizada até o momento, que instituíra o masculino como padrão, ou que contava a história da humanidade a partir dos feitos dos homens. Essas pesquisadoras, evidentemente, não eram bem vistas, e, logo, os *estudos de mulheres* e *estudos feministas* passam a ter as próprias pesquisas questionadas por possuírem um *viés feminista*. Nesse ínterim, Scott (1992) relata que as mulheres sofriam na academia uma série de preconceitos e que muitas vezes era necessário se articularem para reivindicar maior representação nas associações e reuniões intelectuais, atenção às diferenças salariais e fim da discriminação na atribuição de contratos, títulos e promoções.

Já, no Brasil, o que se entende por *segunda onda* é o movimento que nasceu junto com a ditadura militar, no seio da resistência ao regime. Pinto (2003, p.45) salienta que o feminismo brasileiro nasceu em um paradoxo: ter que administrar a perspectiva autonomista e a luta contra a ditadura militar brasileira, o que “foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês”. A autora ressalta que em países como o Brasil, nos quais, além do patriarcado e opressão de gênero, percebe-se uma realidade social completamente desigual, visto que parte da população vive na miséria, é impossível que essas questões sejam externas a qualquer luta mais específica. Não só em movimentos de mulheres e negros, mas no centro da institucionalidade de partidos de esquerda, “que tendem a minimizar as questões específicas, incluindo-as como parte da problemática da desigualdade” (PINTO, 2003, p.46). Esse cenário mantém-se mesmo com a ditadura (e por causa dela), de maneira que a única pauta possível para essas feministas era o alargamento do campo político. Para Soares (1994, p.14-15), “o feminismo trouxe novos temas para o conjunto do movimento de mulheres, posteriormente incorporados pelos partidos políticos: direito de ter ou não filhos, punição pelo assassinato de mulheres, aborto, sexualidade, violência doméstica”.

---

<sup>30</sup> Kate Millett e Shulamith Firestone são outras feministas que participaram desse movimento.

Com o fim da ditadura e a abertura política, grande parte das feministas passa a militar na institucionalidade, sendo os partidos políticos a principal via de ação para transformação da sociedade. E, justamente por sua inserção institucional e de busca por espaços políticos, duas pautas ganham mais força e destaque: a questão da violência de gênero e da saúde da mulher. Além disso, começa a florescer, também, uma corrente *feminista acadêmica*<sup>31</sup> engajada e, é no desenvolvimento dessa corrente feminista e, dando início à *terceira onda*, que começa a se falar de *gênero* (um conceito que surge para complementar o de *sexo*, não para substituí-lo). O conceito de sexo trazia consigo uma ideia inalterável da diferença, completamente atrelada à anatomia, o que significava que nenhuma ação transformadora seria possível em algo intransponível. Já o termo *gênero*, para Nicholson (2000, p.10), “tem suas raízes na junção de duas ideias importantes do pensamento ocidental moderno: o da base material da identidade e da construção social do caráter humano”.

A *terceira onda*, que teve início nos anos 90, corresponde à fase pós-moderna, influenciada pelo desconstrucionismo, fase das teorias dos sujeitos múltiplos, e marca o início da discussão dos paradigmas estabelecidos nas outras *ondas*, colocando em pauta a micropolítica. Em outras palavras, essa *onda* se funda a partir da ideia de que as mulheres são diversas e, por isso, possuem demandas específicas. Dessa forma, é nessa *onda* que se desenvolvem com maior força outros movimentos – o que Hollanda (2018) vai chamar de *feminismos das diferenças* – o negro, o lésbico, o trans, entre outros.

Essa *terceira onda* é marcada por críticas de algumas feministas – as quais foram impulsionadas por Judith Butler<sup>32</sup>– e tem o objetivo de mostrar que o discurso universal é excludente, haja vista que as opressões atingem as mulheres de modos diferentes. Por esse motivo, seria imprescindível uma discussão de gênero com recorte de classe e raça, levando em conta as especificidades de cada mulher. Como exemplo disso tem-se: a questão das mulheres negras/pobres que jamais reivindicaram a possibilidade de trabalhar fora sem a autorização do marido; a universalização da categoria de mulheres tendo em vista a representação política, fato que sempre foi realizado tendo como base a mulher branca, de classe média. Além disso, os movimentos dessa *terceira onda* propõem a desconstrução das teorias feministas e as

---

<sup>31</sup> Vale destacar a tese de livre-docência da socióloga Heleieth Saffioti, sob orientação de Florestan Fernandes, em 1967, cujo trabalho intitulado “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, publicada em livro em 1969, é um marco para o feminismo acadêmico no Brasil.

<sup>32</sup> Judith Butler (24 de fevereiro de 1956, Cleveland, Ohio) é uma filósofa pós-estruturalista americana, uma das principais teóricas da questão contemporânea do feminismo, teoria *queer*, filosofia política e ética. Butler aponta a falsa estabilidade da categoria mulher e propõe buscar um modo de interrogação da constituição do sujeito que não requeira uma identificação normativa com o 'sexo' binário. Conferir em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Judith\\_Butler](https://pt.wikipedia.org/wiki/Judith_Butler).

representações que pensam a categoria de gênero de modo binário, masculino/feminino. Mas, é importante destacarmos que já na primeira concepção feminista, os elementos sociais e culturais faziam parte da construção do conceito de gênero, tentando encontrar maneiras de desconstruir as universalidades por trás das construções de feminino e masculino.

O conceito de *gênero* sofreu modificações ao longo dos últimos 40 anos. Para a socióloga feminista brasileira, Heleieth Saffioti<sup>33</sup>, o conceito de gênero, da maneira que está posto, torna-se mais vasto que o patriarcado e, ao tomar uma posição central no debate feminista, viu que a noção de uma *ordem patriarcal de gênero* foi desqualificada. “Tratar esta realidade exclusivamente em termos de gênero distrai a atenção do poder do patriarcado, em especial como homem/marido, ‘neutralizando’ a exploração-dominação masculina” (SAFFIOTI, 2004, p. 136, grifos da autora). Para a autora, o conceito de gênero não é apenas neutro, mas também carrega uma ideologia patriarcal, alimentando a engrenagem de exploração-dominação. Já Scott (1988, p.2), define-o como “a organização social da diferença sexual [...], o conhecimento que estabelece significados para as diferenças corporais”. No final dos anos 1980, Butler (2010, p.25) afirma que o “gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado [...], tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos”.

Contudo, ainda na década de 1970, apesar de uma grande ênfase no contraste entre questões físicas e sociais, as questões de gênero traziam uma dualidade para falar de diferença sexual. Em seguida, essa conduta passou a ser interpelada dentro da própria teoria feminista, passando a questionar quem é o sujeito do feminismo.

A categoria de gênero, usada primeiro para analisar as diferenças entre os sexos, foi estendida à questão das diferenças dentro da diferença. A política de identidade dos anos 80 trouxe à tona alegações múltiplas que desafiaram o significado unitário da categoria “mulheres”. Na verdade, o termo “mulheres” dificilmente poderia ser usado sem modificação: mulheres de cor, mulheres judias, mulheres lésbicas, mulheres trabalhadoras pobres, mães solteiras, foram apenas algumas das categorias introduzidas. Todas desafiavam a hegemonia heterossexual da classe média branca do termo “mulheres”, argumentando que as diferenças fundamentais da experiência tornaram impossível reivindicar uma identidade isolada (SCOTT, 1992, p.87, grifos da autora).

O raciocínio de Scott representa perfeitamente as transformações que o feminismo e a teoria feminista têm no início dos anos 1980. O conceito generalizado que Beauvoir e Friedan

---

<sup>33</sup> Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (Ibirá, 4 de janeiro de 1934 - 13 de dezembro de 2010) foi uma socióloga marxista, professora, estudiosa da violência de gênero[1] e militante feminista brasileira. Conferir em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Heleieth\\_Saffioti](https://pt.wikipedia.org/wiki/Heleieth_Saffioti).

tinham de *mulher* não dava conta de pensar todas as mulheres; ao contrário, descrevia um recorte muito pequeno para um movimento que poderia ser muito grande. Esses questionamentos representaram o início do que seria a *terceira onda* do feminismo, no momento em que o gênero passou a ter outras categorias de articulação, ou interseccionalidades, em uma crítica àquelas generalizações do início do segundo momento. Com isso, raça e classe foram os conceitos que começaram a ser articulados com o feminismo, e não só isso, uma vez que mulheres negras e pobres começaram a querer ter as suas situações de vida modificadas pelo feminismo.

A partir dos anos 1990, ao notarem um enfraquecimento, principalmente cultural no feminismo, passaram a pensá-lo como um novo momento. De acordo com Hawkesworth (2006), esse período retrata o fim do feminismo:

Um fenômeno estranho acompanha o crescimento sem precedentes do ativismo feminista pelo mundo: a declaração recorrente da morte do feminismo. Desde os anos 1970 até o novo milênio, jornalistas, acadêmicos e mesmo algumas acadêmicas feministas declararam o fim do feminismo e saudaram o advento da era pós-feminista (HAWKESWORTH, 2006, p.739, tradução nossa)<sup>34</sup>.

McRobbie (2009) acredita que o pós-feminismo se refere mais a uma extinção, principalmente no campo cultural, em que:

[...] a ajuda das bandeiras de liberdade e escolha que agora estão inextricavelmente conectadas com as jovens, o feminismo está decididamente 'datado' e parece ser redundante. O feminismo está nas sombras, onde no máximo pode esperar por uma sobrevida, onde há de ser considerado de forma ambivalente por aquelas jovens que dele mantêm uma certa distância em lugares públicos pelo bem social e reconhecimento sexual (MCROBBIE, 2009, p.11, tradução nossa, grifos da autora)<sup>35</sup>.

A autora aponta também como um fator de enfraquecimento cultural da teoria feminista o próprio deslocamento das questões de poder, do patriarcado para as micropolíticas, a partir, por exemplo, de autoras pós-estruturalistas como Butler e Haraway.

---

<sup>34</sup> Versão original: "A strange phenomenon has accompanied the unprecedented growth offeminist activism around the globe: the recurrent pronouncement of fem-inism's death. From the 1970s through the new millennium, journalists,academics, and even some feminist scholars have declared the demise offeminism and hailed the advent of the postfeminist age" (HAWKESWORTH, 2006, p.739).

<sup>35</sup> Versão original: "It suggests that by means of the tropes of freedom and choice which are now inextricably connected with the category of "young women," feminism is decisively aged and made to seem redundant. Feminism is cast into the shadows, where at best it can expect to have some afterlife, where it might be regarded ambivalently by those young women who must in more public venues stake a distance from it, for the sake of social and sexual recognition" (MCROBBIE, 2009, p.11).

A definição do conceito de pós-feminismo foi escrita por Macedo (2006) no *Dicionário Crítico Feminista*, que, entre outras definições, apresenta que haveria uma aproximação com o discurso pós-moderno, o qual procuraria desconstruir o gênero. Nas palavras da autora:

Esta corrente, focando privilegiadamente a representação, a produção e a leitura de textos culturais, mostra-se empenhada, por um lado, no reafirmar das batalhas já ganhas pelas mulheres, e por outro, na reinvenção do feminismo enquanto tal, e na necessidade de o fortalecer, exigindo que as mulheres se tornem de novo mais reivindicativas e mais empenhadas nas suas lutas em várias frentes, tal como afirmam, entre outras, Germaine Greer (1999), Teresa de Lauretis, Griselda Pollock, Susan Bordo, Elizabeth Grosz, Judith Butler, Donna Haraway. O conceito de pós-feminismo poderá assim traduzir a existência hoje de uma multiplicidade de feminismos, ou de um feminismo “plural”, que reconhece o factor da diferença como uma recusa da hegemonia de um tipo de feminismo sobre outro, sem, contudo, pretender fazer tábula rasa das batalhas ganhas, nem reificar ou “fetichizar” o próprio conceito de diferença (MACEDO, 2006, p. 814, grifos da autora).

No entanto, tal conceito retrata o que a maioria das autoras e correntes chamam apenas de *feminismo*, o qual têm a heterogeneidade e a pluralidade de vertentes e modos de ação como centrais. Atualmente, já se considera existir uma *quarta onda* do feminismo, cuja característica principal é o expressivo uso das redes sociais para organização, conscientização e propagação dos ideais feministas. Ainda que não haja uma coesão teórica, percebemos pautas frequentes sobre a cultura do estupro, a representação da mulher na mídia, os abusos vivenciados no ambiente de trabalho e nas universidades e a postura de denúncia e de recusa ao silenciamento. Dessa maneira, considera-se como termos específicos da *quarta onda* a *liberdade* e a *igualdade*, em que a liberdade de expressão e a igualdade de gênero chegam como forma de contrapor o sistema patriarcal e, quiçá, como promessa de um novo olhar para o modo como vemos o outro.

Com base nas informações apresentadas compreendemos que, ao longo da história, as mulheres vêm se organizando de distintas maneiras e em diversos momentos. Na maior parte desses momentos, verificamos um significativo acúmulo de reivindicações por direitos, entre eles, o de ser e de reconhecer-se em si mesmas e não na identidade heteroconstruída que lhes foi imposta pelo patriarcado. Cabe ressaltar que entre as lutas femininas está o direito de enunciar-se, de emergir por meio de suas próprias palavras nas mais diversas materialidades, coconstruindo seus discursos, ressignificando seus próprios conceitos, os quais foram formados sob a ótica masculina. Esse processo permite à figura feminina um direito de apropriar-se da linguagem, garantindo seu direito de fala, de manifestação e de enunciação, em busca de seu lugar na sociedade, a fim de adquirir os mesmos direitos sociais e políticos e definir-se como protagonistas de suas próprias narrativas.



Nesta seção, vimos que o *feminismo* é um movimento político-social que luta pela libertação das mulheres, em relação ao patriarcado, e possui uma historicidade, um arcabouço teórico que, ao longo da história, foi se diversificando e se organizando em torno de demandas de grupos com pautas específicas. Atualmente, essas divisões que representam uma organização em torno de um pensamento teórico e político, é chamado de *vertentes* feministas.

No conjunto de artigos que compõem a parte *Os feminismos das diferenças* (HOLLANDA, 2018), da obra *Explosão Feminista – uma amostra dos movimentos que questionam a universalidade da perspectiva branca heterossexual* – é explícita a oscilação de demandas e as questões pontuadas por cada uma das correntes feministas. Essas diferenças corroboram o motivo pelo qual empregamos o termo *feminismo* no plural – *feminismos* –, já que cada vertente possui um recorte, uma luta específica e um propósito maior. A fim de compreendermos melhor o que defendem estas correntes, especificamente àquelas em que os locutores dos *manifestos de divulgação* que compõem o *corpus* desta pesquisa sugerem estar filiadas, listaremos, a seguir, algumas vertentes do movimento feminista e suas principais características.

O *feminismo liberal*, um movimento que surgiu na *primeira onda* do feminismo, é considerado um dos *feminismos* mais antigos, ainda que essa nomenclatura seja relativamente recente e esteja envolta em certa confusão semântica, visto que o termo *feminismo liberal* é usado de muitas maneiras e para caracterizar coisas semelhantes à primeira vista, mas bastante distintas na prática. A confusão semântica a que nos referimos está justamente na questão do *liberal* que, para muitas pessoas, é sinônimo de algo *libertador*, ou seja, oposto de conservador. Nesse sentido, é frequente considerar o *feminismo liberal* como um movimento que, simplesmente, deseja “liberdades” para as mulheres. Contudo, esse movimento refere-se à luta por direitos das mulheres pautado na doutrina político-econômica do liberalismo.

Em termos de feminismo, o liberalismo foi assimilado num primeiro momento como fundamento teórico do direito das mulheres ao voto, na *primeira onda* do feminismo. A luta se dava na pauta de que todos os seres humanos são iguais e, portanto, deveriam possuir os mesmos direitos civis. Dessa forma, e em virtude do que essa doutrina defendia, as mulheres não deveriam ser excluídas. Assim, deu-se início às primeiras lutas em defesa dos direitos das mulheres à participação na esfera pública, ao trabalho, ao controle de suas finanças, à participação e à representação política de forma geral.

Ademais, essa vertente tem uma linha de pensamento individualista que sugere que se as mulheres mudarem, individualmente, em suas vidas pessoais, empoderando-se, o mundo ao redor delas mudará. Dessa forma, essa mudança depende exclusivamente do pensamento e

comportamento de cada uma. Em virtude desse discurso de empoderamento, as liberais são a favor da *pornografia feminista* e da regulamentação da prostituição como um trabalho comum, pois entendem que as mulheres têm total liberdade sobre o próprio corpo e podem escolher vendê-lo, bem como consumir outros corpos – desde que com consentimento. Vale destacar, ainda, que algumas feministas de outras vertentes criticam as liberais pelo fato do empoderamento de apenas uma mulher não garantir a liberdade de todas, já que nenhuma mulher é livre enquanto todas não forem<sup>36</sup>.

Outra vertente feminista, o *feminismo radical*, surgiu dentro da *segunda onda* do feminismo, questionando a opressão proposta pelo patriarcado – um fenômeno que perpassa a história da humanidade em diversas culturas e civilizações. Esse questionamento se dá em virtude de as feministas entenderem o patriarcado como um sistema que se caracteriza pela dominação masculina que atua como um grande divisor de direitos, privilégios e poder da sociedade.

Conforme Hollanda (2018), o *feminismo radical* se estrutura em torno da defesa dos direitos das mulheres, porém se distancia do *feminismo liberal* em virtude de manter uma posição firme contra a prostituição e a rearticulação dos marcadores de gênero, defendido principalmente pelo movimento *trans*. Essa divisão ocorre, em especial, nas linhas da ideologia de gênero, que resulta na opressão das mulheres e na manutenção de privilégios aos homens. Ainda em consonância com a autora, esse movimento se organiza na defesa da abolição do conceito de gênero, uma vez que:

[...] impõe à mulher papéis estereotipados a partir de certos marcadores sociais não naturais, como roupas, calçados e acessórios, que acreditam que a feminilidade é a ritualização da submissão e que as diferenças de comportamento entre homens e mulheres são resultado de diferentes tipos de socialização (HOLLANDA, 2018, p. 401).

Neste viés, as liberais não entendem o sexo como identidade, mas como uma posição de casta. Assim sendo, como forma de criticar as questões de gênero, não são a favor da transgeneridade, ainda que existam feministas radicais, como Andrea Dworkin<sup>37</sup>, que apoiam vigorosamente os direitos dos transexuais. Porém, de maneira geral, o *feminismo radical* se opõe à prostituição, dado que a subjugação sexual feminina tem impacto negativo sobre as mulheres comum todo. Em vista dessas noções, o *feminismo radical* se organiza como um

---

<sup>36</sup> Conferir em: <https://delas.ig.com.br/comportamento/2018-08-04/tipos-de-feminismo-explicados.html>.

<sup>37</sup> Andrea Rita Dworkin (Camden, 26 de setembro de 1946 – Washington, D.C., 9 de abril de 2005) foi uma feminista radical estadunidense e escritora conhecida por sua crítica à pornografia, que ela argumentou estar ligada ao estupro e outras formas de violência contra mulheres. Suas ideias foram amplamente criticadas por feministas liberais. Conferir em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Andrea\\_Dworkin](https://pt.wikipedia.org/wiki/Andrea_Dworkin).

movimento político e social que luta a favor da emancipação das mulheres por meio da conscientização de sua condição de subalternidade. Além disso, é importante destacarmos que esse movimento não incentiva o ódio aos homens, mas rejeita o machismo e o patriarcado.

Outra corrente feminista é o *feminismo interseccional*, um movimento sociopolítico que busca a emancipação social das mulheres do sistema patriarcal e se revela como a vertente mais recente do feminismo. Ela diz respeito às intersecções dos diferentes tipos de opressões entre as mulheres, como classe, gênero, raça e orientação sexual, já que reconhece que as mulheres não sofrem todas juntas as mesmas opressões. As principais precursoras deste movimento foram mulheres negras que visavam trazer maior visibilidade para a questão racial no feminismo. A estudiosa e defensora dos direitos civis, Kimberlé Crenshaw<sup>38</sup>, foi quem utilizou a palavra *interseccional* pela primeira vez, em 1989. Percebeu que gênero e raça eram vistos como questões isoladas e acreditava não fazer sentido estudá-los separadamente.

As feministas *intersecs* defendem, por exemplo, que nem sempre as mulheres estão em situação de desvantagem nas relações de poder na sociedade, tendo em vista que as mesmas não se configuram somente no sistema patriarcal, mas que existem outros sistemas de opressão que as envolvem, como etnia, classe, sexualidade, entre outros. Diante disso, a interseccionalidade no feminismo é pertinente pelo fato das mulheres possuírem um lugar de subordinação, exploração e inferiorização na sociedade. Elas são, na verdade, a classe oprimida em oposição ao grupo opressor-dominante no sistema hierárquico de opressão de gênero que, por ser o detentor nas relações sociais de dominação-exploração de gênero, é privilegiado.

Conveniente pontuarmos, ainda, que o *feminismo interseccional* surgiu como um *feminismo da diferença*, como uma crítica e reação ao que hoje é conhecido como *feminismo branco*, movimento feminista que enfatiza as experiências das mulheres brancas e burguesas. Por isso que se atribui dentro do movimento feminista a origem do *feminismo interseccional* à luta das mulheres negras durante a transição da *segunda onda* para a *terceira*, quando as mulheres ganharam mais visibilidade e suas pautas específicas começaram a ser mais impulsionadas nas bandeiras do movimento feminista.

Segundo Hollanda (2018), existem no *feminismo*, também, outras vertentes com recortes específicos, dentre os quais, destacamos: a) *feminismo negro*, que luta contra a desigualdade, a opressão, a discriminação e a violência sofrida por mulheres e homens negros; b) o *feminismo*

---

<sup>38</sup> Kimberlé Williams Crenshaw (nascida em 1959) é uma defensora dos direitos civis americana e uma das principais estudiosas da teoria crítica da raça. Ela é professora em tempo integral na Faculdade de Direito da [UCLA](https://pt.wikipedia.org/wiki/UCLA) e na Columbia Law School, onde se especializa em questões de raça e gênero. Conferir em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Kimberl%C3%A9\\_Williams\\_Crenshaw](https://pt.wikipedia.org/wiki/Kimberl%C3%A9_Williams_Crenshaw).

*indígena*, cujas prioridades são as lutas tradicionalmente masculinas, como a demarcação de terras, a divulgação do genocídio dos povos indígenas e a luta pela conquista de lugares de liderança; c) o *transfeminismo*, que defende o direito e a visibilidade de mulheres *trans* no mercado de trabalho e a possibilidade dessas mulheres de se desidentificar com ambos os gêneros e; d) o *feminismo lésbico*, que busca maior notoriedade no interior do movimento *LGBTQI*<sup>39</sup> e trabalha coletivamente nas expressões artísticas e culturais<sup>40</sup>.

Sobre o feminismo negro, gostaríamos de destacar a obra da filósofa e ativista Djamila Ribeiro<sup>41</sup>, *O que é Lugar de Fala?*, que tem como objetivo reconhecer a importância e dar visibilidade à multiplicidade de vozes de grupos até então marginalizados, em especial, as mulheres e indígenas. Ribeiro (2017) esclarece conceitos referentes ao *feminismo negro*, no intuito de romper com a ideia da primazia de uma opressão em relação a outras. Além disso, seu compromisso é fomentar a descolonização do pensamento, mostrando diferentes perspectivas, articulando as feministas negras como sujeitos às questões essenciais para o rompimento da narrativa tida como dominante. Um dado que nos chama a atenção, na obra, é o fato da autora abordar um capítulo intitulado *Mulher negra: o outro do outro*, evidenciando que, de modo geral, a mulher não é pensada a partir de si, mas em comparação ao homem, como se ela “fosse o outro do homem, aquela que não é homem” (RIBEIRO, 2017, p. 35). E, neste sentido, se a mulher é o *outro* do homem, a mulher negra é, portanto, *o outro do outro*, já que “as mulheres negras ocupam um espaço vazio, um espaço que se sobrepõe às margens da raça e do gênero, o chamado terceiro espaço, um tipo de vácuo de apagamento e contradição em um mundo polarizado em negros de um lado e mulheres de outro” (p. 38).

No que se refere ao termo *lugar de fala*, a autora esclarece que não há uma epistemologia determinada ou, ao menos, sua origem ainda é imprecisa. “Acreditamos que este surge a partir da tradição da discussão sobre *feminist stand point* – ponto de vista feminista, em uma tradução literal – diversidade, teoria radical crítica e pensamento decolonial” (p. 58). Dessa forma, Ribeiro (2017) afirma que “a partir da teoria do ponto de vista feminista, é possível falar de lugar de fala” (p. 59), alertando para o fato de que é preciso entender grupos sociais não como um amontoado de indivíduos, mas como individualidades em sua própria realidade, pois,

<sup>39</sup> A sigla *LGBTQI* refere-se ao coletivo composto por pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais, *queers* e intersexuais.

<sup>40</sup> Estamos cientes da existência de outras vertentes feministas, tais como, a *marxista*, a *ecofeminista*, a *socialista*, a *protestante*, a *asiática*, a *cristã*, etc. Porém, em virtude dos objetivos que norteiam esta pesquisa, neste momento, não serão aprofundados.

<sup>41</sup> Djamila Taís Ribeiro dos Santos é uma filósofa, feminista e acadêmica brasileira. É pesquisadora e mestra em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo. Tornou-se conhecida no país por seu ativismo na internet. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Djamila\\_Ribeiro](https://pt.wikipedia.org/wiki/Djamila_Ribeiro). Acesso em: 04 de jan de 2020.

indivíduos pertencentes a determinados grupos partilham experiências similares. Ou seja, para a autora, ao falar de direito à existência digna, à voz, à visibilidade, fala-se na verdade de *locus* social, de como esse lugar marginal imposto a determinados grupos dificulta a possibilidade de transcendência. Neste sentido, assevera que “absolutamente nada tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo” (p. 64), tendo em vista que o fato de uma pessoa ser negra não significa que ela saberá refletir crítica e filosoficamente sobre as consequências do racismo. Com isso, pontua que as vivências e experiências de um indivíduo são importantes, mas faz-se necessário entender as condições sociais que constituem o grupo no qual este indivíduo está inserido e quais são as experiências que essa pessoa compartilha ainda como grupo.

Ribeiro (2017) declara que “é necessário escutar por parte de quem sempre foi autorizado a falar”, haja vista que, conforme a autora, há uma dificuldade da maioria branca em ouvir, por conta do incômodo que as vozes silenciadas trazem, do confronto que é gerado quando se rompe com a voz única. “Falar de racismo, opressão de gênero, é visto geralmente como algo chato, ‘mimimi’ ou outras formas de deslegitimação” (p. 79). Dessa maneira, pensar em lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia e refletir acerca de tantos grupos invisibilizados ao longo da história (sobretudo as mulheres negras). Compreendemos, portanto, que a obra de Ribeiro (2017) se faz relevante para esta dissertação na medida em que tentaremos observar o *lugar de fala* dos locutores dos *manifestos de divulgação*, tendo em vista que cada um deles trabalha com a construção do seu lugar de fala – já que, nas palavras da autora, *todo mundo tem lugar de fala* –, sendo o *ethos* resultado disso.

Realizados esses esclarecimentos acerca do *lugar de fala*, julgamos pertinente apresentarmos, neste momento, os feminismos pelos quais os locutores dos *manifestos de divulgação, corpus* desta pesquisa, sugerem estar filiados. Entendemos que o locutor do *manifesto FC*, por utilizar mecanismos linguísticos que indicam a luta política das classes menos favorecidas, sugere uma possível filiação ao *feminismo liberal* – uma vertente que se concentra mais em questões como a igualdade no local de trabalho, na educação e nos direitos políticos –. Além disso, por marcar-se discursivamente por meio de mecanismos que revelam efeitos de repulsa ao patricarcado, parece militar, também, no *feminismo radical* – um movimento que enfatiza as raízes patriarcais da desigualdade entre homens e mulheres, ou, mais especificamente, a dominação social das mulheres pelos homens. Já o locutor do *manifesto VJ* que, enunciativamente marca-se por meio de mecanismos que indicam empoderamento, união e que apesar de trazer dentro de si tantas diferenças – de nacionalidade, de cor de pele, de

cultura, de religião, de idade, etc. – necessita enxergar-se na coletividade, sugere indícios de um possível engajamento ao *feminismo liberal*. Ainda que a autora do *manifesto* alegue não estar filiada à nenhuma corrente, pois, como tínhamos dúvida quando a sua filiação aos movimentos feministas, resolvemos questioná-la e, com muita gentileza, Souza afirma: “simpatizo com discursos de muitos Feminismos, mas não me identifico 100% com nenhuma corrente específica. Então, faço meu próprio feminismo<sup>42</sup>, dentro das premissas básicas, me identificando e respeitando diversas correntes”<sup>43</sup>.

Neste patamar, no que se refere às *mulheres* que parecem integrar o discurso enunciativo dos locutores dos *manifestos de divulgação*, compreendemos que o *manifesto FC* sugere-nos a imagem de uma mulher branca, ativista política e social, que luta pelos direitos das mulheres contra a subjugação e dominação patriarcal. Já o *manifesto VJ*, fornece-nos indícios de uma mulher jovem, profissional liberal, que, por meio de suas próprias vivências e experiências, luta para fortalecer e colocar em prática a união entre as mulheres, ou seja, a sororidade.

Em virtude dos dados explanados, no gênero *manifesto de divulgação* que compõe o nosso *corpus* de pesquisa, buscaremos compreender como esses sujeitos discursivos se marcam na materialidade linguística e permitem emergir uma imagem de si mesmos para que, por meio dos mecanismos que auxiliam a articulação da noção de *ser mulher*, seja possível esboçarmos um perfil de *ethos* que emerge de um discurso feminista de divulgação. Importante ressaltarmos que para determinar o *ethos*, considerando a enunciação, é preciso estabelecer uma totalidade da produção de um sujeito enunciativo, tendo em vista que o “*ethos* explicita-se na enunciação enunciada, ou seja, nas marcas da enunciação deixadas no enunciado” (FIORIN, 2016, p. 70).

Por fim, diante da retomada teórico-conceitual que tentamos esboçar neste capítulo, a seguir, explanaremos a noção de *ethos* discursivo que será mobilizada na categoria metodológica referente à interpretação dos dados e sua relação com o *feminismo*.

## 2.1 A IMAGEM DE SI E DO OUTRO: *ETHOS* E FEMINISMO

Nesta seção, abordaremos a noção de *ethos* discursivo que será mobilizada na categoria metodológica referente à interpretação dos dados, isto é, discutiremos o esboço da imagem discursiva dos locutores dos textos, a partir das marcas dos sujeitos no enunciado que emergem

<sup>42</sup> Essa frase nos leva a refletir sobre a possível existência de um próprio feminismo da autora, no interior do feminismo.

<sup>43</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/messages/t/pagedababi>.

na materialidade linguística. Neste trabalho, optamos por trazer essa noção em função dos sujeitos que se marcam na materialidade por meio de determinados mecanismos linguísticos, em especial os pronomes e os verbos, que auxiliam a articulação da noção de *ser mulher* e colaboram na construção de uma imagem de si, o *ethos* discursivo.

Cabe destacar que, entre diversos lugares discursivos privilegiados de observação, o tema do *feminismo* revelou-se como um dos mais adequados para este trabalho, em virtude de inúmeros processos de criação e ressignificação léxicas que reposicionam a imagem do sujeito que emerge das materialidades linguísticas, nos dias atuais. Com isso, compreendemos que a partir da análise que nos dispomos a realizar, pretendemos refletir sobre o (re)significar feminista e a emergência do sujeito discursivo no enunciado, em um momento em que os movimentos feministas e a enunciação tornam-se um ato simbólico de protesto, de propagação de ideias, de criação e reposicionamento das mulheres na sociedade brasileira, marcando seu tempo e seu espaço.

Nesse patamar, a relação do *ethos* com a figura das mulheres torna-se fundamental, nesta pesquisa, tendo em vista que pretendemos, por meio da análise linguística de determinados mecanismos, esboçar um perfil de *ethos* que emerge de um discurso feminista, em dois *manifestos de divulgação*. Neles, encontramos algumas definições do que é *ser mulher* e de como essa figura foi se ressignificando por meio da luta, da união e da (re)colocação do seu lugar dentro da sociedade. Portanto, como se tratam de dois locutores que, ao nosso entendimento, se marcam linguisticamente por meio de suas próprias vivências, buscamos compreender como se dão essas marcas, em particular, nas situações em que abordam a noção de *ser mulher*. Tal análise permitirá, então, o esboço da imagem discursiva desses sujeitos, ou seja, o perfil do *ethos* que emerge de um discurso feminista, comprovando, também, que a LE contribui nos questionamentos em que estão presentes a natureza humana e suas confrontações sociais.

No que tange à imagem discursiva do locutor do texto, é importante esclarecermos a noção de *ethos* desde seu surgimento até a apropriação desse conceito grego para as ciências da linguagem, na atualidade. O conceito de *ethos* é proveniente de Aristóteles, na *Retórica*, que considerava o orador e o auditório como partícipes do processo argumentativo. Assim, a partir da imagem do orador e dos traços de seu caráter demonstrados em seu discurso ao auditório, buscava-se compreender e explicar como o discurso se torna eficaz, sendo capaz de persuadir. Conforme Amossy (2005, p. 10), “os antigos designavam pelo termo *ethos* a construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório”. Nesse sentido, na *Retórica*, a noção de *ethos* mobilizava características extradiscursivas, os oradores utilizavam

características físicas a fim de construir uma autoimagem positiva. A prova pelo *ethos* consistia em causar boa impressão pela maneira como se construía o discurso, passando uma boa imagem de si, de forma a convencer o auditório e ganhar sua confiança. É importante ressaltar que a visão aristotélica de *ethos* inclui a noção de sujeito psicobiológico. No entanto, Aristóteles reconhece o valor da imagem discursiva do orador que levaria o auditório a aceitar determinadas teses.

Recentemente, as ciências da linguagem como, por exemplo, a Pragmática, a Análise do Discurso, a Linguística da Enunciação, as teorias de Argumentação, resgataram o conceito grego de *ethos*, abandonando-o ou reformulando-o. A construção de uma imagem de si está fortemente ligada à enunciação, haja vista que “todo o ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si” (AMOSSY, 2005, p. 9). Assim, o ato de produzir um enunciado remete ao locutor que mobiliza a língua, colocando-a em funcionamento ao usá-la, por meio do *aparelho formal da enunciação*, conforme propõe Benveniste<sup>44</sup> (1974). Essa apropriação que o locutor faz da língua transformando-a em discurso constrói sua subjetividade, visando, também, à intersubjetividade, ou seja, a “inter-relação constitutiva da enunciação que pressupõe o eu e o outro mutuamente implicados” (FLORES et al, 2017, p. 146), já que a enunciação é por definição alocação. Essa relação discursiva com o parceiro pressupõe a construção das imagens de um e de outro<sup>45</sup>. É nesse viés que reside nosso foco de interesse em aliar o conceito de *ethos* à LE, nas categorias de análise e interpretação dos pronomes e verbos encontrados no *corpus*. Entendemos que a eficácia da palavra deriva de um *ethos* inteiramente construído pelo discurso e possível de ser esboçado pelo sujeito enunciativo, mais especificamente, pelas marcas deixadas por esse sujeito na materialidade linguística.

Em consonância com Amossy (2005), foi Ducrot (1984) quem integrou o termo *ethos* aos estudos enunciativos, por meio da *Teoria Polifônica da Enunciação*, na qual, inspirado na Retórica aristotélica, associa o locutor a uma imagem de si na busca da persuasão e não ao que enuncia sobre si. Nas palavras de Ducrot (1984):

O *ethos* não se trata de afirmações auto-elogiosas que ele pode fazer de sua própria pessoa no conteúdo do seu discurso, afirmações que podem ao contrário chocar o ouvinte, mas da aparência que lhe confere a fluência, a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, os argumentos. [...] O *ethos* está ligado a L, o locutor enquanto tal: é enquanto fonte da enunciação que ele se vê dotado [*affublé*] de certos caracteres que, por contraponto, tornam esta enunciação aceitável ou desagradável. O que o orador poderia dizer de si, enquanto objeto da enunciação, diz, em contrapartida,

<sup>44</sup> É importante destacar que o termo *ethos* não é usado por Benveniste em sua obra.

<sup>45</sup> Entretanto, convém salientarmos que em uma abordagem discursiva, uma relação indireta se estabelece entre locutor, enunciação, sujeito discursivo e imagem de si, dado que esta se manifesta como uma característica do sujeito do discurso e não propriamente do locutor da enunciação.



respeito a  $\lambda$ , o ser no mundo, e não é este que está em questão na parte da retórica de que falo [...] (DUCROT, 1984, p. 189).

Entretanto, para fins deste trabalho, não adotaremos a perspectiva ducrotiana, haja vista que o referido autor, ainda que integrante dos estudos enunciativos, não corresponde à finalidade dos nossos estudos, principalmente por designar a enunciação como a aparição de um enunciado e não o ato de alguém que o produz – conceito esse que, em Benveniste, encontramos subsídio. Ademais, a noção de *ethos* em Ducrot é mobilizada pela concepção de enunciação da pragma-semântica que, segundo Amossy (2005, p. 15), “trata-se de uma teoria que enfatiza a fala como ação que visa influenciar o parceiro”, outra noção que, neste momento e para fins deste estudo, não é de nosso interesse<sup>46</sup>.

Realizados tais esclarecimentos, ressaltamos que nos estudos enunciativos a noção de *ethos* não está relacionada ao orador e ao auditório, como era entendido na Retórica, mas às categorias linguístico-discursivas dos parceiros da enunciação. Considerando que o ato de produzir um enunciado remete necessariamente ao locutor, que mobiliza a língua e a faz funcionar ao utilizá-la (AMOSSY, 2005, p. 11), é provável que isso seja feito com certa tendência enunciativa, consciente ou inconscientemente, a qual revela uma imagem desse locutor. Essa tendência enunciativa que se delineia é, conforme Fernandes (2005, p. 224), “a recorrência de uma ou algumas estruturas linguísticas que caracterizam a forma de dizer em um discurso oral ou escrito”. Como vimos, em nosso estudo, a tendência enunciativa de uso das classes gramaticais pronomes e verbos, identificados na materialidade textual, poderá auxiliá-los na perfilação do *ethos*.

Tratando-se especificamente do *gênero manifesto de divulgação*, que constitui o *corpus* desta pesquisa, consideramos pertinente, ainda, abordar as noções de *ethos* em Dominique Maingueneau (1984). Para o autor, tal noção se desenvolve de forma articulada à cena da enunciação, pois são as cenas englobantes, as cenas genéricas e as cenografias instauradas no discurso que condicionam os papéis e funções de enunciadores e coenunciadores, de modo que se legitimem lugares de enunciação e dizeres específicos. Dessa forma, cada tipo de discurso comporta uma distribuição preestabelecida de papéis, podendo escolher mais ou menos livremente sua *cenografia*. Nesse contexto, entendemos que no *gênero* que compõe este estudo o discurso de divulgação é eminente, o qual pode utilizar determinada terminologia a fim de produzir certos sentimentos – de justiça, empatia, união, entre outros – aos adeptos ou simpatizantes dos movimentos feministas.

---

<sup>46</sup> Para maiores detalhes sobre a teoria ducrotiana, consultar: DUCROT, O. *O dizer e o dito*, 1984.

Em conformidade com Maingueneau (1984), a noção de *ethos* adquire grande relevância quando o enunciador tem a liberdade para escolher sua *cenografia*, uma vez que em tais categorias o *ethos* aparece em toda troca verbal. Nessa conjuntura, o autor relaciona à noção de tom, que substitui com vantagens a de voz, à medida que remete tanto à escrita quanto à fala. Com isso, o tom se apoia sobre uma “dupla figura do enunciador, a de um *caráter* e de uma *corporalidade*” (AMOSSY, 2005, p. 16, grifos da autora). Nesse patamar, concordamos com Maingueneau (1984) que postula que a maneira de dizer autoriza a construção de uma verdadeira imagem de si, pois, ao participar da palavra, a imagem causa impacto e, assim, a noção de *ethos* liga-se ao enunciador e a sua legitimidade pelo discurso.

Maingueneau (2015) aponta que, em uma construção discursiva, o locutor não precisa dizer de si, já que é feita uma representação de si no momento do enunciado e, posteriormente, pode ser identificada por meio da materialidade linguística. Então, conforme o autor, um perfil dessa imagem – *ethos* – é esboçado na materialidade linguística, por meio da própria enunciação.

Como vimos em Amossy (2005, p. 142), o *ethos* é uma “imagem de si [locutor] construída no discurso”. Também, Fiorin (2008, p. 139) compartilha dessa ideia quando afirma que o *ethos* é “um sujeito construído pelo discurso e não uma subjetividade que seria a fonte de onde emanaria o enunciado, de um psiquismo responsável pelo discurso”. Diante disso, entendemos que o *ethos* pode emergir de sentidos vários que se produzem na enunciação, mas não ser uma entidade que precede a ela. E, se o *ethos* está crucialmente ligado ao ato de enunciação, não se pode ignorar que o público constrói uma representação do *ethos* do enunciador, antes mesmo que ele fale. É o que Amossy (2005) chama de *ethos prévio*, ou seja, em determinados discursos, o coenunciador dispõe de representações prévias do *ethos* do enunciador.

No caso dos *manifestos de divulgação*, nossos objetos de estudo, por pertencerem a um *gênero* que possui certo posicionamento ideológico, podem induzir o leitor a determinadas expectativas em matéria de *ethos*. Essa leitura *induzida* faz “emergir uma origem enunciativa, uma instância subjetiva encarnada que exerce o papel de fiador” (MAINGUENEAU, 2005, p. 72). Segundo o autor, o fiador é a figura que o leitor constrói com base em indícios textuais de várias ordens e, assim, se vê investido de um caráter – feixe de traços psicológicos – e de uma corporalidade – associada a uma compleição corporal, mas também a uma forma de vestir-se e mover-se no espaço social. Nas palavras do autor:

Caráter e corporalidade do fiador apoiam-se, então, sobre um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, de estereótipos sobre os quais a enunciação se apoia e, por sua vez, contribui para reforçar ou transformar. Esses estereótipos culturais circulam nos registros mais diversos da produção semiótica de uma coletividade: livros de moral, teatro, pintura, escultura, cinema, publicidade (MAINGUENEAU, 2005, p. 72).

Nesse ínterim, por meio da incorporação, o autor designa a maneira pela qual o coenunciador se relaciona ao *ethos* de um discurso, pois esse libera um universo de sentidos, em que as *ideias* expressadas em um discurso apresentam-se por uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser, ou seja, à participação imaginária em um vivido. Assim, nas palavras de Maingueneau (2005, p. 73, grifo do autor), “o texto não é para ser contemplado, ele é enunciação voltada para um coenunciador que é necessário mobilizar para fazê-lo aderir “fisicamente” a um certo universo de sentido”. Compreendemos que o *gênero* que compõe o *corpus* deste estudo, *manifesto de divulgação*, cuja terminologia é voltada para o feminismo, efetua em seu discurso uma apresentação de si que, a partir dos efeitos de sentidos instaurados por elementos linguísticos, contribuem na construção de um possível perfil de *ethos* discursivo.

A fim de dar continuidade à discussão sobre gêneros, na seção seguinte, explanaremos sobre as diferenciações teóricas entre *tipos* e *gêneros textuais*, especificamente o *gênero manifesto de divulgação*, que constitui o *corpus* de análise em que os pronomes e os verbos serão mobilizados.

## 2.2 MANIFESTOS DE DIVULGAÇÃO: TIPOLOGIA E GÊNEROS TEXTUAIS

Nesta seção, dando sequência às reflexões sobre *gênero*, primeiramente, trataremos das diferenças teóricas entre *tipos* e *gêneros textuais* e, em seguida, abordaremos questões relativas à materialidade linguística que compõe o *corpus* de análise: o *gênero textual manifesto de divulgação*.

Para discutir sobre a distinção entre *tipo* e *gênero textual*, partimos da concepção de Marcuschi (2008, p.154, grifos nossos) que postula que “*tipo textual* designa uma espécie de construção teórica [...] definida pela natureza linguística de sua composição. [...] O *tipo* caracteriza-se muito mais como sequências linguísticas do que como textos materializados”. Tendo em vista que as principais *tipologias* são a argumentação, a narração, a exposição e a descrição, constatamos, portanto, que as *tipologias textuais* contribuem como suporte para a produção de textos, ou melhor, de *gêneros textuais*. É relevante destacarmos que um *gênero*

dificilmente apresentará do princípio ao fim, uma única *tipologia*, assim, os *gêneros* podem mesclar suas sequências de acordo com as estratégias e as intenções do produtor do texto.

Os *gêneros textuais*, por sua vez, envolvem “uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares” (MARCUSCHI, 2008, p. 154), por meio de textos orais e escritos. O teórico ainda afirma que a produção de *gêneros* está atrelada à organização da sociedade, o que nos leva a pensar no estudo de *gêneros* como uma das muitas maneiras de compreender o funcionamento social da língua.

Nessa perspectiva, ainda em consonância Marcuschi (2008), compreendemos que os *gêneros textuais*, diferentemente dos *tipos*, referem-se aos textos materializados em situações comunicativas diárias. Assim, “apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas (MARCUSCHI, 2008, p. 155)”.

Realizadas estas distinções entre *tipo* e *gênero textual*, discutiremos, agora, sobre o *manifesto de divulgação*, *gênero* que compõe o *corpus* de análise desta pesquisa. De modo geral, o *manifesto* pode ser entendido como um *gênero* de caráter persuasivo, que se propõe a declarar publicamente princípios específicos, com o intuito de chamar a atenção do público, incitar à ação e alertar para a necessidade de executar algum tipo de mudança. Sua repercussão aumentará na medida em que ele circular entre um maior número de pessoas<sup>47</sup>. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2014), a *persuasão* ocorre no nível sensível, da opinião humana e está ligado às paixões e às emoções, enquanto o *convencimento* ocorre no nível racional e inteligível, que se acessa pelo uso da razão.

Para Amossy (2011, p. 130), a *persuasão* é entendida como uma tentativa de fazer aderir não somente a uma tese, mas também de manifestar certos modos de se colocar, para negociar com o interlocutor e o terceiro algum tipo de influência sobre eles. Por esse raciocínio, podemos afirmar que persuadir não se limita apenas a uma possibilidade de influência, já que é próprio de toda interação supor uma busca de influência do locutor sobre o interlocutor, mas também sobre um possível terceiro – como acrescenta Amossy (2011). Nesse viés, compreendemos que nos *manifestos de divulgação*, além dessa tentativa de influenciar o interlocutor, há também um apelo emotivo que faz com que esse interlocutor acabe aderindo a causa feminista.

O texto do tipo *manifesto* surgiu nos países de língua francesa no final do século XVI e, no século XVII, disseminou-se em outras línguas, como veículo para declarações de guerra e

---

<sup>47</sup> Conferir em: <https://brasilecola.uol.com.br/redacao/manifesto.htm>.

demais atos políticos oficiais, tornando-se um *gênero* discursivo pertencente ao campo pragmático da política. Neste mesmo período, o termo viria a adquirir o significado mais amplo, que aqui nos interessa, de *declaração ou proclamação pública*. Do século XVII até a primeira metade do século XIX, o *manifesto* se situou no âmbito da política como uma declaração ou proclamação feita por líderes, por um Estado ou por um partido, permitindo-o ser utilizado como um instrumento de legitimação política.

Como propósito principal, o *manifesto* objetiva tornar conhecido, para o público em geral, algum fato já estabelecido. Em outras palavras, esse *gênero* é geralmente produzido, circula e é compreendido pelos interlocutores e/ou uma comunidade de interlocutores aos quais são destinados. O *gênero textual manifesto de divulgação*, que compõe a materialidade linguística deste estudo, tem como propósito difundir as ideias feministas como ferramentas democráticas, possibilitando a determinada comunidade social aprofundar seus conhecimentos acerca do ponto de vista feminista.

No que se refere aos interlocutores desse *gênero*, conseguimos compreender previamente que o público do *manifesto FC* parece diferir do *manifesto VJ*. No primeiro, intitulado *Feminismo em comum para todas, todes e todos*, sugere uma problematização sobre gênero, ou seja, o locutor expõe de imediato a questão de gênero para o *feminismo*. Essa problematização se dá em virtude de, na expressão *todes*<sup>48</sup>, abarcar outros gêneros que não os tradicionais masculino e feminino. Segundo a autora do *manifesto*:

O feminismo nos leva à luta por direitos de *todas, todes e todos*. *Todas* porque quem leva essa luta adiante são as mulheres. *Todes* porque o feminismo liberou as pessoas de se identificarem somente como mulheres ou homens e abriu espaço para outras expressões de gênero – e de sexualidade – e isso veio interferir no todo da vida. *Todos* porque a luta por certa ideia de humanidade (que não é um humanismo também pode ser um operador ideológico que privilegia o homem em detrimento das mulheres, dos outros gêneros e, até mesmo, das outras espécies) e, por isso mesmo considera que aquelas pessoas definidas como homem devem ser incluídas em um processo realmente democrático, coisa que o mundo machista – que proferiu aos homens privilégios, mas os abandonou a uma profunda miséria espiritual – nunca pretendeu realmente levar à realização (TIBURI, 2018, p. 11,12).

Já no *manifesto VJ*, no próprio título *Vamos juntas? O guia da sororidade para todas*, o locutor, ao empregar o advérbio *juntas* e o pronome indefinido *todas*, no feminino, dá indícios de que seus interlocutores são apenas as mulheres. De acordo com o relato da autora:

---

<sup>48</sup> Para identificar o gênero não binário, a autora opta por usar a letra *e*, como em *todes*, em lugar de *x* ou *@*, a fim de não criar barreiras para a acessibilidade do conteúdo por deficientes visuais.

Ao chegar no ponto de ônibus, tive a maior das surpresas: olhei para os lados e percebi que várias das mulheres ali também estavam no primeiro coletivo comigo. “Poxa, a gente fez o mesmo caminho!”, pensei. Elas haviam passado pela mesma praça escura e, certamente, com tanto medo quanto eu. “Por que não fomos juntas?”, me perguntei, e decidi que da próxima vez que descesse do ônibus e precisasse atravessar aquela praça, convidaria uma delas para fazer o trajeto comigo. Afinal, se temos os mesmos medos, porque não nos unirmos? Bem ali, naquela parada tive o *insight* do que seria o *Vamos juntas?* Me unir a outras mulheres para inibir o assédio e qualquer tipo de violência [...] (SOUZA, 2016, p. 18, grifos da autora).

Porém, compreendemos que ambos os *manifestos* sugerem estar inseridos nesse *gênero* pelo fato de, discursivamente, tentarem fazer com que seus interlocutores adiram a uma causa, ou seja, a luta por direitos iguais. Dessa forma, o interlocutor do *manifesto FC* acaba sendo influenciado que o feminismo deve ser comum a *todas, todes e todos* e, do *manifesto VJ*, que as mulheres precisam se empoderar e que, *juntas*, conseguem exercer a sororidade.

Realizados tais esclarecimentos acerca dos interlocutores dos *manifestos de divulgação* que compõem o *corpus* da nossa pesquisa, cabe destacarmos, ainda, que os *gêneros* não são superestruturas canônicas e deterministas, mas, sim, formações interativas, multimodalizadas e flexíveis de organização social e de produção de sentidos (MARCUSCHI, 2008). Trata-se, na realidade, de atividades sociais que se situam em domínios discursivos e produzem contextos e situações para as práticas sociodiscursivas. Nesse sentido, este trabalho, cujo objetivo é esboçar um perfil de *ethos* que emerge de um discurso feminista, em dois *manifestos de divulgação*, a partir do emprego de pronomes e verbos que auxiliam a articulação da noção de *ser mulher*, com base na LE, terá o *gênero manifesto de divulgação* – uma atividade social que se situa em domínios discursivos – como materialidade linguística.

No capítulo seguinte, abordaremos questões relativas à Linguística da Enunciação – principal vertente teórica que embasa este estudo e, na sequência, apresentaremos as questões relacionadas aos pronomes e aos verbos, ou seja, às marcas do sujeito na língua.

### 3 SOB O OLHAR DA LINGUÍSTICA DA ENUNCIÇÃO: CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Neste capítulo, dando prosseguimento à trajetória teórica, discutiremos sobre a Linguística da Enunciação, a partir de Benveniste, um de seus principais linguistas. As noções abordadas anteriormente, e também neste capítulo, serão mobilizadas na categoria metodológica da análise dos dados, em que verificaremos na materialidade textual o papel de determinados mecanismos linguísticos, especialmente os pronomes e os verbos, que auxiliam a articulação da noção de *ser mulher* e contribuem para o esboço de um perfil de *ethos* que emerge de um discurso feminista. Conforme apontamos anteriormente, serão analisados somente os pronomes e os verbos que são empregados nas sequências enunciativas relacionadas à noção de *ser mulher*, nas primeiras e terceiras pessoas do singular e do plural, sendo que nas terceiras pessoas analisaremos, apenas, as do gênero feminino (ela; elas).

Antes de discutirmos algumas noções importantes da Linguística da Enunciação para este estudo, é necessário que façamos referência ao *Curso de Linguística Geral*<sup>49</sup>, de Ferdinand de Saussure, publicado originalmente em 1916, por entendê-lo como um dos textos fundadores das ciências linguísticas. A partir dele, muitas teorias surgiram ainda que para tratar de aspectos que não foram abordados com maiores detalhes, nessa obra. Nesse viés, o *Curso de Linguística Geral* é visto como fundador da Linguística, enquanto ciência e, mais tarde, apresentou alguns pontos que fizeram com que se pensasse na enunciação.

O linguista genebrino, por uma questão metodológica, privilegia o estudo da língua em detrimento da fala. No entanto, Saussure não desconsidera a fala, apenas não a toma como objeto da ciência que pretendia, naquele momento, estabelecer. O *Curso* coloca em oposição língua (social) e fala (individual, língua em uso), concentrando seus estudos naquela, passível de explicação por si mesma, haja vista que, desde o ponto de vista saussuriano, a Linguística deveria ser uma ciência autônoma. Nessa perspectiva, para o teórico, existiria a Linguística propriamente dita (cujo objeto é a língua) e a Linguística da Fala, da qual não se ocupou (SAUSSURE, [1916] 2006).

---

<sup>49</sup> Não é de nosso interesse discutir, neste estudo, as questões de autoria do *Curso de Linguística Geral*, em decorrência de ser uma publicação póstuma, compilada por alguns alunos do curso que Saussure ministrou em vida. Para isso, é possível consultar, por exemplo: BOUQUET, S. De um pseudo-Saussure aos textos saussurianos originais. In: *Letras & Letras*, Uberlândia, v. 25, n.º 1, p. 161-75, jan./jun. 2009; SARGENTINI, V. M. O; BARONAS, R. L. O Curso de Linguística Geral: apontamentos de uma leitura da Análise do Discurso. In: *Revista do GEL*, São José do Rio Preto, v. 4, n.º 2, p. 43-52, 2007. Mencionamos o Curso, neste momento, por entendê-lo como um dos textos fundadores das ciências linguísticas, a partir do qual muitas teorias surgiram ainda que para tratar de aspectos que não foram abordados com maiores detalhes, nessa obra.

Como mencionamos, a referência a esse aspecto fundador do *Curso* se faz relevante, pois, a partir dos pressupostos saussurianos, muitas outras teorias, foram formuladas. Exemplo disso é a Teoria Enunciativa de Benveniste, que tem sua origem pautada na discussão de algumas ideias saussurianas, como a arbitrariedade do signo linguístico e a distinção entre língua e fala. No entanto, a teoria benvenistiana, ao mesmo tempo em que se filia às ideias de Saussure, não as segue estritamente, a começar pelo seu objeto de estudo, a enunciação.

Faz-se relevante destacarmos que, em nenhum momento de suas obras, Benveniste declara que objetivava criar uma *teoria da enunciação*. Inclusive, tal sintagma não é sequer citado em seus artigos e, conforme o olhar de Flores (2013), um importante estudioso brasileiro das questões enunciativas e também da obra de Benveniste, “a *teoria da enunciação* é mais uma dedução realizada, *a posteriori*, pelos leitores dos artigos reunidos em *Programa de Linguística Geral I e Programa de Linguística Geral II*, do que propriamente um proposto explícito de Benveniste” (FLORES, 2013, p.28, grifos do autor). Para Flores e Teixeira (2012), a LE trata-se de uma:

Abordagem de um objeto no qual se inclui o sujeito, portanto, algo do campo da irrepetibilidade. A enunciação é sempre única e irrepetível, porque a cada vez que a língua é enunciada têm-se condições de tempo (agora), espaço (aqui) e pessoa (eu/tu) singulares. Assim, cada análise da linguagem é única também. [...] Eis o diferencial da linguística da enunciação: prever na língua o lugar da irrepetibilidade dela mesma [...] (FLORES; TEIXEIRA, 2012, p. 100).

A partir disso, convém salientarmos que o estudo da enunciação é uma questão de ponto de vista e compreende a língua em sua totalidade, considerando sujeito e estrutura articulados, ou seja, a relação da língua como a linguagem assumida por um sujeito, cujas marcas emergem do enunciado. Flores e Teixeira (2012), em *Introdução à Linguística da Enunciação*, afirmam que a LE se configura como um campo de estudos que abrange várias teorias. Dessa forma, abarca o trabalho de diferentes representantes, os quais formulam concepções diversas, mas em uma linha de pensamento equivalente, a saber: Charles Bally, Roman Jakobson, Émile Benveniste, Mikhail Bakhtin, Oswald Ducrot e Authier-Revuz (FLORES; TEIXEIRA, 2012). Tendo em vista o conjunto de perspectivas enunciativas que formam a LE, Cremonese (2007) afirma que essa é uma área cujo tratamento não é homogêneo, pois:

Embora, inegavelmente, haja um objeto no campo proposto, a *enunciação*, ele é abordado de inúmeras formas, o que podemos verificar na reunião em um único dicionário, de múltiplos autores que, de uma forma ou de outra tratam da enunciação. (CREMONESE, 2007, p. 47).



O dicionário a que se refere a autora é o *Dicionário de Linguística da Enunciação*, publicado por Flores et al (2017)<sup>50</sup>, a partir da revisão epistemológica aprofundada sobre as teorias enunciativas. No Brasil, esse dicionário tem sido uma referência teórica importante quando se pensa em Enunciação, tendo em vista que, nele, estão organizados termos da área, cujas definições têm base nos estudos dos teóricos mencionados no parágrafo anterior, além de Bréal, Charaudeau, Culioli, Flahault, Fuchs, Greimas, Hagège. Nesse sentido, ao relacionarmos os pontos comuns entre as teorias incluídas no dicionário, em termos gerais, compreendemos que a enunciação é entendida como o processo individual de uso da língua, colocada em funcionamento, o que pressupõe um quadro enunciativo, que se configura por sujeitos – o par *eu-tu* –, ou seja, pela noção de pessoa, bem como pelas noções de tempo e de espaço (FLORES et al., 2017). Como produto desse processo, temos o enunciado<sup>51</sup>, a partir do qual é possível recuperar a instância da enunciação, uma vez que ele é a sua referência material.

Para aprofundarmos a discussão sobre enunciação, embasamo-nos em Émile Benveniste<sup>52</sup>. Tais noções serão mobilizadas no *corpus* de análise, em função do nosso objetivo geral, ou seja, esboçar um perfil de *ethos* que emerge de um discurso feminista, em dois *manifestos de divulgação*, a partir do emprego de pronomes e verbos que auxiliam a articulação da noção de *ser mulher*.

Inicialmente, trazemos o axioma da teoria benvenistiana, que perpassa e norteia seus estudos, de que o *homem está na língua*<sup>53</sup>. A partir disso, ressaltamos a definição de enunciação que, para Benveniste ([1970], 1989, p. 82)<sup>54</sup>, “é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Nesse fragmento, observamos a presença do sujeito que, ao

<sup>50</sup> Neste estudo, estamos trabalhando com a versão publicada em 2017.

<sup>51</sup> Esclarecemos que, para Benveniste, “o *enunciado* é entendido como a frase, ou seja, a unidade do discurso, o produto da enunciação” (FLORES, et al. 2017, p. 102).

<sup>52</sup> Para maiores informações sobre o pensamento benvenistiano, as circunstâncias de sua origem, de seu desenvolvimento e a repercussão de seu trabalho nas demais teorias enunciativas, recomendamos as seguintes leituras: DOSSE, F. *História do estruturalismo: o canto do cisne*, de 1967 a nossos dias. São Paulo: Ensaio, 1994; *Letras de Hoje*, v. 39, n. 138, dez. de 2004; *Letras*, n.º 33, jul./dez. 2006.

<sup>53</sup> Como Benveniste, na época em que tratava de seu conceito do “homem na língua”, provavelmente não trazia reflexões acerca de gênero, para fins deste trabalho, manteremos o entendimento de *homem* como *espécie humana, humanidade*. Porém, entendemos que esta expressão, se fosse empregada nos dias atuais, poderia ser considerada como um *sexismo linguístico*, ou seja, uma discriminação revelada quando se faz uso da palavra *homem* para designar toda a espécie humana ao invés de *humanidade*. Estamos cientes da época em que tal expressão foi utilizada, mas, na perspectiva atual, este *sexismo* nos leva a uma reflexão sobre o quanto a linguagem é androcêntrica, excluindo as mulheres dos mais variados discursos; e a um questionamento: o homem está na língua, mas e a mulher? Trata-se, portanto, de uma generalização que gera um apagamento das mulheres, na língua. O *sexismo* na linguagem revela-se também, segundo Lessa (2011, p. 65) por meio de “expressões impregnadas de estereótipos, desigualdades, desrespeito, inverdades científicas, preconceitos, no que diz respeito a mulheres e homens.”

<sup>54</sup> A obra a que nos referimos (*Problemas de Linguística Geral II*) foi publicada originalmente em 1974. Entretanto, em nosso estudo, faremos referência à edição brasileira a que tivemos acesso. O texto do qual extraímos a citação intitula-se *O aparelho formal da enunciação*, de 1970.

enunciar, transforma a língua, ou seja, o sistema, em discurso. Na continuidade do texto, Benveniste se propõe a definir a enunciação em seu quadro formal de realização. Em um primeiro momento, o autor considera o ato individual de utilização da língua que pressupõe um locutor<sup>55</sup>, que se apropria do aparelho formal<sup>56</sup>, marcando sua posição<sup>57</sup>. Ao fazer isso, ele instaura o outro, ou seja, o alocutário e, em seguida, esboça-se o quadro da enunciação, relativo à língua em ação, composto pelas noções de pessoa, tempo e espaço<sup>58</sup>.

Depreendemos, então, que a enunciação compreende não só a língua, mas também a fala e, nesse viés, salientamos que a preocupação de Benveniste, diferente do que propunha Saussure, era justamente como o sujeito poderia passar da língua para a fala. Contudo, o fato de contemplar esta última não faz da Enunciação<sup>59</sup>, conforme alerta Flores et al. (2017), uma Linguística da Fala, visto que o que ela prevê é língua e fala imbricadas.

Cabe destacar ainda que Saussure, ao propor a interdependência língua/fala, no *Curso de Linguística Geral*, deixa clara sua intuição enunciativa, ainda que tenha elegido a língua como objeto da ciência linguística. Todavia, como bem conclui Cremonese (2007, p. 50), a distinção entre o sintagma Linguística da Fala e a Linguística da Enunciação reside no fato de que esta “coloca o sujeito no linguístico. Isso não é feito, no entanto, sem mudança em relação à noção de fala tal qual proposta por Saussure”. É no que se refere à questão do sujeito que a Enunciação se desprende da Linguística Estrutural para ser uma nova abordagem.

Para que possamos compreender melhor este processo, trazemos agora as noções benvenisteanas de *língua* e *linguagem*. No que tange à *linguagem*, Benveniste ([1958] 1995, p. 286)<sup>60</sup> postula que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito [...]”. Essa noção é fundamental para nossa pesquisa, haja vista que pretendemos estudar a representação discursiva do sujeito, assim, nada mais coerente que nos embasarmos em uma definição de *língua* e *linguagem* que insira plenamente o homem na língua.

---

<sup>55</sup> Para Benveniste, locutor é o “indivíduo linguístico cuja existência se marca na língua toda vez que toma a palavra” (FLORES et al., 2017, p. 157).

<sup>56</sup> Conforme Benveniste, o aparelho formal da enunciação é o “dispositivo que permite ao locutor transformar a língua em discurso” (FLORES et al., 2017, p. 48).

<sup>57</sup> Vale salientarmos que essa posição a que se faz referência é de natureza enunciativa e não discursiva.

<sup>58</sup> As noções de tempo e espaço serão abordadas com brevidade, neste trabalho. No entanto, cabe mencionar que em algumas sequências enunciativas mobilizaremos as noções de índices de ostensão, por serem elementos do quadro formal de enunciação, cuja função é de colocar o locutor em uma relação constante com sua enunciação.

<sup>59</sup> A palavra *enunciação*, em nosso trabalho, está grafada em maiúscula quando nos referimos ao campo teórico e, em minúscula, quando tratamos do processo em si.

<sup>60</sup> A obra a que nos referimos (*Problemas de Linguística Geral I*) foi publicada originalmente em 1966. Entretanto, em nosso estudo, faremos referência à edição brasileira a que tivemos acesso. O texto do qual extraímos a citação intitula-se *Da subjetividade na linguagem*, de 1958.

Nesse sentido, acreditamos ser adequado o ponto de vista de Flores et al. (2013, p. 98), que postula que “o homem se constitui sujeito na *linguagem* e pela *língua*” (grifos do autor). E, também, que tal construção de que “o homem se constitui como sujeito” indica um dos principais interesses de Benveniste em seu artigo *Da subjetividade da linguagem* (BENVENISTE [1958] 1995, p. 284), pois retrata a passagem da noção antropológica à linguística, ou seja, como o homem “concreto”<sup>61</sup> passa a homem discursivo. Esse axioma é o que justifica o emprego de tal concepção neste estudo, tendo em vista que nosso objetivo maior é estudar como esse homem<sup>62</sup> se marca, discursivamente, na língua.

Cabe destacar que, de acordo com a concepção benvenistiana, a *linguagem* faz parte da natureza humana, ou seja, a *linguagem* é constitutiva do homem como condição de sua existência e, além disso, ela é sempre referida ao outro. Assim, nas palavras de Benveniste:

A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou. Inclina-mo-nos sempre para uma imaginação ingênua de um período original em que um homem completo descobriria um semelhante igualmente completo e, entre eles, pouco a pouco, se elaboraria a linguagem. Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem (BENVENISTE, [1958] 1995, p. 285).

Nesse viés, pensar em *linguagem* pressupõe o *eu* e o *outro*, em situação de troca, ou seja, a *linguagem* está diretamente ligada à intersubjetividade<sup>63</sup>, uma vez que é sempre referida ao *outro*, ao *tu*. Em conformidade com Benveniste ([1958], 1995, p. 286), “eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será minha alocação um *tu*”. É essa perspectiva dialógica e interacional que o autor considera como constitutiva de *pessoa*, que resulta em uma situação recíproca, isto é, “que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu*” (BENVENISTE, [1958], 1995, p. 286).

No que se refere à língua, Flores e seus colaboradores (2017, p. 150), por meio da concepção benvenistiana, postulam que “a língua é um sistema que inter-relaciona valor distintivo das formas e valor referencial relativo à situação enunciativa”. Isso significa que a

<sup>61</sup> Homem no aspecto de pessoa física (natureza psicobiológica).

<sup>62</sup> Uma expressão que, como mencionamos anteriormente, nos dias atuais seria considerado como um *sexismo linguístico* por não pensar em uma forma linguística que permita abarcar tanto o homem quanto a mulher na língua. Nesta expressão, ainda que provavelmente não fosse o objetivo do autor discutir as questões de gênero, a língua acaba sendo sexista, ou seja, promovendo um apagamento linguístico da mulher. Esse olhar nos mostra, também, a importância de atentarmos para a enunciação e o direito de enunciar.

<sup>63</sup> Abordaremos mais detalhadamente o princípio da intersubjetividade benvenistiana na seção 2.3. Neste momento, vale destacar que essa noção diz respeito à “inter-relação constitutiva da enunciação que pressupõe o *eu* e o *outro* mutuamente implicados” (FLORES et al., 2017, p. 146).

*língua*, sistema ao qual os falantes estão expostos, pode ser analisada enquanto sistema de signos e como emprego desses signos, ou seja, em seu funcionamento a partir da enunciação: *eu* se apropria da *língua* em uma dada situação; fala de “alguma coisa” a partir de signos; é produzida e recebida pela comunidade (intersubjetividade). Em suma: “a linguagem é condição para a língua, pois o sujeito, para se propor como tal na linguagem, tem de estar, ele mesmo, constituído pelo outro” (FLORES; TEIXEIRA, 2012, p. 34).

Considerando que para Benveniste ([1958] 1995) a linguagem é característica do homem e que a intersubjetividade lhe é intrínseca, compreendemos que no processo de enunciação é fundamental a presença do sujeito que enuncia. Ademais, como já mencionamos, “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BENVENISTE, [1958] 1995, p. 286), dessa forma, observamos que a linguagem é condição e meio para a constituição do sujeito. Assim, se a subjetividade, para Benveniste ([1958] 1995, p. 286), “é a capacidade do locutor para se propor como sujeito”, é por meio da linguagem e nela que isso acontece. Portanto, segundo o autor, o sujeito marca-se linguisticamente mediante o uso das categorias de pessoa, de tempo e de espaço, as quais, como mencionamos anteriormente, esboçam o quadro da enunciação relativo à língua em ação.

Antes de discutirmos a respeito do quadro da enunciação, é válido tecermos uma distinção entre as noções de *locutor* e *sujeito*. O *locutor* é quem se apropria da língua, enquanto o *sujeito* é uma instância que decorre da apropriação feita pelo locutor (FLORES, 2013). Conforme exposto, a inovação do pensamento benvenistiano consiste em supor sujeito e estrutura articulados. Em razão disso, esclareceremos um pouco mais o que se entende por *sujeito* na LE. Inicialmente, é importante destacar que o objeto de análise da LE é a enunciação e não o sujeito. Apesar disso, por causa do *aparelho formal da enunciação*, o sujeito encontra-se presente na teoria<sup>64</sup>. Entretanto, o que se estuda são as marcas da enunciação e do sujeito no enunciado, que emergem da materialidade linguística, e não o sujeito em si (psicobiológico). Ressaltamos que na materialidade textual da análise, além de *enunciação* e *enunciado*, mobilizaremos os conceitos de *locutor*, como aquele que se apropria da língua e, *sujeito*, a partir das marcas que emergem do enunciado.

Realizado esse esclarecimento conceitual, damos continuidade à explanação do quadro da enunciação, fundamentando-nos nas ideias expostas nos textos *Estruturas das relações de*

---

<sup>64</sup> Cabe pontuarmos que não há o sintagma “sujeito da enunciação” na obra de Benveniste. De acordo com Normand, em “Os termos da enunciação em Benveniste”, essa expressão não consta nos trabalhos do autor e, ademais, a autora afirma que “seu problema era, explicitamente, a significação; mas ele encontrava, necessariamente, o sujeito que fala e dá (ou pensa dar) sentido (1999, p. 145).

*pessoa no verbo* (1946) e *Da subjetividade na linguagem* (1958)<sup>65</sup>, para apresentarmos as noções referentes à *pessoa* e *não pessoa*. A distinção dessas categorias se dá a partir da correlação de personalidade, que opõe as pessoas *eu* e *tu* a não pessoa *ele*, e de subjetividade, interior à precedente, opondo *eu* a *tu*. De acordo com Benveniste, na correlação de personalidade, *eu* e *tu* são pessoas em função das características de unicidade, de reversibilidade e porque estão implicadas no discurso. Essas características são ausentes em *ele* que, como terceira pessoa, não participa do discurso e é considerado a não pessoa, haja vista que é enunciado somente fora do *eu-tu* e indica um enunciado sobre alguém ou alguma coisa de que se fala, não estabelecendo referência específica a uma pessoa. No que tange à correlação de subjetividade, *eu* e *tu* são opositivos em função da natureza linguística: *eu* é interior ao enunciado e exterior a *tu*, além de *eu* ser sempre transcendente com relação a *tu*. Neste sentido, nas palavras do autor:

Essas qualidades de interioridade e transcendência pertencem particularmente ao “eu” e se invertem em “tu”. Poder-se-á, então, definir o *tu* como pessoa não subjetiva, em face da pessoa subjetiva que *eu* representa; e essas duas “pessoas” se opõem juntas à forma de “não-pessoa” (= “ele”) (BENVENISTE, [1958] 1995, p. 255, grifos do autor).

No tocante à instalação da subjetividade na linguagem, Benveniste postula que ela se dá na categoria de pessoa, por meio de algumas formas, como o pronome *eu*, por exemplo. Como vimos, para o teórico, a subjetividade é “a capacidade do locutor para se propor como sujeito” (BENVENISTE, [1958] 1995, p. 286). No entanto, essa subjetividade depende da reciprocidade entre *eu* e *tu* e, ainda que o estudo da enunciação não se centra no sujeito, em um primeiro momento, teoricamente, o dizer de *eu* instaura a noção de subjetividade, assegurando a intersubjetividade, fundamento da LE. A intersubjetividade, por sua vez, refere-se ao “eu [que] não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*” (BENVENISTE, [1958] 1995, p. 286). Nesse viés, Flores e Teixeira (2012, p. 34) pontuam que, para Benveniste, “a intersubjetividade está para a linguagem assim como a subjetividade está para a língua”. Entretanto, a “intersubjetividade da e na língua não se restringe à noção de pessoa, é relativa a tempo e espaço, referência atribuída, também na e pela enunciação (FLORES et al, 2013, p. 53).

Ainda, no que diz respeito à noção de pessoa, Benveniste afirma que *nós*, pronome de primeira pessoa do plural de *eu* para a maioria das línguas, não pode ser considerado plural de

<sup>65</sup> Ambos publicados em *Problemas de Linguística Geral I* (1995).

*eu*, porque a junção é de diferentes, não de iguais. Assim, postula: “a unicidade e a subjetividade inerentes a ‘eu’ contradizem a possibilidade de pluralização”, pois *nós* é “um *eu dilatado*, além da pessoa estrita” (BENVENISTE, [1958] 1995, p. 256). Nesse patamar, compreendemos que o *eu* que fala inclui um *não-eu*, qualquer que seja, indicando a relevância de *eu*. Em outras palavras, a forma *eu*, pronome pessoal, é um indicador de subjetividade que difere da forma *ele* – não pessoa pertencente à sintaxe da língua, indicador de objetividade – e *nós*, que, em certos casos, é um *eu ampliado*. Conforme ressalta Fiorin (2016, p. 60), “não se pode esquecer que é a situação de enunciação que especifica o que é pessoa e o que é não-pessoa e que a terceira pessoa é explicitada no contexto e não na situação”. Dessa forma, conforme o autor, a pessoa na enunciação pode estar evidenciada não só pela presença de pronomes pessoais retos, mas também pela utilização de pronomes pessoais oblíquos, pronomes possessivos e desinências número-pessoais dos verbos, já que tais elementos podem remeter aos actantes da enunciação.

Faz-se relevante sublinharmos, ainda, que a subjetividade para Benveniste ([1958] 1995) é constatada num enunciado por meio de algumas formas que o indivíduo utiliza ao se enunciar. Essas formas são marcas linguísticas que revelam a subjetividade por meio de pronomes, verbos e advérbios. A língua possui indicadores que revelam a subjetividade, assim, esses indicadores ficam à disposição do locutor cada vez que ele se enuncia, isso, pelo fato de ser a atitude do locutor diante da língua que aciona a propriedade de marcar sua subjetividade. O autor declara que “a linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor *apropriar-se* da língua toda designando-se como *eu*” (BENVENISTE, [1958] 1995, p. 288, grifos do autor). Em outras palavras, podemos afirmar que, na língua, não há a possibilidade de distribuir signos específicos para marcar a subjetividade de cada indivíduo e, por isso, não há outra maneira de o indivíduo validar sua subjetividade senão com seu próprio testemunho.

Como vimos, a partir da teoria da enunciação é possível compreendermos como o sujeito se constitui por meio da análise e observação da categoria de pessoa, tempo e espaço na enunciação, em que a primeira serve de fundamento para as outras duas. Porém, cabe salientarmos que, quando realizamos um estudo enunciativo, o objetivo são as marcas do sujeito na enunciação. Nesta investigação, abordamos com maior especificidade a categoria de pessoa devido aos objetivos que norteiam esta pesquisa, entretanto, não descartamos outros elementos que possam marcar linguisticamente os locutores dos *manifestos de divulgação*, como por exemplo, a pontuação, o uso de termos no imperativo, a voz passiva, a pergunta retórica, os advérbios, entre outros. Ainda que o objetivo do nosso estudo seja analisarmos os pronomes e os verbos, nas primeiras e terceiras pessoas do singular e do plural nas sequências que se referem à noção de *ser mulher*, isso não significa que deixaremos de observarmos as outras

marcas enunciativas de subjetividade. Desta forma, verificaremos as marcas enunciativas de subjetividade mais evidentes nas enunciações e, em alguns casos, outros recursos linguísticos nomeados por Benveniste ([1974] 1989), em *O Aparelho Formal de Enunciação*, como os índices específicos e os procedimentos acessórios. De acordo com o autor, os específicos são aqueles que têm a função de colocar o locutor em uma relação constante com sua enunciação, ou seja, os índices de pessoa (relação eu/tu), índices de ostensão (este, aqui, aquele, etc.) e as formas temporais, as quais são determinadas em relação ao *eu*, centro da enunciação. Esses termos aparecem na situação de enunciação como “uma classe de ‘indivíduos linguísticos, de forma que enviam sempre e somente a ‘indivíduos’, quer se trate de pessoas, de momentos, de lugares, por oposição aos termos nominais, que enviam sempre e somente a conceitos” (BENVENISTE, ([1974] 1989, p. 85, grifos do autor). Assim, esses indivíduos linguísticos têm sentido somente no momento em que são produzidos na enunciação, que é um ato individual e único. E sempre estão relacionados ao universo de quem fala, ou seja, de que se enuncia.

Já os acessórios, se referem àqueles construídos cada vez que o locutor se apropria da língua e se enuncia, a partir de situações singulares. Por meio desses procedimentos, a enunciação nos dá condições necessárias para as grandes funções sintáticas, como a intimação, asserção, interrogação. Sobre esses procedimentos, Toldo (2012) esclarece que:

Esses são um aparelho de funções, ou seja, são todos elementos disponíveis na língua de que se serve o locutor para dizer algo a seu alocutário. Interrogações, ordens, apelos, chamamentos, asserções, negativas são alguns dos modos que o locutor usa para “intimar” seu alocutário, estabelecendo dessa maneira uma relação discursiva com seu parceiro. Podemos pensar os *instrumentos* como todos os recursos linguísticos que estão à disposição na língua, para a relação interlocutiva entre um *eu* e um *tu* para a realização de um *ato* de enunciação numa dada *situação* de tempo e espaço. Esse movimento gerado de um *eu* (fonte do dizer) para um *tu* (fim do dizer) caracteriza o quadro figurativo da enunciação. Temos aqui a estrutura do diálogo dado pela enunciação (TOLDO, 2012, p. 7).

Todas essas questões trazem uma possível definição do uso da língua, possibilitando que o sujeito se aproprie desse aparelho e se marque em seu discurso. São essas marcas que podem ser analisadas no enunciado dos locutores dos *manifestos de divulgação* quando esses colocaram a língua em funcionamento.

Até este momento, esboçamos noções relativas às marcas enunciativas de subjetividade e ao quadro da enunciação, especificamente, as noções de pessoa/não pessoa. Tais noções têm relevância, neste estudo, em virtude das classes gramaticais que serão analisadas na materialidade linguística e serão discutidas na seção 3.1, desta dissertação. Por hora, cabe acentuar que a distinção pessoa/não pessoa tem o papel de fundamentar a presença linguística

da subjetividade na linguagem que, conforme Benveniste ([1958] 1995, p. 286, grifos do autor), é nesse instante que “encontramos o fundamento da ‘subjetividade’ que se determina pelo status linguístico de ‘pessoa’”.

Além disso, a esquematização de tais noções foi feita no intuito de realizar um contraponto com o quadro da língua, constituído pela noção de não pessoa que pode ser submetida à enunciação. “O campo da não-pessoa, pois, é relativo a tudo o que é língua, mas que não é relativo a *eu-tu-aqui-agora*” (FLORES et al., 2013, p. 61, grifos dos autores). Dessa forma, para Benveniste, a relação entre a língua e o mundo é instaurada pela enunciação. Reforçando esse ponto de vista, Flores e seus colaboradores (2013, p. 35) argumentam que “pode ser estudado na enunciação todo o mecanismo linguístico cuja realização integra seu próprio sentido e que se autorreferencia no uso que o sujeito faz da língua”.

Por fim, dado o exposto, a importância de analisar materialidades linguísticas com base na LE perpassa a língua, o sujeito e o sentido, ou seja, a língua é tomada em sua totalidade (isto é, em funcionamento), a partir do uso que o sujeito faz dela, irrompendo em sentidos que não podem ser determinados *a priori*, já que cada enunciação é única e irrepetível. Como pontuam Flores e Teixeira (2012, p. 110), nas análises enunciativas da materialidade linguística o foco reside no “fato de o locutor ter dito o que disse e não para o dito em si”, fazendo emergir sentidos pelas marcas do sujeito presentes no enunciado. Além disso, a LE considera “a língua desde as relações do homem com o outro, do homem com a língua, do homem com o mundo via língua” (FLORES; TEIXEIRA, 2012, p. 109).

Na próxima seção, abordaremos as duas classes gramaticais que serão identificadas, descritas e categorizadas no *corpus* desta pesquisa: os pronomes e os verbos. Conforme citado anteriormente, buscaremos evidenciar a perspectiva teórica que será mobilizada na análise desses dados, a LE, no intuito de justificar um estudo enunciativo dessas classes, ao considerar as noções de *forma*, *sentido* e *sujeito*. Além disso, apresentaremos, com base na Gramática Normativa (CUNHA; CINTRA, 2008) e na Gramática Descritiva (MOURA NEVES, 2011), a classificação e a exemplificação de tais mecanismos.

Antes de tratarmos especificamente das classes gramaticais, julgamos pertinente esclarecermos o motivo pelo qual optamos por essas Gramáticas, dentre as diversas possibilidades existentes. Primeiro, porque se tratam de três autores com obras da gramaticografia do português que possuem expressiva referência nos estudos da língua. Segundo, porque entendemos que a língua é um produto cultural que engloba diversas tradições linguísticas, feições e matizes e, assim, reconhecemos a necessidade de harmonizarmos o normativo e o descritivo como eficiente contribuição ao estudo linguístico. Portanto, ainda que



as referidas Gramáticas (Normativa e de Usos) possuam tendências bastante opostas, entendemos que, cada uma a seu modo, equilibraram os conceitos de norma e correção idiomática com um princípio inerente a todo sistema de língua, a variação. Nesse sentido, Cunha e Cintra postulam que:

Se uma língua pode abarcar vários sistemas, ou seja, as formas ideais de sua realização, a sua dinamicidade, o seu modo de fazer-se, pode também admitir várias normas, que representam modelos, escolhas que se consagraram dentro das possibilidades de realizações de um sistema linguístico (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 13)

No que tange à gramática normativa, lembramos que a 1.a edição da *Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Ferreira da Cunha, foi publicada em 1970 pela Editora Bernardo Álvares. Entretanto, a gramática da qual nos embasamos neste trabalho é a terceira do autor, intitulada, como vimos, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, lançada em 1985<sup>66</sup> pela Editora 46 Nova Fronteira, em parceria com Luís Filipe Lindley Cintra, cuja participação foi a redação de três dos vinte e dois capítulos do livro.

Quanto à gramática descritiva, salientamos que uma das mais respeitadas linguistas do Brasil, Maria Helena de Moura Neves, tornou-se referência nos estudos descritivos com sua *Gramática de Usos do Português*. A escolha dessa referência se dá, principalmente, por ser uma gramática funcionalista – vertente na qual o que importa é a função determinada pelo uso das formas linguísticas – que evita guiar-se apenas em manuais prescritos e usa uma abordagem científica para analisar a gramática viva. Por esse motivo, será de grande valia para nos auxiliar na categoria analítica das materialidades linguísticas.

Realizadas tais justificativas, a seguir, expandiremos os comentários sobre as duas classificações apoiados nas referidas gramáticas, incluindo, também, as reflexões de Benveniste (1995; 1989), no intuito de obtermos uma compreensão linguístico-enunciativo-discursiva.

### 3.1 PRONOMES E VERBOS: AS MARCAS DO SUJEITO NA LÍNGUA

Apresentaremos, neste momento, com base na Gramática Normativa (CUNHA; CINTRA, 2008) e na Gramática de Usos (MOURA NEVES, 2011), a classificação e a exemplificação das duas classes gramaticais que serão identificadas, descritas e categorizadas em nosso *corpus* de análise: os pronomes e os verbos. Esse procedimento será necessário para

---

<sup>66</sup> A versão que utilizamos neste estudo é a de 2008.

esclarecer como realizamos a etapa metodológica de descrição, ou seja, como foram construídas as tabelas com os dados quantitativos observados no *corpus*, que serão apresentados no capítulo 5.

Considerando que o objetivo que norteia esta pesquisa, como reforçamos anteriormente, é esboçar um perfil de *ethos* que emerge de um discurso feminista, em dois *manifestos de divulgação*, a partir do emprego de pronomes e verbos que auxiliam a articulação da noção de *ser mulher*, discutiremos, com base na LE, as classes gramaticais, pronomes e verbos. Para isso, trazemos a ideia central de Benveniste, presente no artigo *Da subjetividade na linguagem* (1958), publicado em *Problemas de Linguística Geral I* ([1966] 1995), em que o autor questiona o fato de a linguagem ser considerada um instrumento de comunicação, já que transmite algo e provoca no outro um determinado comportamento. Entretanto, compará-la a outros instrumentos (flecha, roda, picareta) pode nos tornar um pouco desconfiosos, pois, ao consideramos a linguagem como instrumento, estaríamos pondo em oposição o homem e a natureza.

Nesse viés, o autor chega à conclusão de que a linguagem não pode ser considerada um instrumento porque está na natureza do homem e, os outros instrumentos, como os citados anteriormente, não estão na natureza pois são fabricações. Em suma, a linguagem não pode ser vista como um instrumento porque é essência, visto que é “na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*” (BENVENISTE, [1958] 1995, p. 286, grifo do autor).

Nossa pesquisa encontra, pois, embasamento nesse pressuposto, considerando que os mecanismos linguísticos (pronomes e verbos) que serão mobilizados na categoria metodológica, a nosso ver, não são instrumentos de comunicação. São, na verdade, essências – pois estão inseridos na linguagem por meio de um homem (sujeito) que se apropria da língua e a coloca em funcionamento por um ato individual de utilização – que emergem dos textos *manifestos de divulgação*, parte *corpora* deste estudo.

No que se refere aos pronomes pessoais, Cunha e Cintra (2008) postulam que os mesmos se caracterizam por denotarem as três pessoas gramaticais, no singular e no plural: quem fala (*eu, nós*), com quem se fala (*tu, vós*) e de quem se fala (*ele/ela, eles/elas*). Além disso, eles podem variar de forma segundo a função que desempenham na oração ou a acentuação que nela recebem. Desse modo, quanto à função, eles podem ser retos, quando desempenham o papel de sujeito, ou oblíquos, quando são empregados como objeto direto ou indireto<sup>67</sup>. Nesse último

---

<sup>67</sup> Doravante OD e OI.

caso, quando o OD ou o OI representam a mesma pessoa ou coisa que o sujeito do verbo, o pronome é reflexivo. O quadro a seguir ilustra a correspondência entre essas formas.

Quadro 1 – Formas dos pronomes pessoais

		Pronomes Pessoais Retos	Pronomes Pessoais Oblíquos Não Reflexivos	
			Átonos	Tônicos
<b>Singular</b>	1ª pessoa	Eu	Me	Mim, comigo
	2ª pessoa	Tu	Te	Ti, contigo
	3ª pessoa	Ele, Ela	O, a, lhe	Ele, ela
<b>Plural</b>	1ª pessoa	Nós	Nos	Nós, conosco
	2ª pessoa	Vós	Vos	Vós, convosco
	3ª pessoa	Eles, Elas	Os, as, lhes	Eles, Elas

Fonte Adaptada de (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 221).

Entretanto, Benveniste ([1956] 1995)<sup>68</sup>, no texto intitulado *A natureza dos pronomes*, realiza uma sistematização não estrutural dessa classe, ou seja, como um fato de linguagem, tendo em vista que as diferenças não são apenas formais, impostas pela natureza morfológica e sintática das línguas, mas, *eu* e *tu* estão presentes na realidade do discurso e não têm valor a não ser na instância em que são produzidos. O enunciado que contém *eu* é pragmático e essa forma só tem existência linguística no ato de palavras que a profere; eu é o indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância linguística *eu* (BENVENISTE, [1956] 1995). No que se refere a *ele* (considerada a não pessoa), difere de *eu* e *tu* por sua função e natureza, já que é substituto abreviativo, tem a possibilidade de combinar com qualquer referência de objeto, não é reflexivo da instância de discurso, admite plural, entre outras especificidades. Ainda, no texto *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, Benveniste ([1946] 1995)<sup>69</sup> discute, de forma distinta do que nos é tradicionalmente apresentado, que *nós* não é plural de *eu*, assim como *vós* não é plural de *tu*. Isso porque a unicidade e a subjetividade inerentes a *eu* impossibilitam uma pluralização, assim, *nós* não pode ser a multiplicação de *eu*, que é sempre único e singular. Nesse sentido, compreendemos que o *eu* constitui o *nós*, uma vez que há em *nós* um *eu* que predomina.

A partir da leitura do texto sobre os pronomes, Flores (2013, p. 94, grifo do autor) assevera que a “linguagem impõe às línguas que ‘reservem’ lugares de pessoa e não pessoa,

<sup>68</sup> Referimo-nos à obra *Problemas de Linguística Geral I* (1966). O texto *A natureza dos pronomes* é de 1956.

<sup>69</sup> Referimo-nos à obra *Problemas de Linguística Geral I* (1966). O texto *Estrutura das relações de pessoa no verbo* é de 1946.

sem o que não seria possível falar”. É nessa perspectiva que optamos por analisar a classe dos pronomes pessoais do caso reto, nas primeiras pessoas do singular – por manifestarem como o locutor se marca na materialidade linguística, revelando o processo de apropriação da língua e a subjetividade na linguagem, no caso das pessoas *eu-tu* – e nas terceiras pessoas, as quais “substituem um ou outro dos elementos materiais do enunciado ou revezam com eles” (FLORES et al, 2013, p. 78).

De acordo com Benveniste ([1956], 1995, p. 282, grifo do autor), “há enunciados de discurso, que a despeito da sua natureza individual, escapam à condição de pessoa, isto é, remetem não a eles mesmos, mas a uma situação ‘objetiva’”. Com isso, ao analisar a não pessoa (terceira pessoa) será possível observar como o locutor, ao tornar-se sujeito, tende a objetivar seu texto e ao abordar a noção de *ser mulher* deixa emergir a imagem de um ser que se distancia da posição *mulher*, afastando-se da luta. Porém, de maneira concomitante, acaba difundindo as ideias feministas como ferramentas democráticas, confirmando uma das características principais do *gênero manifesto de divulgação*.

É importante salientarmos que a análise na qual nos propomos a fazer não desconsidera outros tipos de pronomes ou classes de palavras, tendo em vista que detalhes ou indícios, que em um primeiro momento são aparentemente negligenciáveis, também podem contribuir para esboçar um fenômeno mais geral, como o *ethos*. Essa noção ficará mais clara na seção correspondente à metodologia, na qual explicitaremos nosso método de análise pautado na *transversalidade enunciativa*, de Flores (2010), e no *paradigma indiciário*, de Ginzburg (1989).

No que concerne aos verbos, segunda classe gramatical que observamos no *corpus*, “em geral, constituem os predicados das orações” (MOURA NEVES, 2011, p. 25). Tal classe pode ser caracterizada como uma palavra variável que exprime um acontecimento representado no tempo e exerce função obrigatória de predicado (CUNHA; CINTRA, 2008). O verbo possui três pessoas relacionadas com a pessoa gramatical que lhe serve de sujeito, podendo estar no singular ou no plural. Essa classe de palavras apresenta variações de número (singular/plural), pessoa (1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup>), modo (indicativo, subjuntivo e imperativo), tempo (presente, passado e futuro), aspecto e voz (ativa, passiva e reflexiva). Quanto à flexão, o verbo pode ser regular, irregular, defectivo e abundante, além de apresentar três formas nominais: infinitivo, gerúndio e particípio. O quadro a seguir mostra a relação entre pessoa e número, exemplificando o verbo de primeira conjugação “andar”, no tempo presente do modo indicativo.

Quadro 2 - Variações de pessoa e número dos verbos

Número	Pessoas		Verbos
Singular	1ª pessoa	Eu	Ando
	2ª pessoa	Tu	Andas
	3ª pessoa	Ele, ela	Anda
Plural	1ª pessoa	Nós	Andamos
	2ª pessoa	Vós	Andais
	3ª pessoa	Eles, elas	Andam

Fonte: Elaborado pela autora.

No texto *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, Benveniste ([1946] 1995, p. 247) afirma que “o verbo é, com o pronome, a única espécie de palavras submetidas à categoria de pessoa”. Declara, ainda, que “não parece que se conheça uma língua dotada de um verbo na qual as distinções de pessoa não se marquem de uma ou de outra maneira nas formas verbais (BENVENISTE [1946] 1995, p. 250).

A fim de comprovar tal tese, o autor apresenta a análise da conjugação verbal de línguas descritas tradicionalmente como comportando verbo indiferenciado para as pessoas do discurso. Pontua, então, que a partir da gramática grega, a maioria das línguas considera três pessoas verbais, entretanto, a partir dos gramáticos árabes, a primeira pessoa é “aquele que fala”, a segunda “aquele a quem nos dirigimos” e a terceira “aquele que está ausente”. Nesse texto, a distinção entre *eu-tu*, pessoas, e *ele*, não pessoa, como já mencionamos anteriormente, é mais desenvolvida teoricamente. O que cabe pontuar, nesse momento, é que a análise do autor no que diz respeito aos verbos considera a língua em uso, ou seja, a expressão na instância de discurso que o contém. Ademais, observa-se a maneira como o tempo é controlado por essa classe de palavra e como a categoria de pessoa se marca no verbo. É em função dessa última observação que, nesta pesquisa, nosso foco recai nas variações de pessoa e número dos verbos, em função de como o locutor se marca na materialidade linguística. Novamente, cabe destacar que isso não significa desconsiderar, na análise, as outras variações dessa classe morfológica, como o tempo e o modo, por exemplo, uma vez que elas também podem revelar o processo de apropriação da língua pelo locutor.

A seguir, no capítulo 4, apresentaremos as escolhas metodológicas, na qual abordamos o método analítico, o *corpus* e as etapas de desenvolvimento dessa pesquisa.



#### 4 AS ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Nas seções anteriores, realizamos um percurso com relação às principais teorias que embasam esta dissertação. Inicialmente, abordamos o *feminismo* e suas principais vertentes, com a trajetória deste movimento democrático cujo discurso reivindica o direito das mulheres de enunciar-se. Em seguida, trouxemos as noções sobre a imagem de si e do outro, ou seja, o *ethos* discursivo e sua relação com o *feminismo*. Na sequência, discorreremos sobre a Linguística da Enunciação, evidenciando o sujeito e seus efeitos de sentido, perceptíveis por marcas deixadas no enunciado, além de outros conceitos importantes para conseguirmos alcançar nosso objetivo. Depois, classificamos e exemplificamos as duas classes de análise que serão identificadas, descritas e categorizadas nos *manifestos de divulgação*: os pronomes pessoais do caso reto e os verbos, ambos na primeira e terceira pessoas do singular e do plural, que auxiliam a articulação da noção de *ser mulher*.

Convém salientarmos que a contagem priorizou, unicamente, os pronomes e os verbos que se referem à noção de *ser mulher*, nas primeiras pessoas do singular e do plural (*eu sou / nós somos mulheres*), e àqueles cujo emprego for relacionado às terceiras pessoas, do gênero feminino<sup>70</sup>, no singular e no plural (*ela é / elas são mulheres*). Contudo, ainda que tenhamos utilizado tal exemplo, a contagem não corresponde exclusivamente ao verbo *ser*, mas, a todos os verbos nas primeiras e terceiras pessoas do singular e do plural que, nas sequências enunciativas, fazem referência à noção de *ser mulher*. Qualitativamente, cabe destacarmos que realizamos a análise de todas as sequências cujo emprego de pronomes e verbos, nas primeiras e terceiras pessoas, auxiliam a articulação da noção de *ser mulher*. Entretanto, a título de amostra, selecionamos seis sequências mais representativas de cada *manifesto* e as exibimos em forma de figuras, destacando os mecanismos linguísticos por meio de formas geométricas, os quais serão exibidos na seção 4.3. Na última seção do capítulo anterior, abordamos as marcas do sujeito na língua, seguidas das concepções acerca do *gênero textual manifestos de divulgação*, materialidade linguística que compõe o *corpus* de pesquisa.

Neste momento, apresentaremos nossas escolhas metodológicas e os procedimentos que adotamos para que pudéssemos atingir nosso objetivo principal. Porém, primeiramente, faz-se necessário destacar que a LE, perspectiva teórica na qual fundamentamos este estudo, não apresenta um método pré-estabelecido ou fixo de análise, pois cada teoria enunciativa pode

---

<sup>70</sup> Doravante apenas “terceiras pessoas” e suas respectivas flexões de número, sem mencionar o gênero, tendo em vista que trataremos apenas do gênero feminino.

possuir, ou não, seu método particular, de acordo com as materialidades que toma como objeto. De acordo com Flores et al. (2013, p. 39), “cada teoria enunciativa constrói recursos metodológicos próprios sem que isso implique algum tipo de generalização ao campo”. Assim sendo, não há na LE um método ou conceito que seja válido para todas as teorias enunciativas, ficando a critério de cada uma delas o seu instrumental metodológico.

Dessa forma, apresentamos, na próxima seção, a definição de nosso método de análise, pautado na *transversalidade enunciativa* (FLORES, 2010) e no paradigma indiciário (GINZBURG, 1989). Na sequência, descreveremos nosso *corpus* de análise e, por fim, as etapas de desenvolvimento da pesquisa.

#### 4.1 O MÉTODO ANALÍTICO

Antes da definição do método desta pesquisa, é importante esclarecermos que, como discutimos anteriormente, o ponto de vista da Enunciação é um só e recai sobre os sentidos. Desse modo, ao assumirmos a perspectiva enunciativa em nosso trabalho, buscamos entender o que as marcas linguísticas nos revelam sobre os sentidos da enunciação do sujeito. Nosso objeto de estudo não é, portanto, o conteúdo do enunciado, mas os sentidos da enunciação do sujeito no enunciado com uma orientação discursiva feminista de divulgação. Acreditamos que o discurso de divulgação se constrói no plano da língua e não no das ideias, pois é na língua e pela língua que ele ganha materialidade e produz sentidos. Com essa afirmação, reforçamos nosso entendimento sobre a forma de pensar a análise enunciativa, a qual leva em conta sempre o trabalho com a língua no momento da enunciação. Com isso, não abarca, necessariamente, uma discussão sobre as ideias que estão sendo trabalhadas nem sobre as intenções do sujeito, mas sobre a materialidade linguística e as possibilidades de sentido que dela emergem.

Realizados tais esclarecimentos, explicitaremos o encaminhamento metodológico que adotamos, o qual faz de nosso estudo uma pesquisa quanti-qualitativa, orientada por um eixo analítico-descritivo-interpretativo. Dizemos ser esta uma pesquisa quantitativa na medida em que consideramos a quantidade de pronomes pessoais do caso reto e verbos nos *manifestos de divulgação*, a fim de delinear uma tendência enunciativa de utilização de tais classes gramaticais. Esse processo nos auxiliará no esboço de um perfil de *ethos* discursivo do locutor que, pelas marcas linguísticas, revela uma imagem de si. Além disso, a pesquisa é também qualitativa para que possamos lançar uma interpretação sobre os dados, buscando os efeitos de sentido produzidos pelas classes gramaticais descritas, verificando sua contribuição no esboço do *ethos*.



No que diz respeito ao método qualitativo, Lakatos e Marconi (2010) postulam que a abordagem qualitativa é uma pesquisa que tem como premissa analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento. Assim, a ênfase da pesquisa qualitativa é nos processos e nos significados. Nesta pesquisa, o critério qualitativo é mobilizado na categoria de interpretação dos dados, buscando os efeitos de sentido produzidos, neste caso, pelo papel dos pronomes e dos verbos que se referem à noção de *ser mulher*.

Esclarecemos, então, nosso dispositivo analítico, o qual é composto por três categorias, a saber: descrição, análise e interpretação. Nos *manifestos de divulgação* que compõem nosso *corpus* de análise, primeiramente, na categoria de descrição, será feita a identificação, a quantificação e a classificação dos dados referentes aos pronomes e aos verbos nas primeiras e terceiras pessoas do singular e do plural, que estão relacionados à noção de *ser mulher*; em seguida, na categoria de análise, verificaremos as sequências enunciativas extraídas de cada um dos *manifestos de divulgação*, a fim de analisarmos os efeitos de sentido decorrentes do uso de pronomes e verbos que emergem da materialidade textual e auxiliam a articulação da noção de *ser mulher*. Por fim, na terceira e última categoria analítica, a interpretação dos dados, discutiremos o esboço da imagem discursiva dos locutores dos textos, ou seja, o perfil de *ethos* que emerge de um discurso feminista de divulgação.

Cabe destacar que as duas últimas categorias, análise e interpretação, não podem ser dissociadas, uma vez que os efeitos de sentido decorrentes do uso de determinados pronomes e verbos pelo locutor do texto, que emergem da materialidade linguística, contribuem para a construção do *ethos* discursivo. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que se descreve o locutor, a partir dos elementos linguísticos presentes no enunciado, molda-se um perfil desse locutor, o seu *ethos*. Nesse viés, ao passo que analisamos os efeitos de sentido produzidos pelo uso das classes gramaticais no *corpus* da pesquisa, descrevemos o locutor que se mostra nos enunciados para, posteriormente, interpretarmos uma possibilidade de *ethos* que emerge e é construído nessa e por essa materialidade linguística. Em seção posterior, explicitaremos com maiores detalhes o procedimento de coleta e análise e dos dados.

No que tange ao método de pesquisa de uma análise enunciativa da materialidade linguística, Flores e seus colaboradores (2013, p. 39) esclarecem que o “método de análise pertence a cada teoria em particular”, isto é, conforme a teoria enunciativa mobilizada, recursos metodológicos são construídos de acordo com a questão a ser investigada. Como já

mencionamos, para embasar nosso trabalho, sob o olhar da LE, trouxemos, como principal teórico, Émile Benveniste. Entretanto, Flores e Teixeira (2012) pontuam que:

Benveniste não desenvolveu propriamente um modelo de análise da enunciação. Sua obra é mais um roteiro indicativo de questões referentes à “presença do homem na língua” do que a proposição de um método nítido de análise (FLORES; TEIXEIRA, 2012, p. 104, grifos dos autores).

Não obstante, em seus textos, o autor apresenta um ponto de vista descritivo e explicativo, ou seja, descreve algum fenômeno linguístico seguido da explicação dos mecanismos que possibilitam tal fenômeno. Desse modo, o teórico considera a essência da língua, o processo e o ato de uso da linguagem, e não simplesmente uma teoria classificatória. É este movimento que objetivamos empreender em nossa análise: identificaremos, classificaremos e descreveremos os pronomes pessoais do caso reto e os verbos, ambos na primeira e terceira pessoas do singular e do plural, relacionados à noção de *ser mulher*, presentes nos *manifestos de divulgação* e explicaremos tais ocorrências, enfatizando os efeitos de sentido decorrentes do uso dessas classes que emergem na materialidade do texto. Dessa maneira, em consonância com Benveniste, a língua será tratada em sua essência.

A partir destes pontos da teoria benvenistiana, com relação a seu método de análise, Flores propõe o conceito de *transversalidade enunciativa*, já que a enunciação está em todos os níveis da língua e qualquer fenômeno linguístico pode ser estudado do ponto de vista da enunciação. Para o autor, tal conceito “se caracteriza por permitir ver a língua como um todo atravessado pelas marcas da *enunciação*” (FLORES, 2010, p. 396, grifo do autor). Partindo dessa noção, compreendemos a língua como esse todo atravessado pelas marcas da enunciação e não como uma organização em níveis ou camadas sobrepostas.

À vista disso, os pronomes e os verbos na primeira e na terceira pessoa do singular e do plural identificados nos textos, elencados para compor nosso *corpus*, serão analisados na perspectiva enunciativa da totalidade da língua, já que a enunciação é transversal a ela e não se encerra em único compartimento, estando, pois em todos os níveis. Ao considerarmos a análise nessa perspectiva, evidenciamos o que as marcas linguísticas podem nos revelar sobre os sentidos da enunciação do sujeito que emerge da materialidade textual. Vale destacarmos, ainda, que:

De acordo com Benveniste (1989, p. 83), para o locutor, a língua é tomada “como ato, situações e instrumentos de sua realização”, para o analista, inversamente, a língua é tomada como 1º) instrumentos de sua realização, 2º) situações e 3º) ato (FLORES et al., 2013, p. 134, grifos dos autores).

Considerando esse procedimento analítico enunciativo da materialidade e, tendo em vista que cada ato é único, para cada enunciado é preciso atentar para: a) os mecanismos linguísticos utilizados para a realização do fenômeno estudado; b) o sentido produzido em relação à ancoragem na situação espaço-temporal; c) a categoria de pessoa como centro de referência do discurso (FLORES et al., 2013) e, no caso deste estudo, o conceito de *ethos*.

Somando-se a esse modo enunciativo de análise, definiremos agora o método do paradigma indiciário, traçado por Ginzburg (1989), no capítulo *Sinais, raízes de um paradigma indiciário*, do livro *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Segundo o autor, esse método foi empregado por diversas personagens reais ou ficcionais que fazem parte da história da humanidade, antes de se afirmar nas ciências humanas “no final do século XIX – mais precisamente, nas décadas de 1970-80” (GINZBURG, 1989, p. 151). Para ele, o método, hoje sistematizado como paradigma indiciário, serviu aos estudos de Sigmund Freud, quando analisava sintomas em seus pacientes para identificar doenças; de Sherlock Holmes, para investigar indícios que desvendariam os casos misteriosos de suas histórias de detetive; e de Giovanni Morelli, para a observação detalhada de signos pictóricos em obras de arte, no intuito de estabelecer distinção entre os originais e as cópias.

Conforme Ginzburg (1989, p. 152), o método do paradigma indiciário é, pois, determinado pela “capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diariamente”. Caracteriza-se, portanto, por buscar detalhes, indícios, pistas ou sinais que estão na materialidade textual, mas nem sempre são percebidos em um primeiro momento, ou seja, são vistos como secundários.

Desse modo, os indícios encontrados nas análises do *corpus* podem auxiliar a esboçar um determinado fenômeno mais geral que ocorre amplamente na materialidade linguística, como, por exemplo, colaborar para traçar a imagem discursiva do locutor do texto. Esse processo será fundamental para o *corpus* de análise, pois o que temos é o produto da enunciação, ou seja, o enunciado, não sendo possível recuperarmos as categorias de pessoa, tempo e espaço do momento enunciativo. Nesse ínterim, a importância desse método reside em não negligenciar os aspectos que em um primeiro momento são irrelevantes, mas que contribuem para a compreensão de fenômenos gerais, como o *ethos*.

Nesta pesquisa, os pronomes pessoais do caso reto e os verbos, na primeira e terceira pessoas do singular e do plural, que auxiliam a articulação da noção de *ser mulher*, e os valores assumidos por eles nos *manifestos de divulgação*, deixam marcas (pistas, indícios) na materialidade textual e podem contribuir para traçar um perfil de *ethos* que emerge de um discurso feminista de divulgação. É importante destacarmos, ainda, que vários elementos

constituem o *ethos*, entretanto, nossa análise prioriza os pronomes e os verbos que se referem à noção de *ser mulher* e seus efeitos de sentido. Essa relação se dá em função do recorte feito, necessário, já que não podemos empreender uma análise da totalidade da língua.

A seguir, detalharemos sobre os *manifestos de divulgação* que constituem o *corpus* desta pesquisa.

#### 4.2 MATERIALIDADE LINGUÍSTICA: A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

O *corpus* de análise desta pesquisa é constituído por dois exemplares textuais do *gênero manifesto de divulgação*, que discorrem sobre concepções feministas e noções sobre *ser mulher*, a saber<sup>71</sup>: a) *Feminismo em comum: para todas, todes e todos* (2018), primeiro livro feminista da artista plástica, professora de Filosofia e escritora, Márcia Angelita Tiburi<sup>72</sup>, composto de 124 páginas; e; b) *Vamos juntas? O guia da sororidade para todas* (2016), da jornalista Bárbara Souza Santos<sup>73</sup>, também composto de 124 páginas.

Além dos *manifestos de divulgação*, compõe o *corpus* desta pesquisa duas entrevistas, das mesmas autoras: c) uma entrevista de Tiburi à Revista do Departamento e Filosofia, *Sapere Aude*, realizada no primeiro semestre de 2014<sup>74</sup> e; d) uma entrevista realizada com Souza, exibida no *site* Heloisa Tolipan<sup>75</sup> e comandada pela jornalista Fabiane Pereira<sup>76</sup>. As entrevistas, apresentadas por meio de *print* de tela, serviram para comprovarmos as tendências discursivas-enunciativas de ambos os locutores. A seguir, detalharemos pontos relevantes de cada *manifesto de divulgação*.

<sup>71</sup> Convém salientarmos que, como nos interessamos em traçar um panorama de caráter enunciativo, serão consideradas apenas as marcas linguísticas presentes nos enunciados. Dessa forma, informações referentes às autoras, sujeitos de natureza física não serão relevantes, neste momento, para esta pesquisa.

<sup>72</sup> Márcia Angelita Tiburi é uma filósofa, artista plástica, professora universitária de filosofia, escritora e política brasileira. Seus principais temas são ética, estética, filosofia do conhecimento e feminismo. Conferir em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcia\\_Tiburi](https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcia_Tiburi). Acesso em: 28 de dez de 2019.

<sup>73</sup> Bárbara Souza Santos é jornalista e fundadora da *Bertha Comunicação*, empresa focada em impulsionar negócios de mulheres. Em julho de 2015 criou o movimento *Vamos juntas?* com o objetivo de espalhar a ideia da sororidade (irmandade feminina) entre as mulheres para que elas se unissem na rua inibindo, assim, violências como assédio e estupro. O movimento já foi pauta dos principais veículos de comunicação do Brasil, sendo também assunto em veículos internacionais como *The Guardian*. Conferir em: <https://www.movimentovamosjuntas.com.br/index.php/babi-souza>. Acesso em: 28 de dez de 2019.

<sup>74</sup> Conferir em: *Sapere Aude*, Belo Horizonte, v.5, n.9, p.28-37 - 1º semestre. 2014 – ISSN 2177 -6342.

<sup>75</sup> Heloisa Tolipan é uma jornalista brasileira, colunista do Jornal do Brasil, e fundadora do *site* [www.heloisatolipan.com.br](http://www.heloisatolipan.com.br). É ganhadora do Prêmio Esso de Jornalismo. Conferir em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Heloisa\\_Tolipan](https://pt.wikipedia.org/wiki/Heloisa_Tolipan).

<sup>76</sup> Fabiane Pereira é jornalista, pós graduada em “Formação do Escritor”, sócia da Valentina Comunicação — empresa voltada para criação, divulgação e produção de projetos musicais e literários — apresentadora, roteirista, produtora e programadora musical do programa de rádio Faro MPB, da Rádio MPB FM. Conferir em: <https://www.azoofa.com.br/post/866/fala-se-de-musica--rael>. Acesso em: 08 de jan de 2020.

Figura 1 – *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*, de Márcia Tiburi



Fonte: <http://www.pretaenerd.com.br/2018/04/feminismoemcomum.html>

A obra de Tiburi marca a retomada, em 2018, do selo feminista *Rosa dos Tempos*<sup>77</sup>, da Editora Record, criado por Rose Marie Muraro e Ruth Escobar, na década de 1990. Trata-se de um *manifesto* sobre o feminismo e sua potência transformadora que esclarece conceitos como *feminismo negro*; *feminismo*, como arma política, social e econômica e; *patriarcado* – que, para ela, é um sistema profundamente enraizado na cultura e nas instituições, que o feminismo busca desconstruir.

Com uma obra cujo título é bastante questionador – *Feminismo em Comum: para todas, todes e todos* – a autora demonstra que pretende trazer uma crítica e uma reflexão para as “mulheres e não mulheres”, ou seja, para *todas, todes e todos* – “sujeitos e assujeitados a um mundo patriarcal que o feminismo vem questionar” (TIBURI, 2018, p.1) – que se identificam com a causa e estão dispostos e comprometidos com a ampliação da visão de mundo. Neste viés, a filósoda parte de reflexões contemporâneas sobre identidades, com posicionamento favorável à uma democracia radical, na qual possa existir espaço para que todas as pessoas possam se expressar, (re)inventar e (re)imaginar o mundo a partir do pensamento crítico. No que diz respeito ao subtítulo *Em Comum*, a autora – em um debate no evento *Diálogo Contemporâneos* (março a junho de 2018 em Campo Grande e Brasília)<sup>78</sup> –, afirma fazer referência à ambivalência da sonoridade incomum e do propósito de contribuir para tornar o *feminismo* comum, cotidiano, ou seja, uma teoria prática.

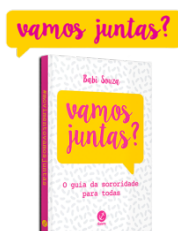
É, sem dúvida, um convite ao leitor para (re)pensar as estruturas que envolvem o *feminismo* na sociedade atual, a fim de darmos maior credibilidade a um movimento cuja luta

<sup>77</sup>A editora *Rosa dos Tempos* foi importantíssima para a difusão do pensamento feminista internacional e nacional. Conferir em: <http://sempreumpapo.com.br/marcia-tiburi-83-bh-93-araxa/>. Acesso em 08 de jan de 2019.

<sup>78</sup> Disponível em: [http://www.ceam.unb.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=214:dialogos-contemporaneos&catid=2&Itemid=735](http://www.ceam.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=214:dialogos-contemporaneos&catid=2&Itemid=735). Acesso em 08 de jan de 2019.

social transcende os modismos e os discursos prontos. Por meio de uma reflexão e crítica ao movimento, em uma linguagem acessível, didática, direta, mas, nada sutil, a autora propõe um *feminismo* capaz de melhorar nosso modo de viver e de inventar a vida.

Figura 2 – *Vamos juntas? O guia da sororidade para todas*, de Babi Souza



Fonte: <https://www.movimentovamosjuntas.com.br/>

O *manifesto de divulgação*, de Souza (2016), relata a trajetória da sua iniciativa ao *Movimento Vamos juntas?*<sup>79</sup>, que resultou em seu livro. Nele, a autora expõe depoimentos compartilhados por algumas mulheres que aderem à campanha e apresenta conceitos básicos sobre *feminismo*, *empoderamento* e, principalmente, *sororidade*. Souza relata uma situação que viveu uma noite ao sair do trabalho, em que precisava cruzar uma rua escura e deserta para chegar a seu destino e sentiu muito medo. Como percebeu que outras mulheres se encontravam na mesma situação, caminhando sozinhas, apreensivas, pensou: *E se fossem juntas?*

Nasceu, então, uma ideia que foi espalhada pelas redes sociais por meio de uma página no *Facebook*, o *#MovimentoVamosJuntas*, que se tornou livro e passou a incentivar milhares de mulheres a apoiar umas às outras, compartilhando o sentimento de *sororidade* – união e aliança entre mulheres, baseado na empatia e companheirismo, em busca de alcançar objetivos em comum. Nesse sentido, a autora postula que as mulheres, sem dúvidas, devem andar juntas, pois, quando uma mulher é empoderada – independente da circunstância – o sentimento de sororidade acaba sendo fortalecido.

Como vimos anteriormente, Souza (2016), ao empregar no título do livro o advérbio *juntas* e o pronome indefinido *todas*, no feminino, sugere que a obra é destinada às mulheres, fato que ocorre de maneira distinta na obra de Tiburi (2018), cujo direcionamento é dado a *todas, todes e todos*. Dessa forma, Souza (2016) promove uma importante e urgente união entre as mulheres, tendo em vista que, seguramente, alguma mulher já deve ter se sentido vulnerável

<sup>79</sup> De acordo com Babi Souza, em poucos dias o movimento deixou de falar apenas sobre como é importante as mulheres “irem juntas” e passou a falar sobre a importância de “estarmos juntas” e de colocarmos a sororidade (irmandade entre mulheres) em prática. Conferir em: <http://www.movimentovamosjuntas.com.br/index.php/o-ovamos-juntas>. Acesso em 08 de jan de 2019.

ao andar sozinha por uma rua escura. Assim, o movimento promove um incentivo às mulheres para que, caso encontrem alguma outra nesta mesma situação, possam convidá-la para fazerem o trajeto juntas.

Essa iniciativa emerge como uma possível estratégia para que se possa consolidar o direito à humanidade que todas as mulheres possuem. A autora relata que depois que criou a ideia, passou a receber inúmeros depoimentos diários de mulheres que foram *salvas* por desconhecidas quando se sentiram em alguma situação de risco. Ademais, afirma que recebeu alguns depoimentos anônimos contando como o *Vamos Juntas?* ajudou mulheres do Brasil todo a não se calarem diante de qualquer abuso. Muitas delas foram violentadas de diversas formas, mas encontraram forças para denunciar seus agressores e falar sobre o assunto, fortalecendo a luta contra um sistema opressor e diminuindo o estado de fragilidade social no qual as mulheres se encontram.

Faz-se necessário destacarmos que o *Vamos juntas?* é um movimento que iniciou na *cibermilitância*, ou seja, na *internet*, para depois se tornar livro. Esse fato evidencia que o *feminismo*, além de contribuir com as mulheres e o empoderamento de cada uma delas, também possui um mercado promissor, cuja demanda capitalista é fortemente atendida. A esse respeito, Bruna de Lara<sup>80</sup>, jornalista e coautora do livro *#MeuAmigoSecreto: feminismo além das redes*, em uma matéria publicada no jornal *online The Intercept Brasil*<sup>81</sup>, em 15 de janeiro de 2019, afirma:

Essas vendas do “empoderamento” como protesto e feminismo matam dois coelhos numa tacada só. Primeiro, transformam em fonte de lucro um movimento ligado à contestação do capitalismo – sim, porque um feminismo que não olha para as desigualdades de classe é um feminismo incapaz de transformar a vida da maior parte das mulheres. E, ao transformá-lo em mercadoria, passam à frente a ideia de que “mulheres podem ser feministas sem desafiar a si mesmas ou à cultura”, como critica a escritora bell hooks em seu livro “O feminismo é para todo mundo”. (Disponível em: <https://theintercept.com/2019/01/15/feminismo-feminejo-empoderamento-de-mercado/>. Acesso em 23 de outubro de 2019).

Em virtude disso, a jornalista acredita que os feminismos de mercado têm a capacidade de enganar as pessoas, pois, com o aumento do interesse pelo tema no Brasil e no mundo, o mercado rapidamente se deu conta de que o feminismo poderia ser lucrativo, aproveitando-se,

<sup>80</sup> Bruna de Lara é jornalista formada pela Escola de Comunicação da UFRJ e coautora do livro “*#MeuAmigoSecreto: feminismo além das redes*”. Trabalhou na revista *piauí* e foi uma das vencedoras do 9º Prêmio Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão, oferecido pelo Instituto Vladimir Herzog. Em 2018, recebeu uma menção honrosa no 35º Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo pela reportagem “As mães que tiveram seus filhos assassinados pelo Estado decidiram fazer o trabalho da polícia: investigar”, publicada no *Intercept Brasil*.

<sup>81</sup> Disponível em: <https://theintercept.com/brasil/>.

muitas vezes, do discurso de *empoderamento* para vender basicamente qualquer coisa. Percebemos uma gama enorme de produtos *feministas* no mercado, como livros, canecas, quadros, camisetas e inúmeros outros que fazem parte do mercado feminista de divulgação. Entretanto, vale a reflexão sobre um possível paradoxo entre *feminismo* e *consumismo* – que sustenta o sistema global de dominação capitalista – existente neste processo<sup>82</sup>. Principalmente, porque grande parte desses produtos possuem enunciados que visam caracterizar um grupo, um estilo ou uma marca.

Realizados esses esclarecimentos, ressaltamos que a escolha desses exemplares como parte *corpora* deste trabalho se deu por apresentarem questões, conceitos e desafios que configuram o movimento feminista como *a chave a um mundo melhor*, permitindo-nos um olhar sobre como esses locutores se marcam na materialidade linguística e abordam o conceito de *mulher*. Com isso, será possível chegar a uma resposta para a nossa questão de pesquisa, ou seja, analisar os efeitos de sentido decorrentes do uso de pronomes e verbos que emergem da materialidade textual e auxiliam a articulação da noção de *ser mulher*. A seguir, abordaremos as etapas de desenvolvimento da nossa pesquisa.

#### 4.3 AS ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Realizada a primeira parte de coleta do *corpus* de pesquisa, iniciamos a análise quantitativa dos dados, ou seja, a identificação de cada ocorrência de pronomes pessoais do caso reto e verbos, na primeira e terceira pessoas do singular e do plural, que tem relação com a noção de *ser mulher*, nos dois *manifestos de divulgação*. Para empreender a análise e levando em conta que não existe uma gramática enunciativa, tomamos como parâmetro alguns referenciais teóricos para nos auxiliar nesta tarefa, como pontuamos anteriormente: a Gramática Normativa, de Cunha e Cintra (2008) e a Gramática de Usos, de Moura Neves (2011), as quais foram abordados na seção 3.1 deste trabalho.

Aliás, destacamos que não existe, até o momento, uma gramática enunciativa, pelo menos não nos moldes de uma normativa, justamente devido à irrepetibilidade da enunciação. Como já tratamos em seções anteriores, se cada enunciação é única, são únicos também os usos dos mecanismos linguísticos e seus efeitos de sentido. Para tanto, o uso das referidas gramáticas normativa, descritiva e pedagógica nos fornece, respectivamente, um parâmetro estruturalista da língua; nos aponta um olhar funcionalista/semântico-pragmático e; uma visão descritiva de

---

<sup>82</sup> Gostaríamos de explicar mais sobre este assunto, mas, em virtude dos objetivos deste trabalho, deixamos aqui, apenas esse comentário para que possamos realizar uma possível reflexão e, quiçá, ampliá-lo em trabalhos futuros.



cunho histórico, sob uma perspectiva de caráter ideológico, auxiliando-nos, assim, nas proposições que envolvem o discurso feminista.

No que concerne à gramática normativa e descritiva, convém salientarmos que a relevância de iniciarmos a análise por meio de tais gramáticas, para, então, tratarmos enunciativamente é, em primeiro lugar, porque nelas estão sistematizadas as regularidades do uso da língua e, em segundo lugar, porque entendemos que um estudo enunciativo dos mecanismos linguísticos, o qual nos propomos a realizar, revelará mais sobre esses elementos do que realmente está contemplado nesses referenciais. Esse movimento analítico se dá pelo fato de considerarmos, também, as particularidades que cada enunciação apresenta em relação à forma. Em uma delas – a gramática normativa – a perspectiva de *enunciado* não é considerada; já na outra – a gramática descritiva – trata-se de enunciado, mas em nenhum momento se chega à enunciação. Para tanto, acreditamos que é preciso ir além do processo cognitivo e refletir sobre os efeitos de sentido produzidos por determinadas estruturas linguísticas no âmbito da enunciação.

Ressaltamos, ainda, que não queremos, de modo algum, desconsiderar essas teorias. Pelo contrário, estamos recorrendo a elas porque procuramos ampliá-las, na busca da compreensão linguístico-enunciativo-discursiva. Assim, partimos da descrição da forma gramaticalizada para seguimos com a análise dos sentidos de determinada forma, na enunciação.

Em um segundo momento de nossa análise, de cunho qualitativo, analisamos os dados provenientes da categoria de descrição, ou seja, analisamos o locutor e a relação com os efeitos de sentido decorrentes do emprego de pronomes e verbos, nas primeiras e terceiras pessoas do singular e do plural, que auxiliam a articulação da noção de *ser mulher*, e emergem da materialidade linguística. Por fim, na terceira categoria metodológica, interpretamos os dados, buscando esboçar o perfil de *ethos* que emerge de um discurso feminista de divulgação.








Tendo em vista que nosso embasamento teórico, como já apontamos, é a LE, a qual compreende o estudo das marcas da enunciação do sujeito no enunciado, começaremos apresentando as sequências enunciativas cuja inscrição do sujeito no sistema linguístico se manifesta, em particular, pela existência de pronomes e verbos na primeira e terceira pessoas do singular e do plural. Verificaremos em que medida tais ocorrências são relevantes no que se refere à produção de sentidos, principalmente na identificação do *ethos* discursivo que emerge

dos enunciados. Vale destacar que entendemos por sequências enunciativas um ou mais enunciados<sup>83</sup> que se relacionam, formando uma unidade de sentido.

Neste momento, cabem alguns esclarecimentos sobre a organização dos resultados obtidos, os quais, na primeira etapa (quantitativa) foram feitos por meio de quadros, seguidos de gráficos, para melhor visualização do percentual das ocorrências e para fins de comparação, visto que analisamos o emprego de pronomes e verbos relacionados à noção de *ser mulher*, nos dois *manifestos de divulgação*. A partir desses resultados, definimos a etapa seguinte de análise dos dados (qualitativa), na qual buscamos os efeitos de sentido produzidos por determinados mecanismos linguísticos que foram primordiais para a constituição do *ethos* discursivo.

Vale ressaltar que realizamos a análise de todas as sequências cujo emprego de pronomes e verbos, nas primeiras e terceiras pessoas, auxiliam a articulação da noção de *ser mulher*. Porém, a título de amostra, selecionamos seis sequências mais representativas de cada *manifesto* e as exibimos em forma de figuras. Os mecanismos linguísticos, por sua vez, serão destacados por meio de formas geométricas que, para maior compreensão, apresentamos no quadro, a seguir.

Quadro 3 – Formas geométricas para destacar os mecanismos linguísticos

Formas	Mecanismos Linguísticos
	Verbos
	Pronomes oblíquos
	Preposições
	Pronomes retos
	Índices de ostensão
	Pronome de tratamento
	Pronome possessivo

Fonte: Elaborado pela autora.

<sup>83</sup> Já definimos o conceito de *enunciado* no capítulo 3. Entretanto, reiteramos aqui: o *enunciado*, de acordo com Benveniste, é entendido como frase, ou seja, a unidade do discurso, o produto da enunciação.

Esse quadro nos auxiliará na compreensão das figuras das sequências enunciativas que serão utilizadas na seção 5.3. Os retângulos pretos, por exemplo, destacarão todos os verbos empregados nas primeiras e terceiras pessoas do singular e do plural. O mesmo ocorrerá com os outros mecanismos, cada um com sua respectiva forma geométrica, como apresentado no quadro 3.

No capítulo seguinte, apresentaremos os resultados da análise quantitativa e explicitaremos a qualitativa, em que lançamos um olhar enunciativo sobre as ocorrências dos pronomes pessoais do caso reto e dos verbos na primeira e terceira pessoas do singular que se referem à noção de *ser mulher*.



## 5 O ESBOÇO DO *ETHOS* DISCURSIVO

Este capítulo será destinado à apresentação das análises realizadas sobre o *corpus* de pesquisa. Como assinalamos anteriormente, nossa metodologia é quanti-qualitativa, que será realizada em duas etapas: primeiro, faremos a quantificação e a classificação dos dados referentes aos pronomes e aos verbos para, em seguida, analisá-los. Optamos por esse movimento metodológico porque entendemos que é a maneira que melhor se adéqua ao escopo desta dissertação, ou seja, esboçar um perfil de *ethos* que emerge de um discurso feminista, em dois *manifestos de divulgação*, a partir do emprego de pronomes e verbos que auxiliam a articulação da noção de *ser mulher*.

Importante destacarmos que a análise do *corpus* priorizará, unicamente, as sequências enunciativas em que tais classificações referirem-se à noção de *ser mulher*, nas primeiras pessoas do singular e do plural (*eu sou / nós somos mulheres*), e àquelas cujo emprego for relacionado às terceiras pessoas, do gênero feminino, no singular e no plural (*ela é / elas são mulheres*). Em outras palavras, realizamos a contagem nos momentos em que o locutor se inclui na luta feminista e identifica-se como um agente ativo na noção de *ser mulher*, marcando-se nas primeiras pessoas do singular e do plural, e quando fala sobre a luta de forma distante, marcando-se nas terceiras pessoas, também do singular e do plural.

Dado o exposto, na primeira etapa de coleta do *corpus* realizamos a quantificação e a classificação dos seguintes dados: a) pronomes pessoais do caso reto, nas primeiras e terceiras pessoas do singular e do plural e; b) verbos conjugados, também, nas primeiras e terceiras pessoas do singular e do plural. Inicialmente, estes dados são comentados e, em seguida, apresentados visualmente em forma de tabelas, com base na sistematização proposta por Cunha e Cintra (2008), acompanhados de gráficos, que possibilitam melhor visualização dos dados. Vale destacar ainda que, primeiro, realizamos a contagem no livro *Feminismo em Comum para todas, todes e todos*, de Márcia Tiburi – o qual, para facilitar a identificação, chamamos de *manifesto FC* – e, depois, no *Vamos Juntas?*, de Babi Souza, que denominamos *manifesto VJ*. Essa ordem foi escolhida de maneira aleatória, tendo em vista que consideramos ser esse um fator irrelevante para os resultados de nossa análise.

Já na etapa de cunho qualitativo, inicialmente, analisamos os dados coletados do *corpus*, em seguida, realizamos uma comparação acerca das singularidades e das semelhanças de cada uma das materialidades e, por fim, interpretamos e esboçamos um perfil de *ethos* discursivo. Considerando que nosso embasamento teórico, como já apontamos, é a LE, a qual compreende o estudo das marcas da enunciação do sujeito no enunciado, extraímos do *corpus* as sequências

enunciativas relacionadas com a questão de *ser mulher*, cuja inscrição do sujeito no âmago do sistema linguístico se manifesta, em particular, pela existência de pronomes e verbos. Assim, a partir dos efeitos de sentidos relacionados ao emprego de tais classes, verificamos em que medida esses mecanismos são relevantes na articulação da noção de *ser mulher* e contribuem no esboço do *ethos* que emerge de um discurso feminista de divulgação.

Na seção seguinte, exibiremos a análise quantitativa realizada nos *manifestos de divulgação* que compõem o nosso *corpus* de pesquisa. Começaremos exibindo os dados referentes ao emprego dos pronomes, nos dois *manifestos*, para, em seguida, apresentarmos os que se referem à classificação verbal. Convém lembrarmos que optamos por identificar as classes gramaticais em conjunto por acreditarmos que elas podem auxiliar no esboço do *ethos* discursivo dos locutores, a partir da análise enunciativa do uso desses mecanismos linguísticos que emergem da materialidade textual.

## 5.1 O EMPREGO DE PRONOMES E VERBOS NOS *MANIFESTOS DE DIVULGAÇÃO*

Nesta seção, mostraremos de que forma pronomes e verbos estão empregados nos textos que compõem o *corpus* de análise, a partir de uma perspectiva enunciativa. Assim, nas duas subseções seguintes apresentaremos, respectivamente, os dados referentes aos pronomes e aos verbos. Iniciaremos retomando algumas noções relativas à cada uma das classes gramaticais e, em seguida, apresentaremos os dados quantitativos com os respectivos gráficos que demonstram o emprego dessas classes nos dois *manifestos de divulgação*.

Salientamos que o aspecto quantitativo se tornou importante na nossa pesquisa, porque, além de possibilitar o início do processo analítico de teor qualitativo, orientou-nos sobre algumas escolhas diante das diversas possibilidades que surgiram ao procedermos à análise do nosso *corpus*. Como destacamos anteriormente, priorizamos, unicamente, as sequências enunciativas relacionadas com a questão de *ser mulher*, portanto, não nos detemos nas outras situações em que os pronomes e os verbos foram empregados nas materialidades linguísticas.

Com isso, embasados em Benveniste ([1974] 1989), que postula que na instância do discurso a classe dos verbos tem relação direta com a dos pronomes, esclarecemos que a análise contemplará ambas as classes concomitantemente. Optamos por essa escolha em virtude do objetivo principal que norteia este estudo – esboçar um perfil de *ethos* que emerge de um discurso feminista, em dois *manifestos de divulgação*, a partir do emprego de pronomes e verbos que auxiliam a articulação da noção de *ser mulher*.

A seguir, exibiremos o estilo discursivo dos locutores do *manifesto FC* e *VJ* no que diz respeito à classe dos pronomes.

### 5.1.1 Os pronomes

Inicialmente, com base na Gramática Normativa (CUNHA; CINTRA, 2008) e na Gramática de Usos (MOURA NEVES, 2011), contextualizaremos algumas noções linguísticas referentes aos pronomes para, na sequência, apresentarmos os dados quantificados na nossa análise.

Conforme a Gramática Normativa, os pronomes pessoais caracterizam-se por representarem as três pessoas gramaticais, no singular e no plural: quem fala, com quem se fala e de quem se fala. Quanto à função, na oração, eles podem ser retos, quando desempenham o papel de sujeito, ou oblíquos, quando são empregados como OD ou OI (CUNHA; CINTRA, 2008). Nesse último caso, quando o OD ou o OI representam a mesma pessoa ou coisa que o sujeito do verbo, o pronome é reflexivo.

Já na *Gramática de usos de português*, de Maria Helena de Moura Neves (2011), encontramos outros empregos dos pronomes pessoais, relacionados à função interacional ou textual. Para a autora, “uma das funções básicas dos *pronomes pessoais* é a de constituir expressões referenciais que representam, na estrutura formal dos enunciados, os interlocutores que se alternam na enunciação” (MOURA NEVES, 2011, p. 457, grifos da autora). Desse modo, a primeira pessoa só aparece no enunciado quando o locutor se autorreferencia, o que implica um eixo subjetivo. No que tange aos pronomes pessoais de primeira pessoa do plural, a autora postula que eles sempre envolvem um *não eu*, representando a soma de pessoas, isto é, sempre terá outra pessoa somada ao *eu* (*eu+tu*, *eu+ele*, etc.). Ademais, afirma que tais pronomes são destinados a outros usos, além da pluralização, em que o falante situa seu dizer como pertencente a um grupo com o qual se identifica. A esse valor que adquirem os pronomes pessoais, Cunha e Cintra (2008, p. 297) denominam “plural de modéstia”.

No que concerne à etapa quantitativa, o primeiro dado relevante que essa análise traz é o fato de, no *manifesto FC*, encontrar-se o maior número de pronomes pessoais do caso reto e verbos nas terceiras pessoas do singular e do plural. São 140 pronomes pessoais do caso reto – *ela/elas* – de um total de 185 ocorrências, o que corresponde a 75,68% do total geral. Já no *manifesto VJ*, identificamos que a quantidade de pronomes pessoais do caso reto, nas primeiras pessoas do singular e do plural, equivale às encontradas no *FC*. Assim, de 95 ocorrências dos pronomes pessoais do caso reto, 52 foram empregadas nas primeiras pessoas, resultando uma

diferença de apenas 7 casos a menos dos identificados em *FC*. Não obstante, se considerarmos o número total de pronomes, percebemos que, percentualmente, essa diferença é bem maior, pois, no *manifesto FC*, as primeiras pessoas representam apenas 24,32% do total e, no *VJ*, 54,74%. Esse dado nos leva a considerar que o locutor, no *manifesto VJ*, se marca, na grande maioria, pelo uso dos pronomes nas primeiras pessoas, fato que é bem menos recorrente em *FC*.

Já no que tange aos pronomes nas terceiras pessoas do singular e do plural, o número de ocorrências é bem maior em *FC* se comparado a *VJ*. No primeiro, encontramos um percentual de 75,68% e, no segundo, dos 95 casos totais, apenas 43, que equivalem a 45,26%, foram empregados nas terceiras pessoas. Entendemos, portanto, que em *FC* o locutor emprega a maior parte dos pronomes nas terceiras pessoas para marcar-se linguisticamente.

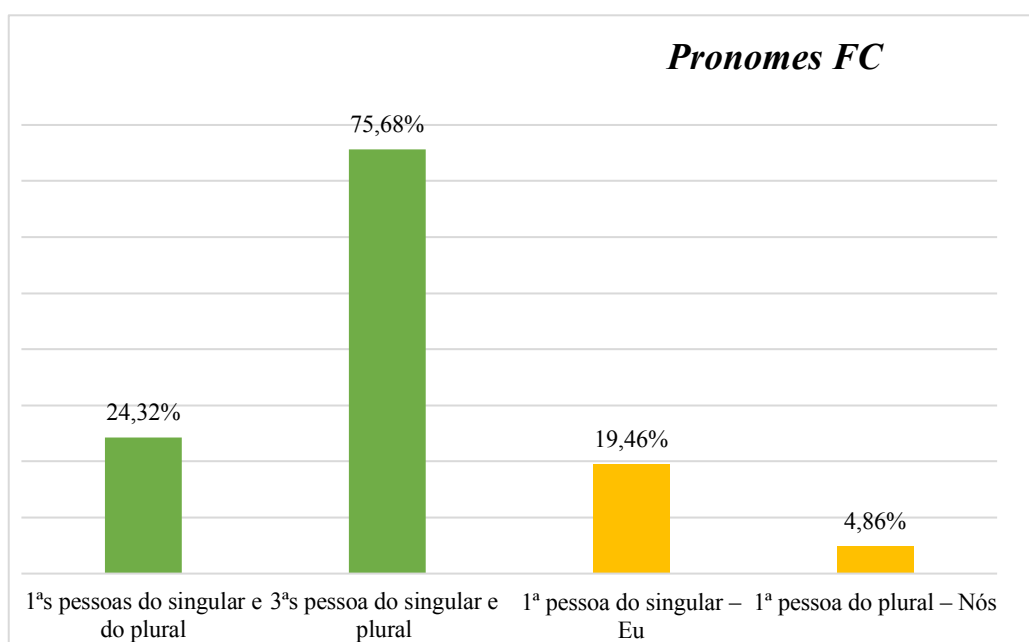
Para melhor visualização, apresentamos esses dados quantitativos nos Quadros 4 e 5 e nos Gráficos 1 e 2, a seguir. Ademais, optamos por apresentar o Quadro 6 e o Gráfico 3, comparativos em ambos os *manifestos*, para que facilite a visão geral dos dados. Para melhor visualização e compreensão, exibiremos cada classe gramatical, de cada um dos *manifestos*, em páginas separadas.



Quadro 4 – Emprego dos pronomes no *manifesto FC*

<b>Pronomes</b>		
<b>TIPO</b>	<b>PESSOA/NÚMERO</b>	<b>NÚMERO DE OCORRÊNCIAS</b>
<b>Pessoais do caso reto</b>	1 <sup>as</sup> pessoas do singular e do plural Eu/Nós	45
	3 <sup>as</sup> pessoa do singular e plural – Ela/Elas	140
	<b>Total geral de pronomes</b>	<b>185</b>
<b>Pessoais do caso reto</b>	1 <sup>a</sup> pessoa do singular – Eu	36
	1 <sup>a</sup> pessoa do plural – Nós	9
	<b>Total de pronomes nas primeiras pessoas</b>	<b>45</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

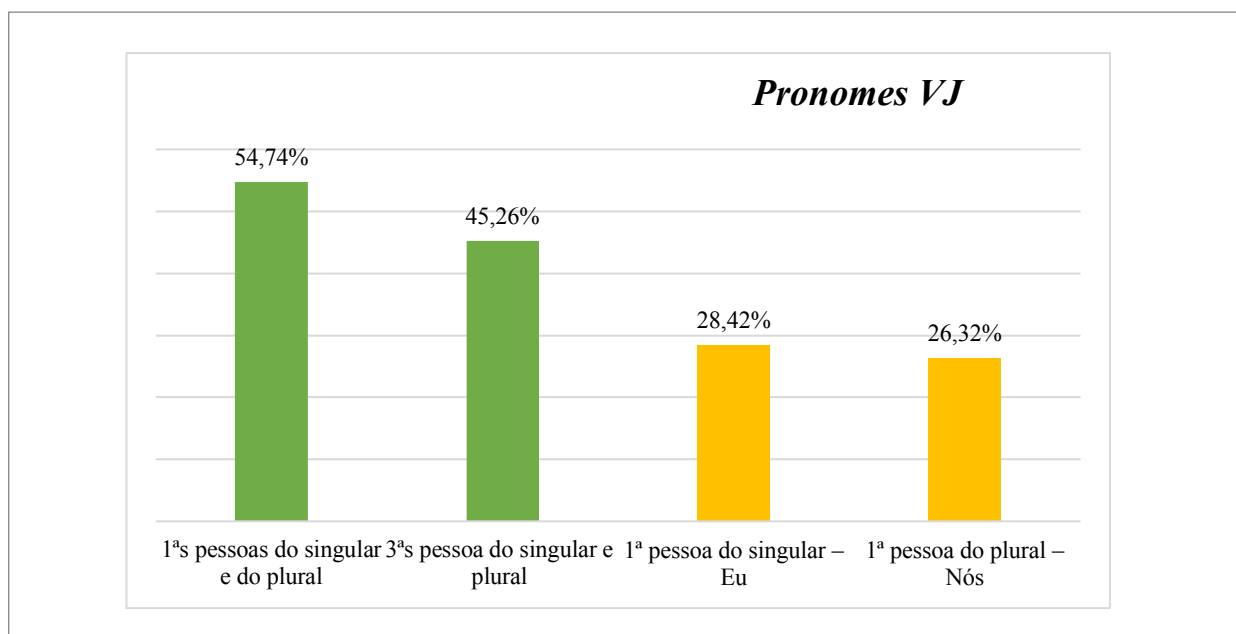
Gráfico 1 – Porcentagem do emprego dos pronomes no *manifesto FC*

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 5 – Emprego dos pronomes no *manifesto VJ*

<b>Pronomes</b>		
<b>TIPO</b>	<b>PESSOA/NÚMERO</b>	<b>NÚMERO DE OCORRÊNCIAS</b>
<b>Pessoais do caso reto</b>	1 <sup>as</sup> pessoas do singular e do plural Eu/Nós	52
	3 <sup>as</sup> pessoa do singular e plural – Ela/Elas	43
	<b>Total geral de pronomes</b>	<b>95</b>
<b>Pessoais do caso reto</b>	1 <sup>a</sup> pessoa do singular – Eu	27
	1 <sup>a</sup> pessoa do plural – Nós	25
	<b>Total de pronomes nas primeiras pessoas</b>	<b>52</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

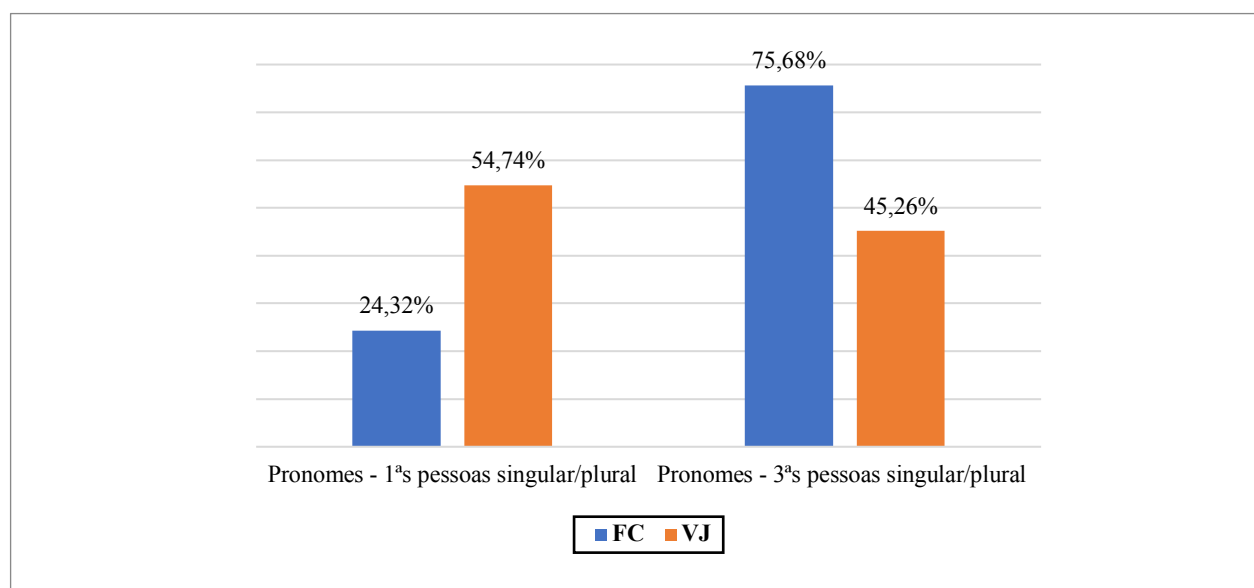
Gráfico 2 – Porcentagem do emprego dos pronomes no *manifesto VJ*

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 6 – Emprego total dos pronomes nos *manifestos FC e VJ*

<i>MANIFESTOS</i>	<i>PRONOMES</i>	
	<b>1<sup>as</sup> pessoas</b> singular/plural	<b>3<sup>as</sup> pessoas</b> singular/plural
<i>Manifesto FC</i>	45	140
	<b>Eu</b> – 36 <b>Nós</b> – 9	
<i>Manifesto VJ</i>	52	43
	<b>Eu</b> – 27 <b>Nós</b> – 25	

Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 3 - Porcentagem total dos pronomes nos *manifestos FC e VJ*

Fonte: Elaborada pela autora.

Com base nos dados apresentados, observamos que o emprego de pronomes nas primeiras pessoas é bem maior no *manifesto VJ* que em *FC*, o qual, se sobrepõe nas marcas de terceira pessoa. Observamos ainda que, no que se refere às primeiras pessoas, os locutores, em determinados momentos, marcam-se no singular *eu*. Esse dado possui maior recorrência no *manifesto FC*, em que, dos 24,32% casos existentes, relacionados à noção de *ser mulher*, 19,46% foram empregados na primeira pessoa do singular. Fato que não possui expressiva significância no *manifesto VJ*, pois, das 54,74% ocorrências totais, 28,42%, ou seja, pouco mais da metade referem-se ao singular.

Tais dados serão relevantes para que possamos esboçar um perfil de *ethos* dos dois locutores dos *manifestos de divulgação, corpus* de nossa pesquisa. A seguir, apresentaremos a subseção 5.1.2 com as informações quantificadas no que se refere aos verbos em ambos os manifestos. Adotaremos o mesmo procedimento realizado com os pronomes, ou seja, iniciaremos retomando algumas noções relativas à classe dos verbos e, em seguida, apresentaremos os dados quantitativos com os respectivos gráficos que demonstram o emprego dessa classe nos dois *manifestos de divulgação*

### 5.1.2 Os verbos

Como mencionamos, antes de passarmos à apresentação dos dados quantificados, contextualizaremos algumas noções referentes a essa classe gramatical. Conforme Bagno (2012, p. 509), é mais conveniente definir o verbo com base em suas características sintáticas, semânticas e pragmáticas. Neste estudo, consideraremos a definição semântica e a discursiva. Semanticamente, o “verbo expressa os estados de coisas, ou seja, as ações, os estados e os eventos de que precisamos dar conta quando falamos ou escrevemos”. Já, discursivamente, verbo é uma palavra:

- (i) que introduz participantes no texto, via processo de apresentação, por exemplo;
- (ii) que os qualifica devidamente, via processo de predicação;
- (iii) que concorre para constituição dos gêneros discursivos, via alternância de tempos e modos (CASTILHO, 2010, p. 396 apud BAGNO, 2012, p. 509).

O verbo possui três pessoas relacionadas com a pessoa gramatical que lhe serve de sujeito, podendo estar no singular ou no plural, o que nos permite identificar os participantes referidos na sentença e os papéis que desempenham nela. Para Benveniste ([1974] 1989), os

verbos têm relação direta com a dos pronomes. Segundo o autor, a universalidade linguística da categoria de *pessoa* aplica-se igualmente ao verbo, pois, para ele, “não parece que se conheça uma língua dotada de um verbo na qual as distinções de pessoa não se marquem de uma ou de outra maneira nas formas verbais” (p. 250). Nesse sentido, não devemos tomar o verbo isoladamente, mas sua expressão na instância do discurso que o contém. Ainda em consonância com o autor, é importante ressaltarmos que as categorias verbais relativas à primeira e à segunda pessoa são indicadores de subjetividade. Já, no que tange à não pessoa, os indicadores são de objetividade, os quais serão mobilizados na nossa categoria analítica. Uma vez abordadas as noções referentes ao verbo, apresentaremos os dados equivalentes ao emprego dessa classe gramatical nos dois *manifestos de divulgação*.

Assim como na classe dos pronomes, observamos que, no *manifesto FC*, são mais recorrentes os verbos de terceira pessoa do singular e do plural. Das 461 ocorrências totais, 286 foram empregadas nas terceiras pessoas, o que representa um percentual de 62,03%. Já os de primeira, totalizam 175, equivalendo a 37,96% do total geral. Torna-se relevante destacarmos que desses, 123, ou seja, 26,68% foram empregados no singular e o restante, 52, que equivalem a 11,28%, no plural, mantendo nossa hipótese de que ao marcar-se linguisticamente na primeira pessoa do singular, o locutor aborda a noção de *ser mulher* pela ótica da sua própria vivência.

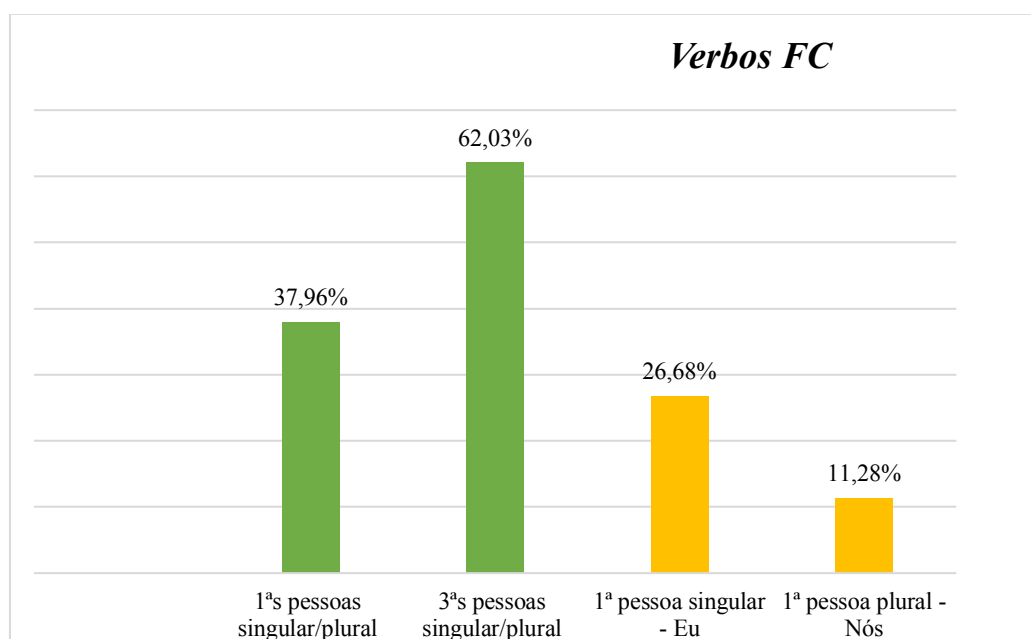
No *manifesto VJ*, a quantidade de verbos encontrados é bem inferior, ou seja, 199 ocorrências totais. E, contrapondo ao identificado em *FC*, 119, que totalizam 59,80%, foram empregados nas primeiras pessoas, contra 80, que representam 40,20%, nas terceiras pessoas. Entre as primeiras pessoas, 56, representando 28,14% foram conjugados no singular e os demais, ou seja, 63, que equivalem a 31,66%, no plural. Desses últimos dados e, assim como relatamos no caso dos pronomes, não percebemos expressiva diferença numérica quando o locutor se marca no singular *eu* ou no plural *nós*.

Para melhor visualização, tais resultados podem ser observados nos Quadros 7 e 8 e nos Gráficos 4 e 5, a continuação. Conforme exposto anteriormente, nos pronomes, exibiremos o Quadro 9 e o Gráfico 6, com os dados gerais do emprego dos verbos, nos dois *manifestos*. Por fim, apresentaremos os dados gerais dos *manifestos FC e VJ*, no Quadro 10 e no Gráfico 7, com as quantidades totais de cada uma das ocorrências.

Quadro 7 – Emprego dos verbos no *manifesto FC*

Verbos	
PESSOA/NÚMERO	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
1 <sup>as</sup> pessoas do singular e do plural	175
3 <sup>as</sup> pessoa do singular e do plural	286
<b>Total geral de verbos</b>	<b>461</b>
1 <sup>a</sup> pessoa do singular	123
1 <sup>a</sup> pessoa do plural	52
<b>Total de verbos nas primeiras pessoas</b>	<b>175</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

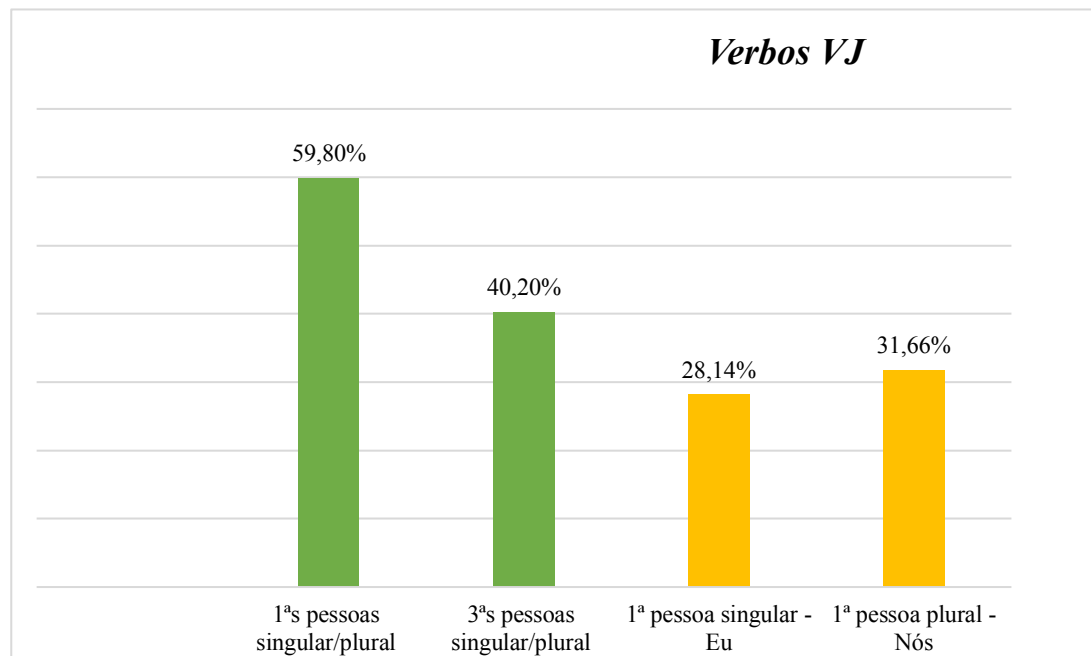
Gráfico 4 – Porcentagem do emprego dos verbos no *manifesto FC*

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 8 – Emprego dos verbos no *manifesto VJ*

<b>Verbos</b>	
<b>PESSOA/NÚMERO</b>	<b>NÚMERO DE OCORRÊNCIAS</b>
1 <sup>as</sup> pessoas do singular e do plural	119
3 <sup>as</sup> pessoa do singular e do plural	80
<b>Total geral de verbos</b>	<b>199</b>
1 <sup>a</sup> pessoa do singular	56
1 <sup>a</sup> pessoa do plural	63
<b>Total de verbos nas primeiras pessoas</b>	<b>119</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

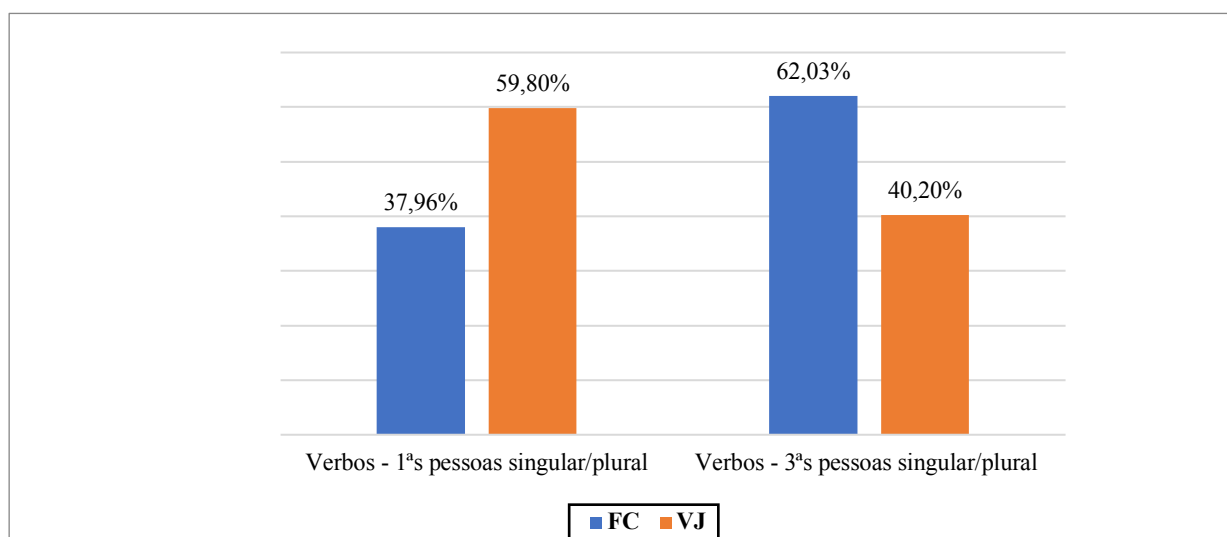
Gráfico 5 – Porcentagem do emprego dos verbos no *manifesto VJ*

Fonte: Elaborada pela autora.

Quadro 9 – Emprego total dos verbos nos *manifestos FC e VJ*

<i>MANIFESTOS</i>	<i>VERBOS</i>	
	<b>1<sup>a</sup>s pessoas singular/plural</b>	<b>3<sup>a</sup>s pessoas singular/plural</b>
<i>Manifesto FC</i>	175	286
	<b>1<sup>a</sup> Singular – 123</b> <b>1<sup>a</sup> Plural – 52</b>	
<i>Manifesto VJ</i>	119	80
	<b>1<sup>a</sup> Singular – 56</b> <b>1<sup>a</sup> Plural – 63</b>	

Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 6 - Porcentagem total dos verbos nos *manifestos FC e VJ*

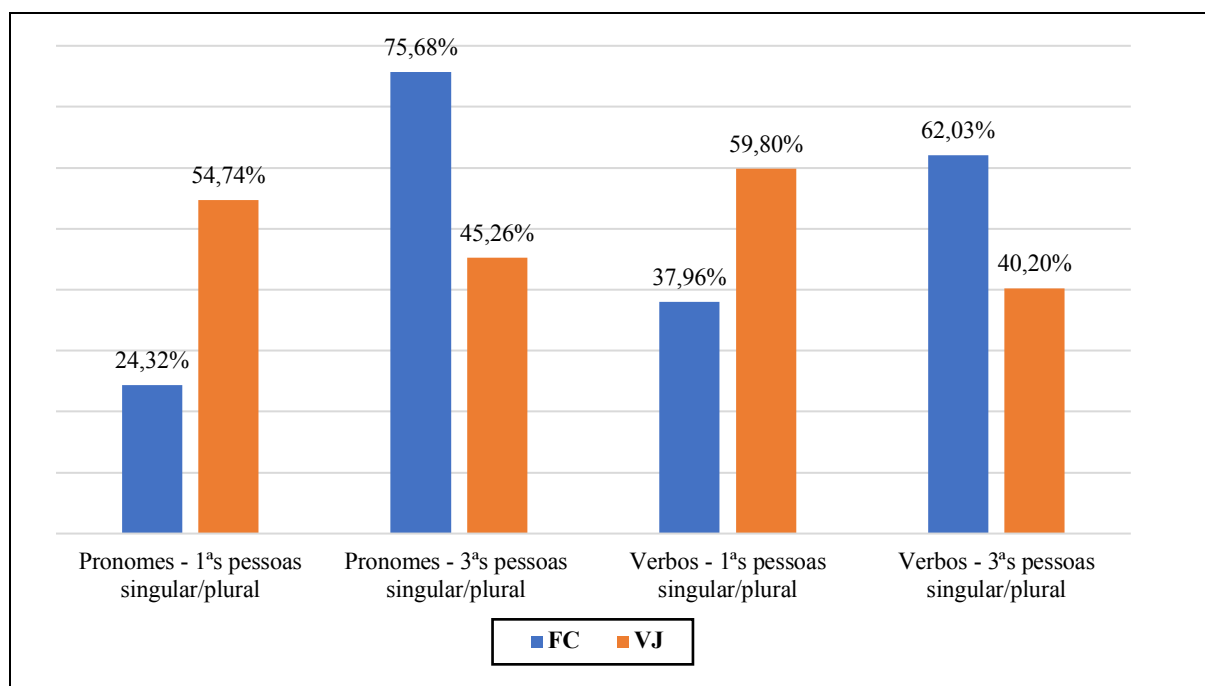
Fonte: Elaborado pela autora.



Quadro 10 – Emprego total de pronomes e verbos nos *manifestos FC e VJ*

<i>MANIFESTOS</i>	<b>PRONOMES</b>		<b>VERBOS</b>	
	<b>1<sup>as</sup> pessoas</b> singular/plural	<b>3<sup>as</sup> pessoas</b> singular/plural	<b>1<sup>as</sup> pessoas</b> singular/plural	<b>3<sup>as</sup> pessoas</b> singular/ plural
<i>Manifesto FC</i>	45	140	175	286
	<b>Eu</b> – 36		<b>1<sup>a</sup> Singular</b> – 123	
	<b>Nós</b> – 9		<b>1<sup>a</sup> Plural</b> – 52	
<i>Manifesto VJ</i>	52	43	119	80
	<b>Eu</b> – 27		<b>1<sup>a</sup> Singular</b> – 56	
	<b>Nós</b> – 25		<b>1<sup>a</sup> Plural</b> – 63	

Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 7 – Porcentagem total de pronomes e verbos nos *manifestos FC e VJ*

Fonte: Elaborado pela autora.

Os gráficos que representam o total de verbos e pronomes, nos dois *manifestos* que compõem o *corpus* dessa pesquisa, pretendem exemplificar como os locutores dos manifestos de divulgação, ao abordar a noção de *ser mulher*, marcam-se na materialidade linguística. O emprego desses mecanismos linguísticos indicam o processo de apropriação da língua pelo locutor e contribuem para que possamos traçar o *ethos* que emerge de um discurso feminista. Importante salientarmos que uma análise enunciativa detalhada desses mecanismos, com relação à sua função e os seus efeitos de sentido, nos leva a comprovar que tais unidades se configuram como marcas do sujeito na língua.

No que concerne aos resultados obtidos e apresentados, nesta seção, percebemos que há no *manifesto FC* um predomínio de marcas na terceira pessoa, fazendo emergir a imagem de um ser que se afasta da luta feminista. Esse dado sugere como ocorre esse processo de apropriação de língua, nas situações em que são abordadas as questões de *ser mulher*, por meio da não pessoa (mulher) para *ela/elas*, num movimento constante de *ela – a mulher – é; elas – as mulheres – são*. Esse processo revela efeitos de objetividade na medida em que a não pessoa, ao ser empregada em uma situação de uso por um locutor, tem o efeito de subjetividade implícito. Nesse sentido, apresenta um modo de significação objetivo, pois, de acordo com Benveniste ([1966] 1995), a terceira pessoa é destinada àquela que está ausente na instância do discurso, então, podemos considerar que o locutor, ao marcar-se linguisticamente nas terceiras pessoas, produz um efeito de exclusão, ou seja, a imagem de um ser que não se inclui como *mulher* no momento em que articula a noção de *ser mulher*. Quiçá, poderíamos supor que, como o locutor, em vários momentos, emprega mecanismos que demonstra o desejo de *ser homem* e não *mulher*, revela um efeito de sentido de que a mulher não precisa enunciar, necessariamente, como feminina, mas como *todas, todes e todos*.

Contudo, ficou evidente que em alguns momentos o locutor marca-se também por meio da primeira pessoa do singular *eu* – indicando um ser que, linguisticamente, tende a se autorreferenciar – e, por meio da primeira pessoa do plural *nós*, inserindo-se na causa feminista. Compreendemos, então, que existe uma posição ambígua desse locutor, pois, ao se marcar na primeira pessoa do singular, indica um posicionamento subjetivo, singular à sua vivência como *mulher*. Em seguida, com a marca de primeira pessoa do plural, essa postura tende a se distanciar do individual e se aproximar do coletivo. Porém, como há uma superioridade nas marcas de terceiras pessoas, remete-nos a imagem de um ser que analisa as questões feministas com certo afastamento, quiçá, em virtude da sua posição enquanto ser de natureza

psicobiológica<sup>84</sup> – um efeito estilístico do fiador –, autora, filósofa, analista que, para falar *das mulheres* revela um tom objetivo ao seu texto. Poderíamos supor, ainda, que essa marca de terceira pessoa se dá de maneira intencional pela autora que, como representante social, mantém uma postura discursiva-enunciativa que tende a mantê-la afastada da causa que advoga.

No tocante ao *manifesto VJ*, diferente do que identificamos no *FC*, a maior ocorrência dos pronomes e verbos foi nas primeiras pessoas do singular e do plural. Esse resultado sugere que o locutor, na maior parte dos casos, apresenta um modo de significação subjetivo, fazendo emergir a imagem de um ser que se inclui como *mulher* na instância em que articula a noção de *ser mulher*, ou seja, a imagem de um ser que atua como um *porta-voz* ou um representante do coletivo das mulheres.

Esses dados serão melhor discutidos, a seguir, com a apresentação das sequências enunciativas extraídas dos *manifestos*. Nelas, será possível observarmos, sob um viés enunciativo, o emprego dos pronomes e dos verbos nas primeiras e terceiras pessoas do singular e do plural, entre outros mecanismos que colaboraram para a constituição de uma imagem de si. Vale sublinharmos que essas informações se justificam, neste trabalho, na medida em que buscamos compreender o *ethos* que emerge de um discurso feminista, a partir do paradigma indiciário dessas classes gramaticais. Dessa forma, acreditamos que os dados quantitativos apresentados são relevantes para o esboço desse *ethos*, tendo em vista que os locutores dos *manifestos de divulgação* abordam o conceito de *mulher*, como mencionamos, por vivências próprias ou próximas, marcando-se linguisticamente, entre outros mecanismos, por meio dos pronomes e verbos, nas primeiras e terceiras pessoas do singular e do plural.

## 5.2 AS SEQUÊNCIAS ENUNCIATIVAS EXTRAÍDAS DOS *MANIFESTOS DE DIVULGAÇÃO*

Nesta seção, propomo-nos a mostrar como os pronomes e os verbos estão empregados nos dois *manifestos de divulgação* que compõem o *corpus* da nossa pesquisa. Dividiremos esta segunda etapa, de teor qualitativo, em duas subseções, a saber: primeiramente, na subseção 5.3.1, exibiremos as sequências enunciativas extraídas do *manifesto FC*, com os respectivos comentários analíticos e; em seguida, na subseção 5.3.2, apresentaremos as sequências

---

<sup>84</sup> Embora não seja o foco do nosso trabalho, convém destacarmos que essa postura pode ser produto de um esmerado trabalho estilístico, durante anos, do fiador, o qual, como vimos, é uma imagem construída pelo interlocutor com base em indícios discursivos do locutor.

enunciativas do *manifesto VJ*, também, com a análise dos mecanismos linguísticos mais relevantes para a constituição de um perfil de *ethos* de um discurso feminista de divulgação.

Como mencionamos, as sequências enunciativas serão extraídas, primeiramente, do *manifesto FC*, seguidas do *manifesto VJ*. Acreditamos que, dessa forma, facilitaremos a compreensão da postura do locutor na materialidade linguística. Cabe pontuarmos que, como nosso *corpus* de pesquisa é composto por dois manifestos de divulgação e, ainda que os tenhamos analisados na sua totalidade, optamos por selecionar e apresentar, nas seções seguintes, apenas as sequências mais relevantes com suas respectivas análises enunciativas.

Antes de apresentarmos os dados quantitativos com os respectivos gráficos, retomaremos algumas noções relativas aos pronomes pessoais e, em seguida, aos verbos.

### 5.2.1 Sequências Enunciativas do *manifesto FC*

Observemos, a seguir, alguns empregos dos pronomes e verbos em sequências enunciativas extraídas do *corpus*, *manifesto FC*. Conforme ressaltamos no capítulo 4, realizamos a análise de todas as sequências cujo emprego de pronomes e verbos nas primeiras e terceiras pessoas auxiliam a articulação da noção de *ser mulher*. Porém, a título de amostra, selecionamos seis sequências mais representativas de cada *manifesto*, as quais serão exibidas em forma de figuras com os respectivos mecanismos linguísticos destacados por meio de formas geométricas. Para melhor compreensão de como os mecanismos foram destacados, conferir o quadro 3, apresentado na seção 4.3.

Figura 3 - Sequência Enunciativa A

**É com esse espírito que devemos nos perguntar aonde, afinal, nos levará o feminismo. Pensando nesse lugar, ao qual pretendemos chegar, talvez possamos encontrar uma resposta ou pelo menos uma orientação para pensar melhor nas questões teóricas do feminismo, nesses temas que todos os dias nos convocam quando percebemos que somos – mulheres e não mulheres, pessoas inscritas no âmbito LGBTT e também homens – sujeitos e assujeitados a um mundo patriarcal que o feminismo vem questionar.**

Nesta primeira sequência, cuja tese refere-se à importância do pensamento que visa à transformação do mundo, o locutor se marca por meio de vários verbos na primeira pessoa do plural, identificados na imagem por meio dos retângulos pretos, a saber: *devemos*, no primeiro enunciado, cujo sentido é de *somos obrigados a*; no segundo enunciado há quatro verbos, o *pretendemos*, que produz um efeito de sentido de *temos a intenção de*; o *possamos*, no presente do subjuntivo, seguido do advérbio *talvez*, indicando *a possibilidade de realizar algo*; o *percebemos*, no sentido de *compreendemos* e o *somos*, cujo efeito é de *possuímos uma identidade*. Essa marca de plural permanece durante toda a sequência enunciativa por meio de pronomes pessoais do caso oblíquo *nos*, que são reflexivos e estão grifados em azul.

Os dois primeiros pronomes oblíquos ligam-se ao sujeito/referente implícito *nós* por meio do verbo *devemos*, indicando a necessidade de um autoquestionamento que deve ser feito, com espírito de transformação, para saber até que ponto o *feminismo* é capaz de levar. O segundo emprego do pronome oblíquo liga-se aos temas diários que convidam a todos para uma reflexão sobre as questões teóricas do *feminismo*. Cabe pontuar que o emprego do advérbio *talvez* indica uma possibilidade de que sabendo até onde o *feminismo* pode nos levar, ajudará a todos a refletir sobre as questões teóricas do *feminismo*.

De acordo com Flores e colaboradores (2013, p. 56) o “uso de *nós* tem indicação de subjetividade, pois marca uma relação com *eu*” já que *nós* é formado pela junção entre *eu* e *não-eu*. Nesse sentido, por mais que o locutor não se marque linguisticamente por meio da categoria de pessoa *eu*, esse *eu* está presente em *nós*, indicando que o *eu* está junto com as pessoas que compartilham das ideias feministas mobilizadas. Mais do que isso, esse *nós* parece ser ampliado, formado por *eu+mulheres* e por *eu+tu*, sendo esse *tu* o(a)s leitores(as) do *manifesto de divulgação*. Desse modo, com essa passagem de locutor a sujeito, emergem os fundamentos da subjetividade e da intersubjetividade, isto é, a inversibilidade entre o par *eu/tu*. Vale salientarmos o fundamento da intersubjetividade, pois ao opor, explicar ou adicionar argumentos evidencia-se a preocupação com o *tu* (leitores). Essa preocupação também está relacionada com o objetivo do *gênero* de persuadir quem o lê, já que se quer demonstrar, a partir da credibilidade impressa pelo *nós*, que se tem conhecimento sobre o assunto, trazendo a voz do outro ao contrapor enunciados de discursos feministas.

Importante destacarmos que, marcando-se na primeira pessoa do plural pelo emprego do verbo *ser* seguido dos substantivos *mulheres e não mulheres*, a imagem do locutor é de quem participa da luta e se coloca como *mulher* no discurso. E não só como *mulher*, a imagem é de um locutor que se marca na materialidade linguística como uma espécie de *porta-voz* de um determinado grupo que sofre algum tipo de injustiça imposta pelo mundo patriarcal. Dessa

forma, simula-se um efeito de unidade, de quem se inclui nas questões do *feminismo* porque compartilha das mesmas injustiças sofridas pela classe considerada *minoritária*. Com isso, é criada a imagem de um ser que possui ideias comuns à sociedade, evitando, assim, um tom impositivo por parte do locutor.

A seguir, apresentamos outra sequência do *manifesto FC*, cuja postura do locutor diverge da analisada na sequência A.

Figura 5 – Sequência Enunciativa B

**Falo** disso sem mencionar a escravidão emocional e psicológica vivida pelas mulheres, o que, a meu ver, resulta também dessa escravidão naturalizada em relação ao trabalho.

**Estamos** diante de uma divisão do trabalho baseada na ideia de uma diferença sexual – e o trabalho sexual propriamente dito, aquele que chamávamos antigamente de prostituição, faz parte dessa escravidão. O próprio sexo entra nesse sistema de trabalho, como obrigação para muitas mulheres. As que lutam para transformá-lo em um trabalho legal nada mais fazem do que libertar a atividade sexual servil de seu contexto escravizado.

Fonte: *Manifesto FC*, página 15.

Nesta sequência, o locutor se marca de três diferentes formas: na primeira pessoa do singular e na primeira e terceira pessoa do plural, por meio de pronomes e verbos. No primeiro enunciado, podemos pontuar que, ao marcar-se na primeira pessoa do singular por meio do verbo *falo*, a imagem do locutor surge como se fosse um ser que pretende enfatizar o seu ponto de vista que, nesse caso, diz respeito à condição vivida pelas mulheres. Esse ponto de vista particular torna-se mais enfático por meio da marcação do pronome possessivo masculino *meu*, que, de acordo com os autores Cunha e Cintra (2008), indicam algo determinado pelas pessoas gramaticais.

Torna-se relevante destacarmos que, no que concerne aos pronomes possessivos, ainda que não tenham sido contabilizados, foram analisados quando presentes nas sequências enunciativas. Eles indicam algo determinado pelas pessoas gramaticais, seu principal valor é o de posse, isto é, o que cabe ou pertence aos pronomes pessoais (CUNHA; CINTRA, 2008). Os autores também lembram que outros valores podem ser assumidos pelos possessivos, como

designação de um hábito, acentuação de sentimentos variados, entre outros. Para Moura Neves (2011), a relação possessiva tem natureza pessoal, pois quando se usa um possessivo como determinante do nome, há uma relação bipessoal, na medida em que existe sempre uma terceira pessoa posta em relação com outra pessoa. A autora igualmente reitera que os possessivos expressam diferentes relações semânticas, além de posse, como, por exemplo, pertença, relação espacial, entre outras.

No caso da sequência analisada, o pronome possessivo está diretamente relacionado à primeira pessoa do singular. Nesse sentido, a imagem do locutor surge como se enfatizasse seu ponto de vista assumido e defendido, ganhando, possivelmente, a atenção do leitor para a tese que defende (a escravidão vivida pelas mulheres). Destacamos, ainda, que o locutor ao marcar-se por meio da preposição *pela*, grifada em laranja, que é a contração da preposição *per* com o artigo feminino *la*, para referir-se às mulheres, cria um efeito de sentido de afastamento, ou seja, ao abordar a noção de *ser mulher* por meio de tais mecanismos, no instante do discurso, a imagem que surge é de um locutor que não se vê como um ser participante do gênero feminino.

Entretanto, no início do segundo parágrafo da sequência enunciativa B, o locutor se marca na primeira pessoa do plural por meio do verbo *estamos*, cujo sentido é de *encontramos em tal situação*. Essa marca de plural permanece por meio do verbo *chamávamos*, criando um efeito de inclusão, cuja imagem é de um ser que pertence ao grupo de pessoas que tem o mesmo pensamento sobre a escravidão sexual vivida pelas mulheres. Mas, quando se trata exclusivamente *das mulheres*, o locutor marca-se por meio dos verbos *lutam* e *fazem*, conjugados na terceira pessoa do plural, fazendo emergir, novamente, a imagem de um ser que se coloca fora do grupo pertencente ao sexo feminino. Tal marca confere um efeito de maior objetividade, bem como de um afastamento de uma postura que é criticada. Essa marca mantém-se pelo uso do pronome pessoal oblíquo átono *as* que faz referência ao pronome do caso reto na terceira pessoa do plural *elas*, ou seja, *as mulheres*, corroborando o fato de que o locutor, ao abordar a noção de *ser mulher*, marca-se enunciativamente de maneira distante.

Poderíamos supor que os motivos prováveis dessa dinâmica é o elo entre enunciativo-discursivo-histórico-ideológico. Dessa forma, compreendemos que o locutor deixa emergir a imagem de um ser que realiza um jogo inclusão-exclusão para garantir um duplo lugar de fala, ou seja, de alguém que possui credibilidade porque sente e fala como *mulher*, criando efeitos de subjetividade e, também, tem credibilidade porque sente (vê) e fala como analista, cujo efeito é de objetividade.

Essa postura discursiva do locutor do *manifesto FC*, de marcar-se por meio de pronomes e verbos na terceira pessoa do plural, e que nos leva a considerar a imagem de um ser que *se*

*afasta* quando aborda a noção de *ser mulher*, poderá ser melhor compreendida na sequência C, que apresentaremos a seguir.

Figura 7 – Sequência Enunciativa C

Nada **me** parecia natural. **Fui** percebendo essas questões desde bem cedo, mas **demorei** a **me** solidarizar com elas. É que antes **eu** **tinha** que fugir. Durante muito tempo **tive** vergonha da condição feminina e **preferi** agir como se fosse um homem, ou, pelo menos, sem tornar a diferença de gênero um parâmetro para **mim**.

Fonte: *Manifesto FC*, página 21.

Nesta sequência, o locutor se apropria da língua por meio do pronome pessoal do caso reto na primeira pessoa do singular, grifado em rosa; pronomes pessoais oblíquos, identificados em azuis e; verbos na primeira pessoa do singular, grifados em preto. Dessa maneira, a imagem do locutor surge como um ser que se apresenta como sujeito remetendo a si mesmo como *eu* no seu discurso, fazendo emergir a subjetividade. De acordo com Benveniste ([1966] 1995 p. 286) e, como já apontamos anteriormente, “a subjetividade é a capacidade do locutor para se propor como sujeito”. Mas, de acordo com o teórico, ao propor-se como sujeito não se pode presumir que o sujeito esteja na origem do que é dito, tendo em vista que o que é dito remete-se à figura do locutor. Nesse sentido, ao empregar *eu* que, enunciativamente não deve ser apenas interpretado como um pronome, mas como uma marca linguística, o locutor dirige-se discursivamente a sua alocução, um *tu*, num diálogo que, segundo os fundamentos benvenistianos, constitui a *categoria de pessoa*. Essa condição de diálogo implica a reciprocidade, pois *eu* e *tu* são mutuamente constitutivos, *tu* é implícito ao dizer *eu*, instaurando a outra noção presente no quadro da enunciação, a intersubjetividade.

No que tange aos verbos, assim como os pronomes, vimos que eles possuem um modo de significação subjetivo ou objetivo, dependendo da instância de discurso da qual fazem parte. No caso dessa sequência, como já mencionamos, os verbos pertencem a uma instância



discursiva que contém *eu*, representado textualmente pelos verbos conjugados na primeira pessoa do singular *parecia, fui, demorei, tinha, tive e preferi* (grifados nos retângulos pretos), o que confere um efeito de sentido de maior subjetividade. Sobre a temporalidade dos verbos, de acordo com os preceitos benvenistianos, uma questão é situar um acontecimento no tempo crônico, outra, bem diferente, é inseri-lo no tempo da língua. Nesse sentido, difere o tempo físico do mundo – que para ele, é infinito, linear, segmentável à vontade, tendo por correlato no homem uma duração infinitamente variável, que cada indivíduo mede pelo grau de suas emoções e pelo ritmo de sua vida interior – do tempo crônico, uma categoria que surge a partir do tempo físico e de seu correlato psíquico. Para o autor, o tempo crônico é o tempo dos acontecimentos, que engloba também nossa própria vida, enquanto sequência de acontecimentos.

Dessa maneira, considerando a concepção benvenistiana de que há um tempo específico para a língua, o tempo linguístico é irreduzível tanto ao tempo crônico quanto ao tempo físico. E, o que o distingue das outras noções do tempo é que:

O tempo linguístico é tido como singular por ser organicamente ligado ao exercício da fala, que ele se define e se ordena como função do discurso. Esse tempo tem seu centro – um centro, ao mesmo tempo, gerador e axial – no *presente* da instância da fala (BENVENISTE [1974] 1989, p. 73, grifos do autor).

Essa noção é que justifica o fato de o discurso instaurar um *agora*, que diz respeito ao momento da enunciação e, como contraposição a esse *agora*, é criado um *então*. Esse *agora* é, pois, conforme o autor, o fundamento das oposições da língua. Assim, “o agora é reinventado a cada vez que o enunciador enuncia, é a cada ato de fala um tempo novo, ainda não vivido” (BENVENISTE, [1974] 1989, p. 74). Na sequência C, o emprego dos verbos no passado faz emergir o posicionamento do locutor marcando, simultaneamente, um aspecto limitado, acabado, pontual e dinâmico, quando os verbos estão no pretérito perfeito e um aspecto não limitado, inacabado, durativo e estático, quando estão no pretérito imperfeito do indicativo (FIORIN, 2016).

Dado o exposto, compreendemos que os verbos *fui, demorei, tive e preferi* indicam concomitância em relação a um dado momento, referente a uma ação passada, acabada, criando um efeito de sentido de um locutor que se marca na anterioridade a um momento de referência presente. Ainda de acordo com Fiorin (2016), no que concerne ao tempo composto *fui percebendo*, indica um valor aspectual durativo e inacabado, que localiza o início do

acontecimento num momento anterior ao momento de referência presente. Porém, ao mesmo tempo, designa sua continuidade no momento do presente, mesmo estando no pretérito.

Faz-se relevante salientarmos que, nessa sequência, temos a presença de um enunciado que possui um *eu* explícito, evidenciando sua principal marca de subjetividade, demonstrando o exato momento da passagem de locutor a sujeito. No que diz respeito ao fragmento inicial da sequência *Nada me parecia natural* nos sugere uma possível confissão velada sobre o sentimento que lhe obriga a excluir-se do grupo das mulheres.

Outros indicadores de temporalidade e subjetividade que podemos apontar, relacionados à noção de *ser mulher*, é que o locutor ao marcar-se pelo emprego da preposição *durante*, seguido do advérbio intensificador *muito* para expressar a longa duração de um período *tempo* (durante muito tempo), relacionado à *tive vergonha da condição feminina*, deixa emergir um posicionamento negativo da sua identidade frente ao gênero feminino. Esse posicionamento é comprovado pelo uso do substantivo feminino *vergonha* que cria um efeito de dor, de inferioridade por ser reconhecido pelo signo *mulher*, preferindo, então, o substantivo masculino, culturalmente hierarquizado, *homem*. Essa postura sugere o motivo pelo qual o locutor se marca, na maioria das vezes, na terceira pessoa, já que por muito tempo preferiu utilizar o substantivo *homem*, excluindo-se ou não assumindo a identidade feminina.

A seguir, analisaremos uma sequência em que o locutor aborda a questão feminista de forma distinta do que acabamos de analisar, ou seja, marcando-se na terceira pessoa, o que revela um tom de objetividade ao seu discurso.

Figura 8 – Sequência Enunciativa D

**Esse** é um assunto controverso mesmo para as feministas, pois **elas** **pensam** de modos muitos diversos sobre questões comuns.

Fonte: *Manifesto FC*, página 15.

Nesta sequência, o locutor se apropria da língua por meio do pronome demonstrativo *esse*, grifado em vermelho, para se referir a algo já mencionado anteriormente. No parágrafo que antecede essa sequência que selecionamos para análise, o locutor defendeu a tese de uma divisão trabalhista baseada em uma ideia de diferença sexual. Dessa forma, para referir-se ao

assunto que defendia, inicia o parágrafo seguinte marcando-se por meio do pronome *esse*, criando um efeito de sentido anafórico.

As expressões *esse*, *este*, *isto*, etc. evidenciam a necessidade que as pessoas da enunciação têm, ao interagirem, de saber do que se trata ou a que referência o enunciador do discurso estabelece. Nesse viés, os interlocutores precisam ter acesso às informações anteriores a essas expressões para poderem dar sentido a esses termos.

Como vimos, a classe dos pronomes demonstrativos é um dos elementos do quadro formal da enunciação sinalizados por Benveniste ([1974] 1989) em *O Aparelho Formal da Enunciação*. Conforme o autor, a enunciação é um processo em que o locutor se apropria da língua e se enuncia por meio de índices específicos e procedimentos acessórios. No caso do pronome *esse*, Benveniste ([1974] 1989, p. 85) o considera como um elemento específico de ostensão, o qual “implica um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo que é pronunciada a instância do termo”.

Na sequência D, o sintagma *esse* localiza os seres em relação ao destinatário, assim, está *longe* de quem fala e *perto* de quem lê, demonstrando esse afastamento do locutor. E, como se refere ao assunto abordado no enunciado anterior, em que o locutor discutia o fato das mulheres serem submetidas a uma escravidão naturalizada, a expressão *esse* necessita de informações anteriores referentes a ela no discurso para que o interlocutor construa sentido. Nesse viés, poderíamos supor que o referente *escravidão naturalizada* está relacionado mais ao universo do leitor do que ao executor, fortalecendo, assim, o efeito de afastamento do locutor.

No que tange aos índices de ostensão, cabe pontuar, também, que eles somente ganham sentido no momento em que são produzidos e dependem totalmente da situação e da pessoa que os proferiu. Sozinhos, deslocados do discurso, eles não têm sentido. Portanto, o exemplo de índice ostensivo evidenciado, na sequência analisada, somente tem o sentido que tem por meio dos outros referentes empregados no texto e naquela situação discursiva. *Esse*, é o assunto – a divisão do trabalho baseada na ideia de uma diferença sexual – que é um tema que, segundo o locutor, possui controvérsia entre as feministas.

A outra marca linguística que destacamos na sequência D é o pronome pessoal do caso reto na terceira pessoa do plural, *elas*, grifado em rosa. Em consonância com os preceitos benvenistianos, vimos que a terceira pessoa, ou seja, a não pessoa, simula o pronome não marcado na correlação de pessoa. A não pessoa, pelo fato de pertencer ao nível sintático da língua, está apenas imbricada na enunciação, já que não se refere a ela mesma no discurso. Com isso, ela faz parte de um processo no qual o que realmente importa é o próprio discurso.

Segundo a explanação teórica acerca da não pessoa realizada no capítulo 3, desta dissertação, podemos compreender que na língua existem instâncias de discurso que se remetem a si mesmas (instâncias subjetivas, no âmbito da categoria de pessoa), e instâncias que não remetem a si mesmas (instâncias objetivas, no âmbito da categoria da não pessoa). Nesse sentido, percebemos que o locutor, ao marcar-se por meio do pronome *elas*, para referir-se às feministas, revela um tom de objetividade ao seu texto, criando um ser que age como uma autoridade analítica que, naquele instante do discurso, sugere não pertencer à classe das mulheres que lutam pela igualdade de direitos entre os gêneros. Esse tom objetivo se mantém com a marca verbal de terceira pessoa do plural, *pensam*, grifado em preto. Compreendemos, portanto, que a categoria de não pessoa é responsável por uma esfera mais objetiva da língua, já que o locutor se coloca como um observador das diferentes posturas feministas frente às questões de ordem comum, mantendo-se afastado delas.

Nesse patamar, entendemos que a análise dos pronomes e dos verbos nas sequências enunciativas é de vital importância, já que se tratam de formas da língua que mostram a constituição no enunciado, o sentido e a forma de como o locutor se marca a partir de seu discurso. Dando prosseguimento à análise, apresentamos a sequência E, em que o locutor, de forma distinta do apresentado na D, marca-se subjetivamente como um ser integrante do universo feminista.

Figura 9 – Sequência Enunciativa E

Por isso, **eu** **me** **tornei** feminista. Só depois de perceber que a condição feminina não precisava ser a da subjugação é que **eu** **me** **reconciliei** com o signo “mulher”. Mesmo assim, hoje em dia, **eu** **falo** que **sou** mulher apenas em nome da luta feminista. Constantemente, **digo** que **sou** feminista e que isso vem antes de **eu** ser mulher. Em termos simples assumir “ser mulher” é, para **mim**, assumir um signo construído no patriarcado – que **eu**, com as feministas, **posso** também resignificar. Não **posso** resignificar **esse** termo sozinha, tampouco esquecer as outras tentativas de resignificação.

Nesta sequência, cuja tese refere-se a ser feminista, há marcas explícitas de subjetividade por meio do pronome pessoal do caso reto na primeira pessoa do singular, *eu*, grifados em rosa. De forma diferente dos casos anteriores em que o locutor se marcava, na grande maioria das vezes por meio da elipse, agora, temos explicitamente, e de forma bastante repetitiva, um *eu* que enuncia. Esse número expressivo de *eus* mostra um locutor que verdadeiramente se insere, se marca e parece realmente querer reforçar essa marca subjetiva.

Nesse viés, no início do enunciado, o locutor se apropria da língua e sua passagem a sujeito se dá por meio da marca de primeira pessoa do singular, no pronome pessoal *eu*, seguido do pronome oblíquo átono *me* e do verbo pronominal, transitivo direto predicativo e bitransitivo *tornei*, cujo sentido é de alteração, modificação, passagem a uma nova condição. Na sequência enunciativa E, esse verbo nos sugere, principalmente, o processo de apropriação desse locutor, revelando, discursivamente, o instante em que o locutor se vê como feminista, inserindo-se na causa que defende. De forma a reforçar essa tese, o locutor se marca por meio do verbo *reconciliei*, cujo sentido é de ficar em harmonia com alguma coisa. Observamos, também, que o locutor sugere harmonizar-se com o signo *mulher*, porém, quando emprega o advérbio *apenas* para afirmar que somente se vê como mulher em nome da luta feminista, prova-nos o contrário.

Assim, a imagem do locutor surge como um ser que se apresenta como sujeito remetendo a si mesmo como *eu* no seu discurso, fazendo emergir, então, a subjetividade. Essas mesmas marcas de subjetividade seguem ao longo do texto, por meio dos pronomes pessoais e oblíquos – átonos e tônicos – na primeira pessoa do singular, reforçando a imagem de um ser que se autorreferencia, e se coloca como partícipe do grupo das feministas – fato contrário ao que percebemos na sequência D, analisada anteriormente.

É importante salientarmos que a subjetividade se faz presente porque existe um *eu* que se dirige a um *tu*, em alocação. Segundo Benveniste ([1966] 1995), a categoria de pessoa se instaura nesse diálogo, assim, reforça o fato de que o sujeito em Benveniste é uma questão puramente linguística, pois, ao apropriar-se da língua e colocá-la em funcionamento, o sujeito é criado no enunciado. Sobre essa relação dialógica, Flores (2013, p. 90) explica que entre o *eu* e o *tu* existe simultaneamente a pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa, exemplificando que

‘Eu’ designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o ‘eu’: dizendo eu, não posso deixar de falar de mim’. É a questão do tu também é equivalente, em que “tu é necessariamente designado por eu e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do ‘eu’; e, ao mesmo tempo, eu enuncia algo como um predicado de tu. [...] *eu* e *tu* têm traços em comum, o que permite tratá-los como integrantes de um mesmo conjunto: a categoria de pessoa (FLORES, 2013, p.90, grifos do autor).

Nessa conjuntura, podemos entender que *eu* só se torna *eu* pelo olhar de um outro que será sempre o tu. Assim, a categoria de pessoa *eu/tu* pertence ao nível semântico, ao nível da categoria de pessoa que o indivíduo assume no discurso quando toma a palavra. A esse respeito, Maingueneau (1996, p.11) esclarece que “eu e tu remetem a papéis, o de locutor e o de alocutário, que são indissociáveis e reversíveis: na ‘troca’ linguística, como o nome diz, todo eu é um tu em potencial, todo tu é um eu em potencial.” Porém, entre o *eu* e o *tu*, há uma dissimetria: para ser *eu*, tem que se tomar a palavra, já para ser *tu* é preciso que um *eu* constitua alguém como *tu*. Fiorin (2016) também esclarece que *eu* e *tu* sempre são únicos, e indicam a pessoa que fala e a pessoa para quem se fala, remetendo a sujeitos da enunciação. Na sequência analisada, o locutor se apropria da língua e enuncia, instaurando um *tu*, que são *todas, todes e todos* que padecem de injustiças sistematicamente armadas pelo patriarcado e que se identificam com esse processo de subjugação.

Como sabemos, a enunciação é um processo de apropriação da língua, pelo locutor, que se enuncia por meio de índices específicos e procedimentos acessórios. No que concerne aos índices específicos, temos a marca por meio do pronome demonstrativo *esse*, provocando um efeito de sentido de afastamento do locutor, ou seja, de que o termo a que o locutor se refere está perto do interlocutor. E, por meio dos procedimentos acessórios, a enunciação nos dá condições necessárias para funções sintáticas como a asserção, por exemplo. Dessa maneira, por meio dos verbos *ser* e *falar*, no presente do indicativo, o locutor revela assertivamente seu ponto de vista sobre *ser mulher*, deixando claro que só conseguiu identificar-se como tal depois de compreender que essa condição não necessita ser a da subordinação. Depreendemos, então, que os trechos escolhidos provam que as ambiguidades enunciativas são resultado das dúvidas e ressignificações do termo *mulher*.

A propósito, no que tange ao termo *mulher*, o locutor se marca duas vezes por meio das aspas, um sinal de pontuação que é representado graficamente pelo símbolo “ ”, utilizado principalmente para destacar alguma parte do texto. Segundo a pesquisadora francesa Authier-Revuz (2004), as aspas se constituem em marcas de uma manobra metalinguística de distanciamento, no seio do discurso. A palavra que é aspeada no fio do enunciado se estabelece para o receptor como objeto, o qual terá que dotá-la de responsabilidade, a fim de preencher o sentido que lhe é dado. Ou seja, ao utilizar-se das aspas, o locutor faz uso das palavras aspeadas a fim de desvelar a sua posição no seio do discurso, provando que o locutor ainda está ressignificando.

Além disso, a linguista explica outra função habitual das aspas – a de funcionar como um instrumento de distinção do outro. Essa função aparece, de acordo com a teoria da autora,

como um sinal que permite que um interlocutor possa *se distinguir* em relação ao outro, por intermédio dos marcadores mais comuns que são as palavras aspeadas. Afirma, ainda, que “por aspas é retirar das palavras sua evidência de adequação” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 231). Expõe que, se por brincadeira, fôssemos tentados a por aspas sobre todas as palavras que se lê, escuta, diz ou escreve, logo seríamos tomados por um desconforto, uma vez que, rapidamente, veríamos as palavras se abalarem e se esconderem. Então, segundo a autora, quando o locutor aspeia uma palavra ele está buscando uma melhor adequação do seu falar, até porque muitas vezes esse enunciador não encontra refúgio em palavras *suas*, sendo levado a empregar expressões exteriores, pertencentes a um outro discurso.

Com base nisso, compreendemos que o primeiro termo aspeado, na sequência enunciativa E, está acompanhado do sintagma *signo* – que pode ter vários significados e sentidos –, revelando-nos que o locutor está se referindo ao termo propriamente dito, ou seja, ao conceito de *mulher*, composto de significante e significado. Já o segundo, revela-nos a essência, ou seja, a existência de um indivíduo convencionalmente conhecido e tratado como *mulher* – aquela que é dona de casa, que não estuda, que está sempre pronta para servir ao marido e aos filhos. Sim, segundo o sistema patriarcal, ela precisa ter marido e filho(s). Percebemos, então, que os dois empregos das aspas, pelo locutor, referem-se ao que Authier-Revuz (2004) chama de instrumento de distinção. Por um lado, chama-nos à atenção o signo *mulher*, que se refere ao conceito mais dicionarizado e, por outro, a locução *ser mulher*, que traz a essência do *feminino*, cujo termo, de acordo com Tiburi (2018), foi tradicionalmente reservado para salvaguardar a negatividade que se deseja atribuir às mulheres. Por esse motivo é que entendemos que o locutor do *manifesto FC* ainda se diz feminista, antes de *ser mulher* ele se reconciliou com o signo, porém, não com os *sentidos* do termo, ou seja, o signo *mulher* é diferente dos significados e sentidos de *ser mulher*.

Além dos dados analisados, nessa sequência, faz-se relevante destacarmos que, nela, o locutor nos mostra o motivo pelo qual não consegue, enunciativamente, deixar seu jogo de inclusão-exclusão. Como vimos, o locutor alega estar em processo de reconciliação com o termo *mulher*, mas, como esse está diretamente ligado à submissão – algo que sempre o rejeita – não consegue, ou não vê motivos para enxergar-se totalmente inserido nesse universo. Por isso, percebemos o constante movimento entre subjetividade-objetividade por parte do locutor. A seguir, percebemos novamente a suposta objetividade desse locutor ao se marcar na terceira pessoa do plural e por outro emprego de palavra aspeada.

Figura 10 – Sequência Enunciativa F

**Se aquelas que chamamos de mulheres representam um “outro” que é marcado pelo sexo e pelo gênero são basicamente a mesma coisa, no sentido de serem marcadores de opressão usados para definir mulheres), de um modo que os homens nunca foram, fica claro que assumir o signo mulher sem consciência do que ele significa é um perigo para as mulheres.**

Fonte: *Manifesto FC*, página 21.

Nesta sequência, de forma similar a outras que já apresentamos aqui, o locutor marca-se por meio de pronomes e verbos na terceira pessoa, deixando emergir a objetividade. Porém, na sequência E, que acabamos de analisar, o locutor apresentou postura diferente, marcando-se exclusivamente na primeira pessoa do singular, fundamentando a presença linguística de subjetividade na linguagem.

Poderíamos supor que essa postura ambivalente do locutor tende a simular uma estratégia de persuasão – uma característica importante do gênero *manifesto de divulgação*. A partir da variação nos efeitos de subjetividade e objetividade empregados ao longo do texto e recuperáveis pelas marcas do sujeito no enunciado, somos levados a crer que a persuasão do locutor do *manifesto FC* ocorre mediante as marcas que revelam a subjetividade, na medida em que ele se coloca como pertencente ao grupo das mulheres como uma espécie de *porta-voz* dessa coletividade – quiçá, poderíamos supor que é um *porta-voz* que deseja ser um outro, o qual se aproxima da figura masculina. Entretanto, como sua postura é, também, de um ser que possui determinado papel social – filósofa, escritora, artista plástica, professora universitária e política – concomitantemente, tende a marcar-se linguisticamente de forma objetiva, criando efeitos de afastamento da causa que defende.

Como vimos, outra marca existente na sequência F é o emprego do pronome demonstrativo *aquelas*. Em consonância com a gramática normativa, esses pronomes exercem a função de situar alguém ou alguma coisa no tempo, no espaço e no discurso, em relação às próprias pessoas do discurso: quem fala, com quem se fala, de quem se fala. Podem ser invariáveis ou variáveis em gênero (masculino e feminino) e número (plural e singular),



possuindo, também, uma finalidade expressiva, que reforça algum termo anteriormente mencionado. Dessa forma, esses elementos linguísticos, assim como os pronomes pessoais, têm a propriedade de fazer referência ao contexto situacional ao próprio discurso e, dificilmente, são interpretados semanticamente por si sós.

Como pontuado anteriormente, Benveniste ([1974] 1989) classificou tais pronomes como índices de ostensão, os quais designam o objeto referente à sua instância de discurso. Nesse patamar, esses termos aparecem na situação de enunciação como “uma classe de ‘indivíduos linguísticos, de forma que enviam sempre e somente a ‘indivíduos’, quer se trate de pessoas, de momentos, de lugares, por oposição aos termos nominais, que enviam sempre e somente a conceitos” (Benveniste, [1974] 1989, p. 85). Assim, esses indivíduos linguísticos têm sentido somente no momento em que são produzidos na enunciação, que é um ato individual e único. Dessa forma, estão sempre relacionados ao universo de quem fala, ou seja, de quem enuncia.

Na sequência F, o locutor se marca por meio do pronome *aquelas*, na terceira pessoa do plural, para referir-se às *mulheres*. Para reforçar sua tese, marca-se, novamente, por meio das aspas, deixando emergir a ideia de que as mulheres não representam apenas elas mesmas, mas outro ser convencionalmente definido pelo sistema patriarcal, do qual não quer fazer parte. Cabe destacar, neste momento, que Authier-Revuz (1982) postula que nenhuma palavra é *neutra*, mas que ao ser enunciada vem, inevitavelmente, *carregada, ocupada, atravessada* pelos discursos nos quais *viveu sua existência socialmente sustentada*. O sintagma aspeado *outro* nos remete à ideia de que as mulheres possuem outro papel social já determinado – pelo patriarcado – e, esse sentido adotado pelo locutor certamente está sustentado em outros discursos já empregados em contextos distintos.

Importante sublinharmos, ainda, que nessa sequência enunciativa, o locutor não se marca por meio das aspas quando profere o signo *mulher*. Essa postura reforça um tipo de aspas indicado por Authier-Revuz (2004) e que observamos na sequência anterior – as aspas de ênfase – as quais são usadas como forma de ressaltar aquilo que verdadeiramente se quer dizer. Na sequência E, portanto, o locutor enfatiza o uso do termo *mulher*, marcando uma palavra que, naquele instante discursivo, realmente queria dizer ou enfatizar. Já, nesta sequência, a F, esse mesmo signo, por não estar aspeado, não revela o mesmo efeito, provando-nos que o emprego das aspas de ênfase são, portanto, de total responsabilidade do locutor que busca reforçar exatamente a palavra que pretende dizer ou, em outras palavras, um outro ao qual o locutor realmente não se identifica.

Nessa subseção, analisamos as sequências enunciativas que julgamos ser mais representativas para esboçarmos nossos comentários analíticos. Dessa forma, percebemos que o locutor do *manifesto FC*, em determinados momentos, marca-se pelo emprego dos pronomes e verbos nas primeiras e terceiras pessoas, revelando efeitos de um ser que assume dois lugares de fala: um, como *mulher* e outro, como analista, deixando emergir a imagem de uma possível tendência a um *ethos* de autoridade analítica, o qual discutiremos no capítulo 6, destinado à constituição do *ethos* discursivo.

A seguir, apresentaremos as sequências enunciativas extraídas do outro *manifesto* que compõe o *corpus* de pesquisa, o *manifesto VJ*. Seguiremos adotando os mesmos critérios analíticos, a fim de compararmos os resultados acerca das singularidades e das semelhanças de cada materialidade para, em seguida, interpretarmos e esboçarmos um possível perfil de *ethos* que emerge de um discurso feminista de divulgação.

### 5.2.2 Sequências Enunciativas do *manifesto VJ*

Nesta subseção, exibiremos alguns empregos dos pronomes e verbos em sequências enunciativas extraídas do *corpus*, *manifesto VJ*. Realizaremos a mesma dinâmica empregada na subseção anterior, ou seja, analisamos todas as sequências cujo emprego de pronomes e verbos, nas primeiras e terceiras pessoas, auxiliam a articulação da noção de *ser mulher*, porém, a título de amostra, selecionamos seis mais representativa para analisarmos. Para destacarmos os mecanismos linguísticos, seguiremos adotando os mesmos moldes apresentados no quadro 3, da seção 4.3.

Figura 11 – Sequência Enunciativa G

Foi quando **percebi** a triste realidade: era inútil tentar encontrar o percurso mais seguro. As minhas duas opções eram ruins, porque era tarde e, principalmente, porque **sou** mulher. **Fui** tomada por um sentimento de desesperança muito grande. “Que coisa triste **é** ser mulher!”, **esbravejei**.

Nesta sequência, que diz respeito ao lamentável fato de *ser mulher* em uma sociedade que impera o sentimento de insegurança, o locutor se marca por meio de verbos na primeira pessoa do singular, representados pelos retângulos grifados em preto. Percebemos que se trata de uma sequência narrativa, ou seja, a própria escolha da tipologia faz com que o locutor se coloque como agente nesta narração. No início da sequência, a marca se dá pelo uso do advérbio *quando* – que denota uma ocasião temporal em uma dada circunstância – seguido do verbo no pretérito perfeito *percebi* que, como já vimos, indica uma ação acabada, pontual (FIORIN, 2016). Assim, cria-se o efeito de descontinuidade em relação ao momento de referência, apresentando um acontecimento passado num momento determinado do pretérito, sem levar em conta a duração.

No que se refere aos mecanismos que articulam a noção de *ser mulher*, o locutor, ao empregar o verbo *ser* no presente do indicativo, seguido do substantivo feminino *mulher* – *sou mulher* – indica a imagem de um ser que assume a sua identidade, ainda que retratada de modo lamentoso, tendo em vista o emprego dos adjetivos qualificativos *triste* e *ruins*. Além disso, indica a apropriação da língua por meio da locução *sou mulher*, o que desencadeia mais fortemente a noção de sujeito e instaura a subjetividade, ou seja, a passagem de locutor a sujeito. Essa subjetividade deve-se, também, ao fato do locutor escolher a tipologia narrativa, fazendo com que a apropriação da língua se dê, verdadeiramente, na primeira pessoa do singular.

No decorrer da sequência, o verbo *fui*, no pretérito perfeito do indicativo, representa um acontecimento num momento anterior ao momento de referência presente, ou seja, o momento em que o locutor, ao se colocar discursivamente como um ser que admite uma identidade pertencente ao sexo feminino, supõe uma situação negativa. Tal fato é comprovado pelo sintagma exclamativo *Que coisa triste é ser mulher!*, o qual, do ponto de vista semântico, remete justamente ao estereótipo que marca a categoria da mulher desde a ótica patriarcal, ou seja, um ser frágil e indefeso.

Além disso, ao marcar-se pelo emprego do verbo *esbravejei*, na primeira pessoa do singular do pretérito do indicativo, após a exclamação, permite criar um efeito de sentido de um ser que fala com irritação, indignado, o que confirma o tom revoltado do sintagma. Nesse sentido, ao empregar o adjetivo singular qualificativo *triste* para (des)qualificar a situação *ser mulher*, o locutor deixa emergir a imagem de um ser que lamentou, naquele instante do discurso, fazer parte desse grupo socialmente marcado pela subjugação.

A seguir, apresentaremos uma sequência, cuja postura discursiva do locutor diverge da que acabamos de analisar.

Figura 12 – Sequência Enunciativa H

Nesse momento percebemos que uma das grandes missões do movimento seria mostrar para as mulheres que se cuidarmos umas das outras podemos mesmo nos safar de muitas situações rosas e que aquelas histórias seriam ferramentas de inspiração. Entrar em contato com cada relato fazia com que as mulheres se colocassem no lugar de outras e que sentissem aquele quentinho no peito chamado sororidade.

Fonte: *Manifesto VJ*, página 26

Nesta sequência, cuja tese é a importância da prática da sororidade pelas mulheres, o locutor se marca de três maneiras: em um primeiro momento, pelos índices de ostensão *nesse*, *aquelas* e *aquele*, grifados em vermelho; em seguida, pelos verbos *percebemos*, *cuidarmos* e *podemos*, na primeira pessoa do plural e; *colocassem* e *sentissem*, na terceira pessoa do plural, todos grifados em preto. Essas marcas permanecem por meio dos pronomes oblíquos reflexivos (grifados em azul), *nos* e *se*, que fazem referência, respectivamente, às mesmas pessoas dos pronomes retos, *nós* e *elas*, que estão subentendidas.

A primeira expressão empregada pelo locutor, no enunciado, é o pronome demonstrativo *nesse*. Como vimos, esse sintagma, assim como os outros que compõem a classe dos pronomes demonstrativos, é caracterizado por Benveniste ([1974] 1989) como as expressões que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo em que é pronunciada a instância do discurso. Nesse viés, os sintagmas *nesse*, *aquelas* e *aquele* necessitam de informações anteriores referentes a eles para que o interlocutor construa sentido. Esses índices de ostensão somente ganham sentido no momento em que são produzidos e, dependem totalmente da situação e da pessoa que proferiu, já que apresentam sentido único e, sozinhos, deslocados do discurso, não possuem sentido.

O sintagma *nesse*, no início do enunciado, além de mostrar afastamento do locutor e proximidade do interlocutor, faz referência ao tempo linguístico. A noção de tempo linguístico, uma das categorias de tempo desenvolvidas por Benveniste ([1974] 1989), aponta para o estabelecimento do tempo do presente (referindo-se ao tempo verbal do presente do indicativo),

inserindo-o como um tempo que se posiciona enquanto *ponto central*, e referencia as demais temporalidades, passado e futuro, no ato linguístico. Dessa forma, o tempo linguístico é estabelecido em função do momento da enunciação, ou seja, quando o indivíduo se apropria da língua, estabelece um *agora* e, a partir desse *agora* é que os acontecimentos são localizados. Portanto, o tempo é uma categoria linguística pela qual os acontecimentos são localizados em função do momento da enunciação.

Quando o locutor da sequência H enuncia o sintagma *nesse momento*, está se referindo ao instante do discurso, ao tempo linguístico estabelecido em função do momento da enunciação. Para o interlocutor, essa expressão somente fará sentido se ele tiver conhecimento das informações anteriores referentes a ela. Nesse ínterim, os índices de ostensão empregados no texto pelo locutor somente possuem o devido sentido, nesses enunciados, por meio dos outros referentes no texto e naquela situação discursiva. Poderíamos supor que, no *manifesto VJ*, também haja um jogo inclusão-exclusão, mas no sentido das mulheres que possuem a sororidade – na qual o locutor se inclui – e aquelas que ainda não a possuem – as interlocutoras.

Com base nisso, compreendemos que quando o locutor se marca por meio do pronome *aquelas* seguido do sintagma *histórias*, está fazendo referência às histórias descritas pelas mulheres que conheceram o movimento *Vamos juntas?* e, a partir dele, passaram a cuidar uma das outras, protegendo-se das possíveis situações de perigo que poderiam enfrentar. Da mesma forma, a marca por meio do pronome *aquela*, seguido da expressão *quentinho no peito*, está relacionada à sensação de bem estar que a união entre as mulheres poderia proporcionar. Marque-se, ainda, pelo fragmento *mostrar para as mulheres*, ou seja, para aquelas que ainda não perceberam a sororidade e a importância de tal movimento.

A tipologia dessa sequência nos dá indícios de um locutor que deseja criar uma narrativa na qual possa se construir como *mulher* e representante de um grupo. Assim, uma narrativa em primeira pessoa seria o recurso ideal. Observamos, portanto, que ao se marcar na primeira pessoa do plural, a imagem do locutor é de quem tende a fazer referência a si mesmo, porém, que se coloca como pertencente ao grupo de mulheres, mostrando a importância do movimento e de estarem unidas, a fim de conseguirem livrar-se da violência que as ameaça. Com isso, simula-se um efeito de unidade, em que as ideias expostas são compartilhadas por um grupo de possíveis leitores, evitando um tom impositivo por parte do locutor.

Percebemos, também, que os verbos empregados na primeira pessoa do plural indicam generalização, uma postura diferente daquelas que o locutor assumiu nas sequências enunciativas anteriores, nas quais as marcas de primeira pessoa do singular eram mais recorrentes. Nesse sentido, as marcas de primeira pessoa do plural que emergem do locutor do

texto reiteram o posicionamento, a ação do sujeito frente ao tema, ou seja, *se estivermos unidas, engajadas, conseguiremos nos livrar das situações que nos colocam em perigo*.

Dessa forma, considerando a temática do texto, ao empregar verbos na primeira pessoa do plural, o locutor se marca na materialidade linguística como uma espécie de *porta-voz* do pensamento coletivo das mulheres. Em função desse recurso, a imagem do locutor emerge como se fosse um ser que consegue alcançar o propósito do *gênero manifesto de divulgação*, ou seja, difundir as ideias feministas, mostrando-se como um ser pertencente a esse grupo, buscando a verdadeira união entre as mulheres.

Torna-se relevante destacarmos que a primeira pessoa do plural *nós*, sob um viés enunciativo-discursivo, considerando a teoria benvenistiana, não é plural de *eu* em função da unicidade e subjetividade inerentes a pessoa *eu*. Nesse sentido, *nós* é uma união entre o *eu* e o *não-eu*; há em *nós* um *eu* que predomina. Essa noção vem ao encontro do uso dos pronomes pessoais, apresentado anteriormente, de Moura Neves (2011), que reitera que a primeira pessoa do plural sempre envolve um *não eu*. No caso da sequência enunciativa H, o locutor se apropria da língua e enuncia como *nós*, que está elíptico, a partir de *eu* que se sujeita a *não-eu*. Esse processo evidencia uma característica importante da LE, sujeito e estrutura articulados, na medida em que, a partir de *eu* que se sujeita a *não-eu*, a presença de *eu* constitui o *nós*, evidenciando a subjetividade e a intersubjetividade. Nesse caso, o *eu* que predomina em *nós* é o da mulher. Isso significa dizer que o *nós* é constituído pelo *eu* e pelo *tu*, ou seja, pelas mulheres. A partir do emprego de *nós* o *eu* se inclui nesse *tu*, marcando-se como pertencente, como um *porta-voz*, desse grupo de mulheres – corroborando o motivo pelo qual se marca por meio das sequências enunciativas. Nessa relação *eu-tu*, marcada não apenas pela inversibilidade, mas pela constituição do *eu* e do *outro*, instauram-se os fundamentos da subjetividade e da intersubjetividade. Além da marca do sujeito, a posição social é enfatizada na medida em que o *eu-mulher* fala, dirigindo-se a um *tu-mulher*.

No que tange à outra postura discursiva identificada na sequência enunciativa H, a marca pelos verbos em terceira pessoa revela-nos efeito de objetividade. Essa apropriação da língua, ora em primeira pessoa do plural, ora em terceira, sugere-nos efeitos de subjetividade e objetividade, respectivamente. Com isso, na medida em que a pessoa *nós* é empregada em uma situação de uso por um locutor, tem o efeito de subjetividade desfeito quando é atualizado em uma situação enunciativa. Observamos esse movimento quando o locutor deixa de marcar-se por meio dos verbos na primeira pessoa do plural (subjetividade) para marcar-se na terceira, como podemos constatar por meio de [...] *fazia com que as mulheres se colocassem* [...] e [...] *e que sentissem aquele quentinho no peito chamado sororidade*. Vale destacar que, nessa última

marca, o fragmento sugere efeitos de que o locutor já conhece esse *quentinho no peito*, cujo sentimento as demais mulheres ainda não conhecem. Nesse instante, em que o locutor realiza seu discurso em terceira pessoa do plural, gera uma imagem de um ser que se coloca fora do grupo das mulheres que, supostamente, desconhecem a sororidade. Porém, se estiverem unidas, demonstrando sentimento de empatia com as outras que se encontram na mesma situação, poderiam sentir o bem estar que o termo sororidade – a união entre as mulheres – pode lhes proporcionar. Esse distanciamento supõe uma postura discursiva diferente daquela que vínhamos observando até o momento, de um locutor que se apropria da língua e se marca por meio de pronomes e verbos na primeira pessoa, indicando a subjetividade.

Convém pontuarmos, ainda, que no que se refere ao sintagma *quentinho no peito chamado sororidade*, o locutor, ao empregar o diminutivo afetivo *quentinho* para referir-se ao sentimento de sororidade, deixar emergir a imagem de um ser que possui uma sensação prazerosa, um aconchego por estar vivenciando esta irmandade entre as mulheres, ou, quiçá, de alguém que o emprega no sentido de *maternagem*. Esses efeitos nos sugerem, também, indícios de um possível perfil de *ethos* desse locutor, o qual detalharemos adiante, no capítulo 6.

Outra sequência que observamos uma postura discursiva semelhante é a que trazemos a seguir.

Figura 13 - Sequência Enunciativa I

sim, **estamos** falando de insegurança e de violência contra a mulher, mas **te-**  
**mos** uma solução que **é** a **nossa** união,  
 e a esperança deveria sempre ficar por  
 conta do desfecho de todas as his-  
 tórias escolhidas: no fim, tudo ficou  
 bem. Um sonho? Que todas as mulheres  
**se** **sentissem** melhor depois que **lessem**  
 cada história do *Vamos juntas?*.

Fonte: *Manifesto VJ*, página 26

Nesta sequência, cuja referência é feita sobre a insegurança e a violência contra a mulher, o locutor se marca de duas maneiras: no início, por meio de verbos na primeira pessoa do plural, conjugados no presente do indicativo; no fim, por dois verbos na terceira pessoa do

plural, conjugados no pretérito imperfeito do subjuntivo. Ademais, a marca se dá por meio do pronome possessivo *nossa* (grifado em amarelo), que se refere ao substantivo *união*, e pelo pronome oblíquo *se*, que, nesse caso, exerce o papel de parte integrante do verbo, já que integra o verbo pronominal *sentir*, que denota um sentimento próprio do sujeito do sintagma (as mulheres).

O início da sequência enunciativa é marcado pelo advérbio de afirmação *sim*, demonstrando uma postura enfática afirmativa, de concordância, que neste caso, diz respeito à deficiência na área de segurança pública para as mulheres. Tal marcação, *sim*, é reativa, ou seja, implica diretamente o interlocutor para a afirmação que está sendo imposta. Em outras palavras, mimetiza um diálogo que é enfatizado com uma pergunta retórica. Após esse advérbio, a marca se dá pelo verbo *estamos*, no presente do indicativo. De acordo com Fiorin (2016, p. 132), “o presente marca uma coincidência entre o momento do acontecimento e o momento de referência presente”. No caso da sequência I, o presente do verbo *estar*, na primeira pessoa do plural, foi empregado junto com o gerúndio *falando*. Nesse sentido, ainda em conformidade com o autor, quando um presente do indicativo do verbo auxiliar é utilizado junto com um gerúndio, para exprimir um presente atual, temos o que ele denomina de *presente progressivo*, exatamente o que observamos na postura discursiva do locutor ao marcar-se pela locução *estamos falando*. Essa postura significa que, ao marcar-se por meio de tal locução, cria uma imagem de que o locutor está exprimindo um presente atual, supondo que a atualidade é o momento de referência de seu discurso, visto que as questões de insegurança e violência contra a mulher são fatos atuais e fazem parte do cotidiano da figura feminina.

Na continuação, o locutor marca-se por meio do verbo *temos*, no sentido de *possuímos uma solução* para o problema apresentado, ou seja, a insegurança e a violência contra a classe feminina. Então, para apresentar essa solução, marca-se por meio do articulador *mas*, que indica oposição à ideia anterior. Assim, cria-se um efeito de que estamos cientes dos fatores problemáticos atuais que vivem as mulheres, contudo, nós – *mulheres* – dispomos da solução.

Com isso, deixa evidente o efeito de que faz parte do grupo das mulheres, marcando-se na primeira pessoa do plural, com o verbo *ter*. E, então, confirma essa postura discursiva que vem empregando durante toda a sequência enunciativa – a marca de primeira pessoa do plural – pelo uso do pronome possessivo *nossa*, deixando emergir o efeito de sentido de que a união das mulheres, isto é, a sororidade, é o recurso que deve ser utilizado para resolver o problema que havia mencionado. A fim de não gerar dúvidas, essa marca se dá, verdadeiramente, por meio do verbo *ser* na terceira pessoa do singular.



Um dado que nos chama a atenção, nesta sequência, é o fato do locutor mudar a fonte das letras quando se marca por meio do título do *manifesto*, *Vamos juntas?* A fonte que utiliza nos remete à manuscrita, ou seja, como se estivesse escrevendo uma *carta*, indicando efeitos de sentido de proximidade. Nesse viés, essa troca de fonte sugere um simulacro de uma letra manuscrita, revelando efeitos de sentido de que o *manifesto* é realizado para alguém próximo, ou seja, do próprio grupo.

Cabe destacarmos ainda que, no que se refere aos verbos no presente do indicativo, Bagno (2012, p. 512, grifos do autor) ressalta que o “tempo verbal está sempre ancorado no *momento da fala*, no aqui e agora da enunciação”. Assim, de acordo com Benveniste [1974] 1989), o emprego do presente nesses enunciados indica a concomitância entre o ato de dizer e o que é dito, é esse tempo que gera as relações espaciais e temporais, pois promove seus deslocamentos. Pelo presente da enunciação é possível observarmos a manifestação da subjetividade, já que o sujeito intervém no espaço e no tempo.

Observamos que a outra postura discursiva do locutor se deu pelos verbos na terceira pessoa do plural, conjugados no pretérito imperfeito do subjuntivo, os quais são utilizados para expressar desejos, probabilidades e acontecimentos que estão condicionados por outros. No caso da sequência enunciativa I, tais verbos são empregados para responder a uma pergunta retórica introduzida no início do enunciado, *Um sonho?*

Convém pontuarmos que a pergunta retórica estabelece com o leitor *tu* uma interação direta, ao convidá-lo a refletir sobre o tema, a participar da discussão que vem sendo desenvolvida. Com isso, poderia também estimular no interlocutor uma concordância com a defesa da tese, o que contribuiria para persuadi-lo – um dos propósitos do *gênero manifesto de divulgação*. Dessa forma, a pergunta retórica é uma marca explícita de intersubjetividade, já que ao se apropriar da língua e enunciar, o *eu* está constituído pelo outro – pelo *tu* – fazendo emergir a (inter)subjetividade. Ao considerar o *tu é* que o sujeito se marca linguisticamente no enunciado por meio dos diferentes efeitos de sentido decorrentes do emprego de mecanismos linguísticos – como a pergunta retórica, nessa sequência enunciativa. Podemos considerar, ainda, como uma marca reativa que implica o interlocutor, tendo em vista que é uma pergunta que parte do interlocutor.

Além disso, salientamos que uma pergunta retórica é qualquer pergunta em que o intento do autor não seja obter informação. Geralmente, o autor sabe a resposta da pergunta e a utiliza para afirmar ou negar o que está sendo perguntado. As perguntas retóricas costumam ser bastante utilizadas na arte da persuasão, já que fazem o texto ou discurso soar menos como uma pregação e mais como uma investigação. Assim, o discurso soa mais convidativo e menos

presunçoso ou arrogante. No que concerne à figura de estilo, considera-se figura de estilo de *hipófora* quando a pergunta é lançada e respondida em seguida. Já, quando a pergunta retórica está deliberando com si própria, tem-se a figura de *diaporesis*. No caso da sequência enunciativa I, a resposta está sendo proferida imediatamente após a pergunta retórica, caracterizando, então, uma figura de estilo de *hipófora*<sup>85</sup>.

Ademais, de acordo com Fiorin (2016, p. 210), a pergunta pode ser “utilizada para apresentar uma posição pressuposta, que dá a condição de ponto comum a uma ideia sobre a qual não existe um acordo prévio”. Entretanto, entendemos que o locutor, por meio de uma interrogação no início do enunciado – uma pergunta retórica – marca a voz de um interlocutor ideal, produzindo um efeito. Nesse sentido, na sequência analisada, a resposta é imediatamente dada, ainda que por meio de verbos, nos quais o locutor indica expressar seu desejo para a classe feminina. Além disso, como já pontuamos em outras sequências enunciativas, os pronomes e os verbos empregados nas terceiras pessoas conferem maior objetividade ao texto, como se o locutor, nesse instante, não fizesse parte daquele grupo de mulheres.

Ressaltamos que, enunciativamente, o verbo “apresenta um modo de significação subjetivo ou um modo de significação objetivo, se fizer parte, respectivamente, de uma instância de discurso contendo *eu* ou contendo *ele*” (FLORES et al., 2013, p. 80, grifos dos autores). No que concerne à categoria morfológica dos verbos, as análises realizadas nos revelaram que os verbos de terceira pessoa do singular ou plural, por fazerem parte da instância de discurso contendo *ela/elas*, ou seja, os referentes *mulher/mulheres*, apresentam um efeito de maior objetividade, na medida em que o locutor se marca discursivamente como não pertencendo ao grupo feminino.

Entretanto, os tempos e modos verbais, bem como a semântica dos verbos empregados, mostraram a subjetividade do locutor do texto, já que fazem emergir significados e sentidos particulares de caracterização do grupo das mulheres. Dessa forma, reafirmamos a importância de estudos enunciativos de uma determinada categoria morfológica, pois só uma análise enunciativa da materialidade linguística poderá revelar os efeitos de sentido que emergem a partir de marcas deixadas pelo locutor do texto. A continuação, apresentamos mais uma sequência enunciativa com mecanismos linguísticos um tanto distintos dos que analisamos até o momento.

---

<sup>85</sup> Fonte: [https://pt.wikibooks.org/wiki/Categoria:Livro/Ret%C3%B3rica\\_e\\_argumenta%C3%A7%C3%A3o](https://pt.wikibooks.org/wiki/Categoria:Livro/Ret%C3%B3rica_e_argumenta%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 03 de dez de 2019.

Figura 14 – Sequência Enunciativa J

Muitas **são** subestimadas e ofendidas em uma tentativa incisiva de desvalorização. “**Aquela** fez o teste do sofá”, “**Essa** conquistou algum chefe” ou “O que **essa** aí fez para estar onde está, hein?” são frases que com certeza **você** já ouviu alguma vez na vida.

Fonte: *Manifesto VJ*, página 57.

Nesta sequência, que enfatiza o vínculo entre os interlocutores dando o efeito de empatia, o locutor se marca, inicialmente, pelo emprego do pronome indefinido *muitas*. Essa marca nos revela efeitos de sentido de amplitude e variabilidade, emergindo a imagem de um locutor que tem consciência da gama de mulheres que sofrem com o sistema conservador, socialmente marcado pela subjugação feminina. Esse dado fica evidente no decorrer da sequência, em que o locutor se marca por meio do verbo de ligação *ser*, na terceira pessoa do plural, seguido do predicativo do sujeito *subestimadas* e *ofendidas*, caracterizando o que é *ser mulher* nesta sociedade. O uso do substantivo *desvalorização* reforça o efeito de sentido de menosprezo, ou seja, o valor negativo que se atribui às mulheres.

O que nos chama a atenção, nesta sequência, é o uso das aspas trazendo a voz de um outro. A linguista Authier-Revuz (1982), em seus trabalhos investigativos sobre a voz do outro, a partir de uma perspectiva psicanalítica, e com base na visão discursiva e dialógica de Bakhtin<sup>86</sup>, postula que a heterogeneidade é da natureza da linguagem, portanto, constitutiva, podendo mostrar-se ou não, o que depende dos efeitos discursivos desejados pelo autor do dizer. Assim, postula que “todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos outros discursos e pelo discurso do outro. O outro não é um objeto (exterior, do qual se fala), mas uma condição (constitutiva, para que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte primeira desse discurso” (AUTHIER-REVUZ, 1982, p. 56). Dessa forma, em *aquela fez o teste do sofá; essa conquistou algum chefe; o que essa aí fez para estar onde está, hein?*, na sequência J, o locutor traz, entre aspas, a voz de um grupo de pessoas (a sociedade patriarcal) que

<sup>86</sup> Devido os objetivos que norteiam nosso estudo, para fins deste trabalho, não detalharemos sobre o dialogismo bakhtiniano.

(pre)julga, sem conhecimento prévio, e atribui termos depreciativos às mulheres, quando essas alcançam algum êxito na vida.

Ademais, temos em *aquela, essa e essa* a presença, novamente, dos índices de ostensão por meio dos pronomes demonstrativos. Nos três casos, o locutor se apropria da língua para referir-se às mulheres, aquelas que, por questões machistas e patriarcais, são vulgarmente caracterizadas. Cabe pontuarmos que é o contexto situacional que nos auxilia para que possamos compreender a que(m) esses pronomes estão se referindo.

Outro ponto de destaque dessa sequência é a marca linguística por meio do pronome de tratamento *você*. Nesse caso, não temos explicitamente um *eu* que enuncia, entretanto, temos um *tu* que recebe a afirmativa de que possui conhecimento sobre a reputação vulgar da mulher na sociedade. Deduzimos, portanto, que o locutor se dirige explicitamente ao seu interlocutor, reforçando a relação dialógica que existe entre *eu-tu*, na situação enunciativa. Além disso, ao empregar o pronome *você* revela-nos efeitos de sentido de que o locutor se dirige a todos os interlocutores, ou seja, chama a todos os outros participantes para esse diálogo.

A seguir, trazemos mais uma sequência do *manifesto VJ* para prosseguirmos com nossa análise.

Figura 15 – Sequência Enunciativa K

Só nós sabemos, só nós nos entendemos.  
E foi com esse pensamento que passamos  
a responder cada mensagem com a certeza  
de que ainda é muito difícil ser  
mulher em nossa sociedade. Mas estamos  
juntas e a dor de uma é a dor de todas.

Fonte: *Manifesto VJ*, página 27.

A sequência K retrata claramente o que é ser mulher em nossa sociedade. O locutor marca-se por meio do advérbio de intensidade *muito*, seguido do adjetivo *difícil*, para retratar o quão penoso é ser mulher nesta sociedade patriarcal. Ademais, evidencia, por meio da marca adverbial *só*, no início do enunciado, que somente as mulheres conseguem ter a compreensão dessa dificuldade. Ao marcar-se dessa forma, deixa emergir um ser que acredita que os homens

não conseguem entender tal questão, ou seja, apenas nós, as mulheres, temos conhecimento dessa dor.

Importante salientarmos que nesse *nós* está implícito um *eu*, um *tu* e um *ela(s)*, haja vista que, como mencionamos anteriormente, os pronomes pessoais de primeira pessoa do plural, de acordo com Moura Neves (2011), sempre envolvem um *não eu*, representando a soma de pessoas, isto é, sempre terá outra pessoa somada ao *eu* (*eu+tu*, *eu+ele*, etc.). Afirma, também, que tais pronomes são destinados a outros usos, além da pluralização, em que o falante situa seu dizer como pertencente a um grupo com o qual se identifica. Com isso, compreendemos que o locutor, possivelmente, se identifica com a causa que defende, isto é, atua como um *porta-voz* do grupo das mulheres, inserindo-se totalmente nesse coletivo.

Essa marca de plural permanece por meio do pronome oblíquo *nos*, que é reflexivo e une o pronome reto *nós* e a informação de que, entre as mulheres, há a devida compreensão e conhecimento sobre as dificuldades a que estão submetidas. Observamos, também que, ao se marcar na primeira pessoa do plural, pelo emprego explícito do pronome *nós*, a imagem do locutor é de quem tende a se autorreferenciar, sem deixar de se colocar como integrante do grupo das mulheres, como um ser que sofre, entende e sabe de todas as questões sociais, físicas e emocionais a que esse grupo está submetido. Com isso, simula-se um efeito de unidade, de que as sensações são sentidas e compartilhadas por elas, as mulheres e, também, pelo grupo de possíveis leitoras, as quais, por serem mulheres, conseguem entender perfeitamente a dor sentida pelo grupo.

A fim de mostrar que mesmo com toda a sombra do patriarcado que germina sobre as mulheres, a coletividade e o sentimento de união entre elas são fundamentais, neste processo, o locutor marca-se na língua por meio do conector adversativo, *mas*. Dessa maneira, revela um efeito de sororidade – confirmado pelos sintagmas *juntas* e *todas* –, pois, ainda que seja tão difícil de viver nessa sociedade marcada pelo machismo, com união e empatia, as mulheres têm condições de cuidar uma das outras e reivindicar seu lugar na sociedade. Poderíamos, então, supor que, enunciativamente, o texto seria uma metáfora da própria noção de sororidade.

A seguir, analisaremos outra sequência que reforça esse efeito de sororidade que acabamos de observar.

Figura 16 – Sequência Enunciativa L

Melhor que empoderar a **nós** mesmas tendo a certeza da **nossa** força e capacidade, só se ao mesmo tempo **empoderarmos** a mulher ao lado através da potente ferramenta que é a sororidade. Colocar o **Vamos juntas?** em prática é uma ótima forma de empoderamento!

Fonte: *Manifesto VJ*, página 96.

Nesta sequência, cuja tese diz respeito ao empoderamento coletivo por intermédio da sororidade, o locutor mantém sua marca de primeira pessoa do plural por meio do pronome pessoal reto *nós*, do pronome possessivo *nossa* e do verbo *empoderarmos*. Dessa forma, notamos a passagem de locutor a sujeito, ou seja, a subjetividade que emerge a partir dessas marcas linguísticas de primeira pessoa do plural. Como vimos, sob um viés enunciativo-discursivo, considerando a teoria benvenistiana, *nós* não é plural de *eu*, em função da unicidade e subjetividade inerentes a pessoa *eu*. Na verdade, *nós* é uma união entre o *eu* e o *não-eu*; tendo em vista que há em *nós* um *eu* que predomina.

Na sequência enunciativa L, o locutor se apropria da língua e enuncia como *nós*, a partir de *eu* que se sujeita a *não-eu*. Como já mencionamos em outros casos analisados, essa postura evidencia uma característica importante da LE, sujeito e estrutura articulados, na medida em que, a partir de *eu* que se sujeita a *não-eu*, a presença de *eu* constitui o *nós*, evidenciando a subjetividade e a intersubjetividade. Dessa maneira, o *eu* que predomina em *nós* é o das mulheres, ou seja, o *nós* é constituído pelo *eu* e pelo *tu*, ou seja, pelas mulheres. A partir do emprego de *nós*, o *eu* se inclui nesse *tu*, marcando-se como pertencente, como um *porta-voz*, desse grupo específico de mulheres. Nessa relação *eu-tu*, marcada não apenas pela inversibilidade, mas pela constituição do *eu* e do *outro*, instauram-se, mais uma vez, os fundamentos da subjetividade e da intersubjetividade (ou seja, possibilita que a imagem do locutor surja como sujeito, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso e ao outro como *tu*). Importante pontuar que esse *outro*, aquele a quem o locutor ao tornar-se sujeito tende a se dirigir, o *tu*, é constituído por essas mulheres.

Além disso, o locutor se marca por meio do verbo empoderar, também na primeira pessoa do plural. Esse verbo é um neologismo criado pelo educador Paulo Freire, adaptado do termo em inglês *empowerment*<sup>87</sup> que, a partir de 2011 vem sendo muito usado pelos movimentos. Ao empregar esse termo, cria-se o efeito de que se está promovendo a conscientização e a tomada de poder de influência de uma pessoa ou grupo social. Assim, o locutor, com a marca de plural, deixa emergir a imagem de um ser que atua na causa das mulheres, para que elas reivindiquem seus direitos e que, juntas, consigam alcançar seus objetivos.

Novamente, percebemos o efeito de união, de um locutor que emprega mecanismos linguísticos que provam a emergência desse ser que luta por sororidade e que, para isso, faz uso, inclusive, do próprio nome do *manifesto de divulgação* – totalmente sugestivo – *Vamos juntas?*. Esse aspecto de unicidade está presente em grande parte das sequências analisadas no *manifesto VJ*, confirmando os dados quantitativos que apresentamos nas tabelas e nos gráficos da seção 5.1, nos quais conseguimos visualizar que o locutor se marca nesse *manifesto*, na grande maioria, pelo uso dos pronomes nas primeiras pessoas. Tais dados revelam efeitos de um possível perfil de *ethos* de tendência reivindicativo-agregador, cuja imagem é de um ser que assume o lugar de fala de um *porta-voz* do coletivo feminino. Assim como mencionamos anteriormente, essas tendências serão melhor discutidas no capítulo 6, desta dissertação.

Finalizamos, portanto, a seção 5.2, em que analisamos as duas classes gramaticais que norteiam nossa análise, ou seja, os pronomes e os verbos, em algumas sequências enunciativas mais representativas extraídas do *corpus*. Faz-se relevante destacarmos que o paradigma indiciário dessas duas classificações contribui para a constituição do *ethos* que emerge de um discurso feminista, nos dois *manifestos de divulgação*, como será discutido no capítulo 6. Destacamos, ainda, nossa metodologia pautada pela *transversalidade enunciativa*, já que observamos a língua como um todo atravessado pelas marcas de enunciação (FLORES, 2010), ou seja, várias categorias, de vários níveis, em inter-relação simultaneamente na enunciação, revelando sentidos.

---

<sup>87</sup> De acordo com os dicionários da língua portuguesa, como Aurélio e Houaiss, esse termo conceitua o ato ou efeito de promover conscientização e tomada de poder de influência de uma pessoa ou grupo social, geralmente para realizar mudanças de ordem social, política, econômica e cultural no contexto que lhe afeta. O movimento feminista negro, por exemplo, trabalha para empoderar mulheres negras, promovendo conscientização, por meio de educação comunitária, palestras e produção de conteúdo. O objetivo é dar instrumentos necessários para que esse grupo reivindique políticas públicas que beneficiem ou diminuam suas dificuldades específicas. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/10/06/A-origem-do-conceito-de-empoderamento-a-palavra-da-vez>. Acesso em: 05 de dez de 2019.

Na seção seguinte, realizaremos uma síntese das análises realizadas, a fim de termos uma visão mais geral dos dados observados, e apontaremos as principais diferenças entre os dois *manifestos de divulgação*.

### 5.3 SÍNTESE ANALÍTICA DOS *MANIFESTOS DE DIVULGAÇÃO*

Na seção anterior, realizamos a análise dos locutores dos textos que compõem nosso *corpus*, a partir de nossas categorias analíticas. Nesse momento, entendemos que se faz relevante sintetizarmos esses comentários, apontando algumas diferenças, as mais sobressalientes, de cada um dos locutores dos *manifestos de divulgação*.

Na primeira sequência enunciativa, extraída do *manifesto FC*, verificamos a presença de marca na primeira pessoa do plural – vale destacar que, nessa parte, percebemos o mesmo efeito no *manifesto VJ*. Como vimos, essa marca indica-nos a subjetividade, pois expressa uma relação com o *eu* e é formado pela junção entre um *eu* e um *não-eu*. Nesse caso, podemos compreender que o locutor necessita não só da linguagem, mas também da consciência de ter um alocutário para se tornar sujeito. Em outras palavras, a subjetividade de Benveniste ([1966] 1995) é também uma relação de intersubjetividade entre *eu-tu*, relação essa que acontece num *aqui-agora*, tratando-se, portanto, de uma relação dialógica por natureza. Benveniste ([1966] 1995) alega que, para se constituir, o sujeito precisa reconhecer o outro, sem importar qual é a gênese desse outro, que pode ser real ou imaginário, logo, “é numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela reação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade” ([1966] 1995, p. 287). Essa alteridade evidencia-se na constituição do sujeito, do sentido e do processo de comunicação.

Na segunda sequência, há uma transição entre as primeiras pessoas do singular e do plural, e terceira do plural. Dessa forma, o locutor revela efeitos de subjetividade, quando se marca nas primeiras pessoas e, objetividade, quando a marca é de terceira pessoa. Com essa variação subjetiva-objetiva, o locutor emerge como um ser que, em determinados momentos, se faz integrante do grupo das mulheres e, em outros, revela certo distanciamento. Compreendemos, então, uma postura ambivalente desse locutor, ora marcando-se nas primeiras pessoas, revelando um *nós* (*eu + não-eu*) e ora, nas terceiras pessoas, *elas*, revelando um efeito de distanciamento da causa que advoga. Assim, esse estilo enunciativo do texto revela as ambiguidades na relação do sintagma *ser mulher* e a subjetividade do sujeito.

Essa variação se mantém na terceira sequência, revelando-nos efeitos subjetivos e objetivos. Entretanto, diferentemente da sequência anterior, nessa, há uma marca de



subjetividade por meio do pronome pessoal reto de primeira pessoa do singular, *eu*. Com isso, a imagem do locutor surge como um ser que se apresenta como sujeito remetendo a si mesmo como *eu* no seu discurso, fazendo emergir, portanto, a subjetividade. Da mesma forma, nas sequências anteriores, a marca de subjetividade se deu por meio da elipse pronominal, porém, nesta, o locutor marca-se explicitamente por meio do pronome *eu*, o que nos revela um efeito de subjetividade “redobrada”, ou seja, na enunciação, quando o locutor diz *eu* remete-se a si mesmo, redobrando a subjetividade em relação ao que foi dito. Cabe destacar que, nesses fragmentos, o locutor deixa emergir a imagem de um ser que narra ou explica seu sentimento com relação à *mulher*.

A quinta sequência nos revela uma marca explícita de subjetividade, expressa por meio do pronome pessoal do caso reto *eu*. Um ponto de destaque desta sequência é que nas expressões que fazem referência a *ser mulher*, a marca é totalmente explícita, reforçando a imagem de um locutor que tende se autorreferenciar. Além disso, percebemos duplamente a presença da palavra aspeada, *mulher*, referindo-se, de um lado, ao conceito mais dicionarizado e, do outro, à locução *ser mulher*, que traz a essência do *feminino*.

No que se refere à última sequência enunciativa do *manifesto FC*, o locutor marca-se, novamente, na terceira pessoa do plural, revelando efeitos de objetividade. Observamos, também, a marca por meio dos índices de ostensão, quando o locutor emprega o pronome demonstrativo *aquelas* para designar o objeto referente à sua instância de discurso, ou seja, *as mulheres*. Igualmente, a marca se deu por meio da palavra *outro*, aspeada, para representar as mulheres, remetendo-nos à ideia de que elas possuem outro papel social já determinado. Por fim, não enfatiza o uso do signo *mulher* por meio de aspas, uma marca explícita, enfatizada na sequência E, provando que o locutor, em determinados casos, marca-se por meio das aspas para dar ênfase a algo que deseja proferir.

Com essas informações, compreendemos que esse locutor apresenta determinada ambiguidade ao marcar-se nas primeiras e terceiras pessoas, deixando emergir a imagem de um ser que assume dois lugares de fala: ora como *mulher*, ora como analista. Discutiremos esses dados de forma mais detalhada no capítulo 6, a seguir, que será destinado à constituição do *ethos*.

No que diz respeito ao outro *manifesto*, o *VJ*, percebemos, na primeira sequência, a presença de verbos na primeira pessoa do singular, revelando-nos efeitos de subjetividade. Importante destacarmos que, nesse *manifesto*, a grande parte das marcas se dá nessa pessoa, ou seja, em *nós*. A segunda sequência é marcada por verbos na primeira e terceira pessoas do plural, seguidas dos pronomes oblíquos, nas mesmas pessoas gramaticais. Percebemos,

também, a marca dos índices de ostensão *nesse* e *aquela*, os quais, como vimos, necessitam de informações anteriores referentes a eles para que o interlocutor construa sentido. Na terceira sequência enunciativa, o locutor mantém as mesmas marcas de primeira e terceira pessoas do plural, revelando efeitos de subjetividade e objetividade, respectivamente.

No que concerne à quarta sequência analisada no *manifesto VJ*, a presença do verbo na primeira pessoa do plural garante o caráter subjetivo. Além disso, o locutor traz para seu texto a voz de um outro(s), marcando-se, para isso, por meio de aspas. Os índices de ostensão por meio dos pronomes demonstrativos também são marcas expressivas dessa sequência. Porém, chama-nos a atenção o fato de o locutor, na situação enunciativa, dirigir explicitamente ao seu interlocutor, marcando-se por meio do pronome de tratamento *você*.

Na quinta sequência, de maneira similar às anteriores, a passagem de locutor a sujeito se dá por meio de marcas na primeira pessoa do plural – salientamos que esse é o efeito mais sobressaliente no *manifesto VJ*. Faz-se relevante frisarmos que o emprego de *nós* indica a subjetividade, marcando uma relação com *eu*, tendo em vista que ao usar o pronome *nós*, implicitamente, está usando um *eu + não-eu*. Assim, por mais que o locutor não se marque linguisticamente por meio da categoria de pessoa *eu*, esse *eu* está presente em *nós*, indicando que o *eu* está junto com as demais pessoas que compartilham das mesmas ideias.

Com essas informações, deduzimos que, *manifesto FC*, o locutor tende a manter uma variação nas marcas de primeira e terceira pessoas, revelando efeitos subjetivos e objetivos, respectivamente. Porém, a marca de maior relevância se dá nas terceiras pessoas, o que deixa emergir a imagem de um ser que se afasta daquilo que está em defesa. Em outras palavras, a análise nos remete a um ser que, no momento em que aborda as questões de *ser mulher*, distancia-se do grupo das mulheres. Ainda que em alguns momentos sua postura discursiva revele efeitos de subjetividade, o tom de objetividade é o que mais se faz presente no seu texto.

Já no *manifesto VJ*, o predomínio maior é de marcas nas primeiras pessoas, revelando o expressivo efeito de subjetividade do locutor. Esse fato nos leva a crer que o sujeito discursivo assume seu lugar de fala, aproximando-se da causa que defende, atuando como um *porta-voz* de uma coletividade, o grupo de mulheres, que reivindica seus direitos e, por meio da sororidade, é capaz de garantir a segurança de todas – discutiremos melhor esse efeito no capítulo 6.

Esses dados contribuem para que, no próximo capítulo, consigamos atingir o objetivo principal desta dissertação, ou seja, esboçar um perfil de *ethos* que emerge de um discurso feminista, em dois *manifestos de divulgação*, a partir do emprego de mecanismos linguísticos, em especial pronomes e verbos, que auxiliam a articulação da noção de *ser mulher*.

## 6 A CONSTITUIÇÃO DO *ETHOS* DISCURSIVO

Na seção 5.2 apresentamos as sequências enunciativas extraídas do *corpus* e seus respectivos comentários analíticos. As análises realizadas nos revelaram que não conseguimos determinar, *a priori*, os sentidos dessas classes gramaticais, pois decorrem do processo de apropriação da língua pelo locutor que enuncia. Com base nestes resultados, neste capítulo, nos dedicamos à terceira categoria metodológica deste estudo, a interpretação dos dados. Porém, faz-se relevante sublinharmos que, como mencionamos na seção 4.1, deste estudo, as categorias de análise e interpretação não podem ser dissociadas. Dessa forma, ainda que este capítulo seja dedicado à interpretação dos dados, convém destacarmos que ao analisarmos as sequências enunciativas acabamos realizando a etapa interpretativa concomitantemente com a análise. O que faremos agora, portanto, é mais uma compreensão dos dados apresentados para que possamos atingir o objetivo principal deste estudo – esboçar um perfil de *ethos* discursivo que emerge de um discurso feminista, nos dois *manifestos de divulgação*.

De início, retomamos que nosso *corpus* é composto por dois exemplares do *manifesto de divulgação*, que discorrem sobre concepções feministas e noções sobre *ser mulher*. Como exposto no capítulo referente às escolhas metodológicas, qualitativamente, analisamos todas as sequências cujo emprego de pronomes e verbos, nas primeiras e terceiras pessoas, auxiliam a articulação da noção de *ser mulher*. Entretanto, a título de amostra, selecionamos seis sequências mais representativas de cada *manifesto* e as exibimos em forma de figuras, destacando os mecanismos linguísticos por meio de formas geométricas. A análise quantitativa priorizou os pronomes e os verbos relacionados com a noção de *ser mulher*, revelando-nos indícios de que, no *manifesto FC*, encontra-se o maior número de pronomes e verbos nas terceiras pessoas do singular e do plural. Como vimos, são 140, de um total de 185 pronomes pessoais empregados nas terceiras pessoas do singular e do plural.

Com base nestes dados, compreendemos que o locutor do *manifesto FC*, ao abordar a noção de *ser mulher*, expressivamente pelo emprego dos pronomes e verbos nas terceiras pessoas, deixa emergir a imagem de um ser que age como uma autoridade analítica, já que analisa as questões das mulheres com certo afastamento. Podemos tentar justificar esse efeito pelo fato de tratar-se de um ser psicobiológico – efeito estilístico do fiador – que, como autora e filósofa, afasta-se do grupo das mulheres, explicitando um tom de objetividade quando se refere a elas.

Entretanto, como percebemos que em determinados momentos esse locutor se marca pelo emprego dos pronomes nas primeiras pessoas, cuja maior representatividade se expressa

no singular *eu*, compreendemos que se trata de um ser que, na linguagem, trata de uma questão na qual se insere completamente, tornando-se objeto da própria causa que defende. Essa postura ambivalente do locutor é perceptível em alguns trechos apresentados nas sequências que analisamos, como: “Por isso *eu* me tornei feminista.” (TIBURI, 2018, p. 22 – sequência enunciativa C, grifo nosso) e; “Esse é um assunto controverso mesmo para *as feministas*, pois *elas* pensam de modos muito diversos sobre questões comuns” (pg. 15 – sequência enunciativa D, grifos nossos). Tal conduta, em que o locutor se marca de duas formas opostas e complementares, revela efeitos de ora subjetividade, ora objetividade, sugerindo-nos um ser que aborda a noção de *ser mulher* pela sua própria vivência, incluindo-se na luta feminista e, também, a imagem de um ser que possui uma postura discursiva que precisa ser mantida, da autora que, como analista, afasta-se da causa e aborda a noção de *ser mulher* com certo distanciamento.

Nesse sentido, compreendemos que há um padrão de desenvolvimento com relação a como o locutor narra seu texto, marcando-se na materialidade linguística de diferentes maneiras, o que contribui para o esboço do *ethos*: ele pertence ao grupo *das mulheres* quando aborda fatos de sua própria vivência – poderíamos supor que se trata de uma autobiografia –, incluindo-se nesse grupo, participando ativamente na causa que defende. Não obstante, na maior parte do tempo, ao fazer referência às mulheres e à causa feminista, revela mecanismos linguísticos que sugerem certo distanciamento do grupo feminino, já que toma a palavra como analista, fornecendo um tom objetivo ao texto, que o mantém afastado da causa que advoga. Dessa forma, poderíamos supor que existem dois lugares de fala: um, como *mulher* e outro, como analista, provando essa ambiguidade enunciativa e ideológica do locutor.

Importante destacarmos que o locutor do *manifesto FC*, quando se refere à noção de *ser mulher*, revela efeitos de sentidos de um ser que tende a questionar a opressão às classes menos favorecidas, imposta pelo patriarcado. Essa postura confirma uma possível filiação desse locutor ao movimento *feminismo radical* que, como vimos, surgiu na *segunda onda* do feminismo e se organiza como uma vertente feminista que luta a favor da emancipação das mulheres por meio da conscientização de sua condição submissa.

Qualitativamente, a análise dessas categorias revelou que o seu sentido é relativo à enunciação. No *manifesto FC*, foi possível observarmos que o posicionamento ambíguo do locutor demonstra a existência de um movimento linguístico em que tende a marcar-se, prioritariamente, nas terceiras pessoas; em seguida, essa marca passa a ser nas primeiras pessoas do singular; para então, marcar-se em *nós*, como grupo. Compreendemos que esse movimento pode ser uma característica discursiva-enunciativa que enfoca a questão estilística da filósofa,

pois, analisando fragmentos de outros textos, verificamos que essa postura se mantém. A fim de exemplificarmos essa característica, apresentamos, a seguir, um *print* de tela de uma entrevista de Tiburi à Revista do Departamento e Filosofia, *Sapere Aude*, realizada no primeiro semestre de 2014.

Figura 17 - Entrevista com a filósofa Márcia Tiburi

**Márcia Tiburi.** A história **das mulheres** é a história de um esquecimento que se estabelece como recalque, pois que se as mulheres tivessem feito a história não teriam deixado a si mesmas de lado. Dizer que não se trata apenas de um dado histórico significa pensar no aspecto ideológico que define o que se faz, o que se escreve, como “história”. Há, **a meu ver**, um projeto de mundo, de sociedade, de política, uma verdadeira racionalidade na base da história. E esta racionalidade é o que **podemos** chamar de “patriarcado”, a lógica à qual se curvam todas as lógicas.

Fonte: Sapere Aude, Belo Horizonte, v.5, n.9, p.28-37 - 1º semestre. 2014 – ISSN 2177 -6342.

Ao ser questionada pela Revista sobre sua afirmação “o poder patriarcal não é apenas um dado histórico, mas, sobretudo arcaico e fundante, que modela a nossa realidade” esboçada em seu texto “Política, Mulheres e Filosofia”<sup>88</sup>, Tiburi (2006) deixa emergir a imagem de um ser que mantém essa postura linear, marcando-se, primeiramente na terceira pessoa do plural, por meio da flexão *das mulheres* (mantém-se assim no primeiro enunciado). Em seguida, marca-se na primeira pessoa do singular, *a meu ver* e, por último, insere-se no grupo por meio do verbo *podemos*. Esse movimento linguístico nos auxilia na constituição do *ethos* desse locutor. Em um primeiro momento, ao marcar-se na terceira pessoa, revela efeitos de sentido que sugerem um ser filosófico-político, cuja postura é de autoridade e afastamento do grupo das *mulheres*; depois, com a marca de primeira pessoa do singular, deixa emergir a subjetividade e nos revela um efeito intimista, que aborda a noção de *ser mulher* por meio de sua vivência como *mulher*, bem como suas repulsas a essa noção e; por fim, como *porta-voz* de um coletivo, cujo efeito é de engajamento, indica-nos um ser que atua como um representante social. Toda essa dinâmica pendular nos sugere uma tendência a um perfil de *ethos* ambíguo ou

<sup>88</sup> Originalmente publicado em Educação e Sociedade: Perspectivas Educacionais no século XXI. Organizadoras: Rita Gonçalves, Lia Viero, Elisabeth Medeiros, Maria Joaneete Silveira. Santa Maria: Unifra, 2006.

cindido, que parte de um efeito de afastamento ao particular, para então, inserir-se em um coletivo.

Como vimos, a análise quantitativa nos apontou que há 140 casos dos pronomes de terceira pessoa do plural, *ela/elas*. De acordo com os preceitos benvenistianos explanados no capítulo 3, desta dissertação, de maneira distinta de *eu* e *tu* que apresentam traços em comum e integram um mesmo grupo fazendo parte da categoria de pessoa, o pronome *ele* pode remeter-se a inúmeros ou, até mesmo, a nenhum sujeito e, por isso, ele nunca é declarado como a pessoa da enunciação. Conforme o linguista, esse pronome permanece presente apenas no nível do enunciado, assim, pelo fato de não participar da enunciação, recebe a classificação de não pessoa, na definição de Benveniste ([1974] 1989). Acerca dessa noção, Flores (2013) explica que a forma remetida à terceira pessoa, embora possa comportar uma indicação de enunciado sobre alguém ou sobre alguma coisa, não faz essa indicação relacionando uma pessoa específica, por isso, a terceira pessoa não é propriamente uma pessoa, é a forma verbal própria da não pessoa.

Para Fiorin (2016, p. 60), “não se pode esquecer que é a situação de enunciação que especifica o que é pessoa e o que é não pessoa e que a terceira pessoa é explicitada no contexto e não na situação”. Dessa forma, segundo o autor, a pessoa na enunciação pode estar evidenciada não só pela presença de pronomes pessoais retos, mas também pela utilização de pronomes pessoais oblíquos, pronomes possessivos e desinências número-pessoais dos verbos, já que tais elementos podem remeter aos actantes da enunciação e, por esse motivo, também foram analisados nas sequências enunciativas extraídas do *corpus*.

O pronome oblíquo *nos*, por exemplo, teve seu valor usual nas sequências enunciativas, ou seja, um pronome reflexivo que une ao sujeito *nós* algumas informações. Os pronomes possessivos *nossa*, *nossas*, além do valor de posse, indicaram uma relação bipessoal, pois existe sempre uma terceira pessoa posta em relação a outra (MOURA NEVES, 2011), e sentidos de pertencimento e temporalidade. Faz-se relevante acentuarmos que, além dos pronomes e verbos, sentimos a necessidade de, em alguns momentos, analisarmos outros mecanismos linguísticos, os quais, também, contribuíram para o esboço do *ethos* discursivo. Essa necessidade se sustentou no que postula o paradigma indiciário, um dos nossos métodos analíticos, que consiste em considerar pequenos indícios, na materialidade textual, que num primeiro momento podem ser aparentemente negligenciáveis, mas que contribuem para um fenômeno mais geral, como o *ethos*.

Deste modo, consideramos algumas sequências em que o locutor se marcou, por exemplo, por meio de aspas, de índices de ostensão, de pergunta retórica, entre outros. O que

se faz relevante destacarmos é que, no que se refere à marca por meio de palavra aspeada, o locutor deixou emergir um ser que queria enfatizar o seu dito, reforçar aquilo que estava proferindo. Ademais, por meio dessa marca, revelou um ser que buscava distinguir signos linguísticos, de um lado, no seu conceito dicionarizado e, de outro, na locução *ser mulher*, em sua essência. Marcou-se, ainda, por meio desse sinal de pontuação a fim de trazer ao seu discurso a voz de um outro, o qual, segundo Authier-Revuz (2004), refere-se à heterogeneidade característica da linguagem humana.

No tocante aos índices de ostensão, que também foram analisados em algumas sequências, ressaltamos que são termos que designam o objeto referente à sua instância de discurso. Esses termos aparecem na situação de enunciação como “uma classe de ‘indivíduos linguísticos, de forma que enviam sempre e somente a ‘indivíduos’, quer se trate de pessoas, de momentos, de lugares, por oposição aos termos nominais, que enviam sempre e somente a conceitos” (BENVENISTE, [1974] 1989, p. 85, grifos do autor). Com essa postura, esses indivíduos linguísticos têm sentido somente no momento em que são produzidos na enunciação, e sempre estão relacionados ao universo de quem fala, ou seja, de quem se enuncia.

Nas sequências enunciativas extraídas do *corpus*, ao marcar-se por meio desses índices, o locutor estabelece uma referência às informações anteriores para que os interlocutores possam construir sentidos. Esse processo, em virtude dos índices de ostensão somente possuem sentido no momento em que são produzidos, dependendo totalmente da situação e da pessoa que os profere.

Outro mecanismo importante para o esboço do *ethos*, o qual identificamos, também, por meio do método do paradigma indiciário, é a pergunta retórica. A partir dela, da mesma forma, vimos que se instauram os fundamentos da subjetividade e da intersubjetividade. Percebemos isso pela relação explícita que a pergunta retórica exerce na relação *eu-tu*, pois, como pontuamos, estabelece com o leitor (tu) uma interação direta, ao convidá-lo a refletir sobre o tema, a participar da discussão que está sendo desenvolvida. Com isso, poderia também estimular no interlocutor uma concordância com a defesa do seu ponto de vista, o que contribuiria para persuadi-lo, evidenciando, como já apontamos, um dos propósitos do gênero *manifesto de divulgação*.

No que diz respeito ao conceito de *transversalidade enunciativa*, proposta por Flores (2010), consideramos relevante salientar que a enunciação está em todos os níveis da língua e qualquer fenômeno linguístico pode ser estudado do ponto de vista da enunciação. Nesse viés, o autor considera que a língua pode ser vista como um todo atravessado pelas marcas da enunciação, o que pode, portanto, permitir uma análise das classes gramaticais na perspectiva

enunciativa da totalidade da língua. Ao levar em conta a análise nessa perspectiva, evidenciamos o que as marcas linguísticas podem nos revelar sobre os sentidos da enunciação do sujeito que emerge da materialidade textual. Tendo em vista que a língua contém determinados indicadores que revelam a subjetividade, e esses indicadores estão à disposição do locutor cada vez que ele se enuncia, é a atitude do locutor diante da língua que aciona a propriedade de marcar sua subjetividade.

A partir dos dados elencados, compreendemos que o locutor do *manifesto FC*, ao abordar a noção de *ser mulher*, marca-se na prioritariamente pelo emprego dos pronomes e verbos nas terceiras pessoas, criando um efeito de sentido de um ser que analisa as questões das *mulheres* com certo afastamento. Com isso, o *ethos* tende a ser ambíguo, isto é, que se coloca aparte do grupo das *mulheres*. Entretanto, como percebemos, há um movimento linguístico desse locutor, já que em determinados momentos se marca também, pelo emprego dos pronomes nas primeiras pessoas, com maior representatividade expressa por meio do singular *eu*. Essa postura ambivalente do locutor – já que se marca de duas formas opostas e complementares – revela efeitos de ora subjetividade, ora objetividade, sugerindo-nos um ser que aborda a noção de *ser mulher*, como vimos, de duas maneiras: por meio de sua vivência como *mulher*, e, também, por meio de sua perspectiva como representante social. Essa ambiguidade emerge na enunciação e deixa marcas no enunciado, ou seja, respectivamente, de um ser que se inclui na luta feminista e, de outro, que possui uma postura discursiva que precisa ser mantida – a autora que, como analista, precisa afastar-se da causa.

Cabe lembrarmos que, ainda sobre a categoria de pessoa, Benveniste ([1966] 1995) separa a língua em um campo subjetivo e em um campo objetivo, nos quais temos a esfera subjetiva da língua e categoria de pessoa de um lado, e, de outro, a esfera objetiva junto à categoria de não pessoa. Assim, justifica-se o fato pelo qual o locutor do *manifesto FC*, ao marcar-se maioritariamente nas terceiras pessoas, revela um tom objetivo ao seu texto. Dessa forma, compreendemos porque existe, na língua, a referência objetiva – que concebe os signos plenos, ou seja, os signos do paradigma do *ele*; e a referência subjetiva – que contempla os signos vazios, isto é, signos autorreferenciais, pertencentes ao paradigma do *eu/tu*, convertendo a linguagem em discurso. Cada vez que um sujeito coloca a língua em funcionamento e enuncia, o mecanismo da dêixis é posto em funcionamento e, assim, marcado na língua. Benveniste ([1966] 1995) afirma que, apesar de terem um lugar importante na referência da língua, os dêiticos são categorias vazias e subjetivas, uma vez que só se tornam signos plenos no momento em que o *eu* enuncia. O teórico postula que os signos que são do



âmbito da terceira pessoa, são aqueles que referem uma situação objetiva, diferindo, portanto, dos signos vazios quanto à natureza e à função. Assim,

A 'terceira pessoa' representa de fato o membro não marcado da correlação de pessoa. É por isso que não há truísmo em afirmar que a não-pessoa é o único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que não devam remeter a elas mesmas, mas que predicam o processo de *não importa quem* ou *não importa o que*, exceto a própria instância, podendo sempre esse *não importa quem* ou *não importa o que* ser munido de uma referência objetiva. (BENVENISTE, [1966] 1995, p. 282, grifos do autor).

É a partir dessa afirmação que podemos compreender o que pontuamos anteriormente que, na língua, existem instâncias de discurso que se remetem a si mesmas, instâncias subjetivas e, instâncias que não remetem a si mesma, as objetivas. Nas sequências analisadas, essas últimas representam a marca de terceira pessoa empregada pelo locutor, quando esse faz referência à noção de *ser mulher*.

No que tange aos verbos, contabilizamos 175, de 286 ocorrências totais, nas terceiras pessoas do singular e plural, no *manifesto FC*. Qualitativamente, nosso foco de análise eram as pessoas verbais, em consonância com os pronomes, que auxiliam a articulação da noção de *ser mulher*. Apesar disso, também pontuamos aspectos relacionados aos tempos e modos verbais, bem como à semântica dos verbos empregados. Concluímos que, juntamente com os pronomes de terceira pessoa do plural, os verbos revelam efeitos de objetividade, os quais se relacionam com o processo de apropriação da língua pelo locutor. Assim, ao marcar-se na terceira pessoa do plural, o locutor se distancia do grupo das *mulheres*, colocando-se como não pertencente a ele, o que confere um efeito autoritário e objetivo ao texto. Porém, percebemos que, assim como nos pronomes, em determinados momentos o locutor se marca nas primeiras pessoas do singular e do plural, ou seja, ele se marca como pertencente ao grupo das *mulheres*, como um *porta-voz* dessa coletividade. Essa marca, aliada a alguns tempos e modos verbais e à semântica dos verbos, revela a subjetividade do locutor, na medida em que a escolha dos verbos caracterizam o referente *mulheres* e contribuem para a defesa do seu ponto de vista.

Como nos propomos a lançar um olhar enunciativo sobre as mulheres e a maneira como elas se colocam na posição de *ser mulher*, optamos pelos pressupostos da LE por ser uma perspectiva teórica que considera sujeito e estrutura articulados e, por intermédio de mecanismos linguísticos empregados na enunciação e recuperáveis por meio da análise das marcas deixadas no enunciado, permite-nos um melhor entendimento acerca da imagem do sujeito. Dessa forma, ao analisarmos as sequências de ambos os *manifestos*, percebemos que o locutor do *manifesto FC*, em virtude de seu movimento discursivo-enunciativo, nos revela

efeitos de ambiguidade, o que contribui para que possamos esboçar um perfil de *ethos* desse locutor.

Deprendemos, portanto, que quando a marca se dá nas terceiras pessoas, emerge a imagem de um ser que se distancia do grupo das mulheres, revelando-nos efeitos de autoridade analítica. Quando a imagem do locutor surge como um ser que se apresenta como sujeito remetendo a si mesmo como *eu* no seu discurso, marcando-se na primeira do singular, há uma tendência a um efeito de sentido intimista, que aborda a noção de *ser mulher* por meio de sua própria vivência como *mulher* e; no momento em que se insere completamente na causa que defende, tende a agir como um *porta-voz* de um coletivo – o grupo das *mulheres* –, atuando, então, como um representante social. Nesse viés, entendemos que, como mencionamos anteriormente, toda essa oscilação nos efeitos de sentido sugere um possível perfil de *ethos* ambíguo (ou cindido), que alterna entre as marcas de afastamento-particular-coletivo, fortalecendo a credibilidade do lugar de fala desse locutor: *mulher-filósofa* x *mulher-intimista/companheira*. Com isso, indica-nos uma ambivalência vivenciada pelo locutor do *manifesto FC*, ou seja, ao abordar a noção de *ser mulher*, por um lado, revela-nos efeitos de sentido de um ser que possui certa autoridade analítica; por outro, um ser que enfatiza sua vivência de *ser mulher* e seu conflito com tal noção e; ainda, um ser que se inclui num coletivo como um representante grupal.

No que concerne ao outro *manifesto de divulgação* analisado, o *VJ*, identificamos a maior parte de ocorrências de pronomes nas primeiras pessoas do singular e do plural. Assim, quantitativamente, de 95 ocorrências dos pronomes pessoais do caso reto, 52 foram empregadas nas primeiras pessoas, com quantidade ligeiramente maior de pronomes no plural. Qualitativamente, a análise dessa categoria nesse *manifesto* também revelou que o seu sentido é relativo à enunciação. Dessa forma, o pronome pessoal *nós* apresentou sentido de marcar a ação do sujeito e o colocar como pertencente ao grupo das *mulheres*, como um *porta-voz* do pensamento coletivo feminino desse grupo (plural de modéstia), evitando um tom impositivo. Logo, nesse *nós*, o *eu* relativo às mulheres é o que predomina.

No tocante aos verbos, a segunda classe gramatical que nos propomos a analisar, identificamos que as primeiras pessoas do singular e do plural também se sobressaem. De um total de 199 ocorrências, 119 foram empregadas nas primeiras pessoas. Esse dado nos confirma que o locutor do *manifesto VJ*, ao abordar a noção de *ser mulher*, deixa emergir a imagem de um ser que assume a sua identidade e, nestes momentos, instaura a subjetividade, ou seja, a passagem de locutor a sujeito. Como vimos, a subjetividade, em Benveniste ([1966] 1995), é

constatada num enunciado por meio de algumas formas – as marcas linguísticas como pronomes, verbos e advérbios – que o indivíduo utiliza ao se enunciar.

Bem como procedemos anteriormente, apresentaremos, a seguir, uma entrevista realizada com o locutor do *manifesto VJ*, exibida no *site* Heloisa Tolipan, no intuito de comprovarmos sua tendência discursiva-enunciativa. Nesta entrevista, comandada pela jornalista Fabiane Pereira, percebemos que o locutor, ao abordar a noção de *ser mulher*, mantém a mesma postura discursiva, marcando-se, na grande maioria, na primeira pessoa do plural.

Figura 18 - Entrevista com a jornalista Babi Souza

**FP: Poderia nos contar uma entre as milhares de histórias que vocês recebem todos os dias na fanpage do movimento que mais te emocionou? Por que este relato mexeu tanto com você?**

BS: Com certeza uma das que me mais me emocionou é a que a moradora de rua salvou uma mulher de uma perseguição. A moradora de rua havia visto a minha entrevista no programa “*Encontro*”, apresentado pela **Fátima Bernardes**, e salvou a mulher inspirada no movimento. Adoro essa história, porque ela mostra que a sororidade não faz diferença de classe social, poder aquisitivo, grau de escolaridade. **Somos mulheres** e isso basta!

**FP: Que conselho você costuma dar às mulheres que ainda não entenderam que se empoderar é necessário e que juntas somos mais fortes?**

BS: Se **perdermos** tempo brigando entre **nós mesmas** nunca **vamos** construir um mundo melhor, com mais liberdade e menos medo, para **nós, mulheres**. Sozinhas **somos** apenas uma, mas **juntas somos** uma multidão.

Fonte: <https://heloisatolipan.com.br/arte/fabiane-pereira-entrevista-babi-souza-babi-souza-jovem-jornalista-que-descobriu-o-poder-da-sororidade-e-do-feminismo-e-os-dividiu-com-todas-nos/>

Nesta figura, observamos que o locutor do *manifesto VJ* possui uma tendência discursiva a incluir-se numa coletividade. Compreendemos, então, que essas marcas expressivas de primeiras pessoas fazem com que esse locutor se coloque como um ser participante da causa que defende, inserindo-se completamente no grupo das *mulheres*. Assim, mesmo que esse locutor possua uma tendência a se autorreferenciar, também se coloca como parte integrante do grupo de *mulheres*, deixando emergir a imagem um ser que assume seu lugar de fala – representante de um coletivo.

Em outras palavras, podemos afirmar que o processo de apropriação da língua começa, em alguns casos, em um efeito máximo, a partir de *eu* e se encerra em *nós*, como representante de uma coletividade, nesse caso, das *mulheres*. Com relação à subjetividade, o locutor surge como se fosse um ser que passa da automenção, o que evidencia seu posicionamento a um *nós* inclusivo, ou seja, a um engajamento com o interlocutor ao se colocar junto com ele como

pertencente ao mesmo grupo, assumindo assim o seu lugar de fala, isto é, de um *porta-voz* do grupo das mulheres.

Tal postura apresenta, ainda, indícios que sinalizam a união entre as *mulheres*, a *sororidade*, e a importância dos movimentos feministas como forma de se manterem unidas numa sociedade tão ameaçadora e violenta. Com isso, revela-nos efeitos de um ser que se marca na materialidade linguística como uma espécie de irmandade ou solidariedade feminina. Quiçá, poderíamos supor que isso se dê pela própria vivência desse locutor que, como *mulher*, sentiu o medo da violência que outras *mulheres* também sentiram – efeito de fiador.

Essas marcas criam efeitos de sentidos de aproximação, já que o locutor, quando luta pela união entre as mulheres, sugere um *eu* que tende a se igualar ou se aproximar às mulheres, indicando-nos a imagem de um *porta-voz* do coletivo feminino. Esses efeitos nos revelam um possível perfil de *ethos* reivindicativo-agregador, uma vez que as marcas linguísticas de pronomes e verbos, nas primeiras pessoas do singular e do plural, sinalizam um sujeito enunciativo que valida sua subjetividade com seu próprio testemunho, referenciando-se a si mesmo, inserindo-se completamente na causa que defende – *a união entre as mulheres*.

Importante salientarmos que, com relação à subjetividade, observamos que o processo de apropriação da língua por ambos os locutores se dá como um ser que faz automenção, que evidencia seu posicionamento, a partir de um *eu*. Dessa maneira, ao fazer menção a si mesmo revela seu posicionamento sobre o assunto de uma forma pessoal, subjetiva, contextualizando o tema por meio da sua experiência de vida. Esse dado se faz relevante pelo fato de os locutores, no que se refere às primeiras pessoas, marcarem-se mais na pessoa *eu*. Ou seja, no *manifesto FC*, 80% casos existentes, relacionado à noção de *ser mulher*, foram empregados na primeira pessoa do singular, colocando-se como um ser integrante ao grupo *das mulheres*. No *manifesto VJ*, ainda que com pouca diferença, isto é, 52% das ocorrências foram na primeira pessoa do singular, demonstra que o locutor também tende a se marcar mais a partir de um *eu*.

As primeiras pessoas do plural também representaram grande diferença entre os *manifestos*. No *manifesto FC*, o emprego de *nós* representou apenas 20% do total (9 ocorrências) e, no *VJ*, como vimos, 48% das marcas se deram na primeira pessoa do plural (25 ocorrências). Já no que se refere às terceiras pessoas, percebemos que a diferença numérica é bem maior, tendo em vista que foram 140 ocorrências (76%) em *FC* contra apenas 43 (45%) em *VJ*. Essas informações contribuíram para que conseguíssemos esboçar uma imagem de si dos locutores. Poderíamos supor, então, que o locutor do *manifesto FC*, com o maior número de marcas nas terceiras pessoas, age como um ser que representa um *porta-voz* do coletivo social – *todas, todes e todos* – (*feminismo radical*). De maneira distinta, o locutor do *manifesto*

*VJ*, com maior emprego de primeira pessoa do plural, como um *porta-voz* do coletivo feminino – *Vamos juntas?* – (*feminismo liberal*).

Nesse patamar, compreendemos que os enunciados dos títulos dos *manifestos* já adiantam as tendências enunciativas, pois, no *manifesto FC*, *Feminismo em comum para todas, todes e todos*, em que se aborda várias perspectivas (*todas, todes e todos*), percebemos a presença da terceira pessoa. Com isso, revela efeitos de objetividade e a imagem que surge é de um locutor que atua como um avaliador. Já no *manifesto VJ*, cujo título é composto por uma pergunta retórica, *Vamos juntas?*, percebemos a presença da primeira pessoa do plural, *nós*, o que revela efeitos de subjetividade. Revela a imagem de um ser, portanto, que atua como um representante, ou seja, que se insere na causa que representa.

No que concerne principalmente aos pronomes, percebemos que embora a tendência numérica tenha um paralelo, há uma grande diferença entre as marcas dessa categoria. Os dados nos revelaram que, no *manifesto FC*, o emprego de pronomes é menos variado e menos equilibrado, ainda que em maior quantidade; enquanto que, no *manifesto VJ*, esse emprego é menos variado, mais equilibrado, porém, em menor quantidade. Essas informações nos sugerem, como mencionamos anteriormente, que se trata de uma característica discursiva-enunciativa do locutor de *FC* que acaba enfocando a questão estilística. O locutor de *VJ*, por sua vez, possui uma característica discursiva enunciativa que tende a manter maior linearidade e, talvez, por esse motivo, o emprego de pronomes é menor e mais equilibrado. Todos esses indícios nos revelaram efeitos de sentido que sugeriram algumas possibilidades sobre as imagens de si dos locutores. Desse modo, a fim de visualizarmos melhor esses efeitos e os respectivos perfis de *ethe* dos dois *manifestos de divulgação*, apresentamos, na sequência, um quadro representativo sobre os principais resultados obtidos neste capítulo.

Quadro 11 – Perfis de *ethe* dos dois *manifestos de divulgação*

<b>Manifesto</b>	<b>Marcas linguísticas</b>	<b>Efeitos de sentidos</b>	<b>Imagem de um ser</b>	<b><i>Ethos</i> discursivo</b>
<b><i>FC</i></b>	3ª pessoas – <i>Ela; Elas</i>	Afastamento / Objetividade	Autoridade analítica / Filosófico-político	Ambíguo
	1ª pessoa singular – <i>Eu</i>	Inclusão / Subjetividade	Autorreferência / Intimista	
	1ª pessoa plural – <i>Nós</i>	Inserção / Engajamento	Representante social / <i>Porta-voz</i>	
<b><i>VJ</i></b>	1ª pessoa plural – <i>Nós</i>	Irmandade / Sororidade	<i>Porta-voz</i> do coletivo feminino / Representante de um grupo	Revindicativo-agregador

Fonte: Elaborado pela autora

O quadro que representa os efeitos de sentido e os perfis de *ethe* dos dois locutores dos *manifestos de divulgação* é resultado da nossa análise quanti-qualitativa e nos mostra que a tendência enunciativa de uso dos mecanismos linguísticos, em especial, os pronomes e os verbos identificados na materialidade textual, pode contribuir na perfilação do *ethos*. Além disso, como sabemos, a construção de uma imagem de si está fortemente ligada à enunciação, pois, segundo Amossy (2005), essa imagem é construída cada vez que o locutor toma a palavra e enuncia. Desse modo, percebemos que há, no *manifesto FC*, determinadas variações entre o referente *mulheres* e as terceiras e primeiras pessoas, o que comprova os efeitos de objetividade-subjetividade, como já mencionamos. Com isso, cada vez que o locutor enuncia em primeira e terceira pessoa, o *ethos* tende a ser oscilante, isto é, instável, já que, em alguns momentos do texto ele se esboça como um ser próximo, engajado, pertencente ao grupo e, em outros momentos, afastado. Nesse último instante, o *ethos* se mostra distanciado das mulheres, como não pertencente a esse grupo que luta por direitos igualitários.

Compreendemos, portanto, que a maneira como o locutor desse *manifesto* se marca na materialidade linguística é que autoriza a construção de uma verdadeira imagem de si, dessa forma, como postula Maingueneau (1984), a noção de *ethos* liga-se ao locutor e a sua legitimidade pelo discurso. Ao marcar-se na primeira pessoa, a imagem do locutor do *manifesto*

*FC* emerge como um ser que se integra ao grupo, que se insere na luta, criando efeitos de engajamento político e inclusão. Com isso, temos um *ethos* que tende a ser engajado com o grupo das mulheres, fazendo parte dele, enxergando-se como parte constituinte dessa coletividade ou, em outras palavras, como um ser que assume a sua vivência. Esse aspecto se dá a partir do *eu* – efeito máximo de subjetividade – ou do *nós* inclusivo e, ao mesmo tempo, dogmático, convicto de seu ponto de vista.

Entretanto, ainda que com a presença de um movimento linguístico, a subjetividade se faça presente em determinados momentos, é pela marca de objetividade, ou seja, de terceira pessoa, que o locutor desse *manifesto* se destaca. O intrigante é que com este tom objetivo, o locutor, revela efeitos contrários ao que se propõe a fazer por meio de seu *manifesto de divulgação*, ou seja, o propósito é defender (e difundir) a causa de *todas, todes e todos*, mas, por meio dos mecanismos linguísticos que adota, prova não estar plenamente inserido na causa que defende. Assim, a imagem de si é construída como um ser experiente, mas de forte tendência filosófico-político que, por *ser mulher*, reivindica um lugar para si na causa que defende, porém, não se insere neste instante discursivo, mantendo-se distanciado, sendo apenas um ser que representa a voz de indignação de outras mulheres.

De maneira totalmente oposta, o *manifesto VJ* mantém uma linearidade discursiva, marcando-se majoritariamente nas primeiras pessoas do singular e do plural, revelando-nos efeitos de sentido de um ser pertencente ao grupo das mulheres, como se fosse um *porta-voz* dessa coletividade. Como já abordado, o *ethos* é “um sujeito construído pelo discurso” Fiorin (2008, p. 139) e, desse modo, está crucialmente ligado ao ato de enunciação. Ao enunciar, isto é, apropriar-se da língua por um ato individual de utilização, o locutor se marca por meio de mecanismos linguísticos, em especial pronomes e verbos, que revela a subjetividade desse locutor. Dessa forma, o *ethos* se mostra como partícipe, engajado, que pertence ao grupo das *mulheres*. Essa tendência fica evidente quando o locutor, ao tornar-se sujeito discursivo, simula uma estratégia de autorreferência, fazendo menção a si mesmo, revelando seu posicionamento sobre a noção de *ser mulher* de uma forma pessoal, subjetiva, que é contextualizada por meio da sua experiência de vida.

Em vários momentos do texto, esse *ethos* se revela como uma irmandade, que luta pela causa das mulheres e se insere totalmente nesse grupo. Nesse patamar, o processo de apropriação se dá a partir do *nós* inclusivo, ou seja, que faz parte da coletividade do grupo de *mulheres*, fazendo emergir a imagem de um locutor engajado com o interlocutor. Emerge, então, a imagem de um locutor que, mesmo que possua uma tendência a fazer referência a si mesmo, indica-nos um efeito de representatividade, de um ser que se coloca como parte

integrante do grupo de *mulheres*, trabalhando em prol da causa que defende, isto é, a importância do movimento feminino como forma de manterem-se unidas numa sociedade tão violenta, machista e patriarcal. Assim, o *ethos* se revela com uma tendência reivindicativo-agregador – ou, um *ethos feminista liberal* – em que o locutor se marca na materialidade linguística, como já apontamos anteriormente, como uma espécie de *porta-voz* do pensamento coletivo das *mulheres*, reivindicando uma fraternidade e união entre elas. Dessa maneira, a imagem do locutor emerge como se fosse um ser que exerce o propósito principal do *gênero manifesto de divulgação*, nosso *corpus* de pesquisa, difundindo as ideias feministas, mostrando-se como um ser pertencente a esse grupo, almejando a concreta irmandade entre as mulheres.

Cabe esclarecermos que não podemos ignorar o fato de que o leitor, ao ter acesso aos *manifestos*, constrói uma representação do *ethos* do locutor, antes mesmo que ele enuncie. É o que Amossy (2005) chama de *ethos prévio*, ou seja, quando o interlocutor dispõe de representações prévias do *ethos* do locutor. Nesse ínterim, compreendemos que os sentidos liberados no discurso, cujas ideias remetem à noção de *ser mulher*, adepta às causas do feminismo, podem influenciar determinado perfil de *ethos*. Entretanto, por meio da análise realizada, observamos que, especificamente no *manifesto FC*, o *ethos* prévio não coincide com o discursivo, uma vez que, geralmente se tem a ideia de que um ser que se assume feminista (*ethos* dito) é, verdadeiramente, feminista. Mas, com base nos dados qualitativos aqui apresentados, observamos que a imagem desse locutor pode ser ambígua ou, até mesmo, distinta, tendo em vista que, mesmo “defendendo” as causas feministas e das *mulheres*, prevalece em seu discurso a imagem de um ser que tende a se afastar da causa que advoga.

A partir dessas informações, verificamos que uma análise enunciativa pautada no paradigma indiciário é relevante para que possamos esboçar um perfil de *ethos* discursivo. Ao considerarmos os indícios e as pistas que, em um primeiro momento pareciam irrelevantes, ou seja, os mecanismos linguísticos empregados na enunciação e recuperáveis por meio da análise das marcas deixadas no enunciado, conseguimos traçar a imagem discursiva dos locutores dos *manifestos de divulgação*, *corpus* de nossa pesquisa.

No capítulo seguinte, nas considerações finais desta pesquisa, trazemos nossas últimas reflexões sobre o discurso feminista e a imagem dos locutores dos *manifestos FC* e *VJ*.



## 7 AS REFLEXÕES SOBRE O DISCURSO FEMINISTA E A POSTURA ENUNCIATIVA DE MULHERES

Esta dissertação objetivou esboçar um perfil de *ethos* que emerge de um discurso feminista, em dois *manifestos de divulgação*, a partir do emprego de pronomes e verbos que auxiliam a articulação da noção de *ser mulher*. Para isso, fundamentamo-nos na Linguística da Enunciação, por compreendermos que tal vertente permite um melhor entendimento acerca da imagem do sujeito, o *ethos*, esboçado por meio de mecanismos linguísticos empregados na enunciação e recuperáveis a partir da análise das marcas deixadas no enunciado, seu produto. Nesse sentido, tivemos como hipótese que o *ethos* discursivo poderia ser esboçado, entre outros elementos, pelo emprego de pronomes e verbos que, na materialidade textual, estavam relacionados com a noção de *ser mulher* e serviram como guia ou articuladores para outros elementos linguísticos.

Nosso principal referencial teórico foi Émile Benveniste (1989; 1995), com sua Teoria Enunciativa e, para o esboço do *ethos* discursivo, apoiamo-nos nas concepções de Amossy (2005) e Maingueneau (2015). Metodologicamente, analisamos dois *manifestos de divulgação* que discorrem sobre concepções feministas: *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*, de Márcia Tiburi e, *Vamos juntas? O guia da sororidade para todas*, de Babi Souza. Para isso, reiteramos a pertinência do método do paradigma indiciário (GINZBURG, 1989), tendo em vista que ele nos dá um olhar microscópico do modo de dizer e de representar. Assim, a partir dos detalhes presentes na materialidade linguística, que podem ser em um primeiro momento imperceptíveis, conseguimos traçar a imagem discursiva dos locutores dos *manifestos* que compõem o *corpus* desta pesquisa.

Destacamos, ainda, a pertinência da *transversalidade enunciativa*, método analítico proposto por Flores (2010), a partir dos postulados benvenistianos de análise intralinguística e translinguística. Considerando que tal proposta busca estudar a língua em todos os níveis, a partir de qualquer fenômeno linguístico, acreditamos que conseguimos contribuir com a transversalidade, quando, na busca por compreender a constituição do *ethos*, refletimos sobre os efeitos de sentido decorrentes do emprego de pronomes e verbos que não estão em um único nível linguístico. Dessa maneira, tendo em vista os efeitos de sentido que emergem do emprego dessas classes por um sujeito que se apropria da língua e a coloca em funcionamento, entendemos que estamos fazendo Linguística da Enunciação.

Salientamos, também, a importância desta pesquisa no que se refere ao estudo do *ethos* desde uma perspectiva da LE. O esboço da imagem discursiva do locutor do texto se deu a partir das marcas do sujeito no enunciado que emergem na materialidade linguística. Desta

forma, trouxemos essa noção em função do sujeito que se marca na materialidade por meio de determinados mecanismos linguísticos, em especial os pronomes e os verbos, que auxiliaram a articulação da noção de *ser mulher* e colaboraram na construção de uma imagem de si, o *ethos* discursivo.

Além disso, a relação do *ethos* com a figura das mulheres foi fundamental, nesta pesquisa, já que, por meio da análise linguística de determinados mecanismos, esboçamos um perfil de *ethos* emergente de um discurso feminista, em cada um dos *manifestos de divulgação*. E, para que pudéssemos compreender melhor sobre o universo feminista, assim como algumas terminologias que foram fundamentais, nesta dissertação, realizamos um percurso histórico sobre o *feminismo* e suas vertentes. Esse caminho nos possibilitou realizar algumas distinções sobre o que é *ser mulher*, *feminina*, *feminista* e o próprio *feminismo*.

Com base nessas noções, compreendemos que o quanto *ser mulher* é um processo que foi sendo ressignificado por meio da luta, da união e da (re)colocação do lugar da *mulher* dentro da sociedade. Portanto, como se tratam de dois locutores que, ao nosso entendimento, se marcam linguisticamente por meio de suas próprias vivências, buscamos compreender como se deu essa marca, especificamente, nas situações em que abordam a noção de *ser mulher*. Tal análise nos permitiu, então, o esboço da imagem discursiva desses sujeitos, ou seja, o perfil do *ethos* que emerge de um discurso feminista, comprovando, também, que a LE contribui nos questionamentos em que estão presentes a natureza humana e suas confrontações sociais.

No que se refere às etapas de desenvolvimento da pesquisa, pontuamos que elas contemplaram três momentos: primeiramente, realizamos a identificação de cada ocorrência de pronomes pessoais do caso reto e verbos, na primeira e terceira pessoas do singular e do plural, relacionados à noção de *ser mulher*, nos dois *manifestos de divulgação*. Para isso, referenciamos na Gramática Normativa, de Cunha e Cintra (2008) e na Gramática de Usos, de Moura Neves (2011), as quais foram abordados na seção 3.1, deste trabalho; em um segundo momento, de cunho qualitativo, analisamos os dados provenientes da categoria de descrição, ou seja, observamos como o locutor se marca na materialidade textual e os efeitos de sentido decorrentes do emprego de pronomes e verbos, nas primeiras e terceiras pessoas do singular que emergem da materialidade linguística e; por último, na terceira categoria metodológica, interpretamos os dados, buscando esboçar o perfil de *ethos* que emerge de um discurso feminista de divulgação.

Depois de analisarmos todas as sequências enunciativas, selecionamos seis mais representativas de cada um dos *manifestos* para realizarmos a análise. Importante salientarmos que, ainda que nosso objetivo maior fosse analisar os pronomes e os verbos que fazem referência à noção de *ser mulher*, não desconsideramos outros mecanismos linguísticos que nos

auxiliaram no esboço de um perfil de *ethos* discursivo. Desse modo, analisamos, também, os pronomes possessivos e os oblíquos, os índices de ostensão, as perguntas retóricas, as aspas e outros elementos mais evidentes, nas sequências, que coadjuvaram neste processo de representação do *ethos*. Com isso, foi possível verificarmos em que medida as ocorrências linguísticas eram relevantes no que diz respeito à produção de sentidos, principalmente na identificação do *ethos* discursivo que emerge dos enunciados.

Com intuito de organizarmos os resultados obtidos, apresentamos os dados quantitativos por meio de quadros, os quais demonstraram o emprego de pronomes e verbos, nas primeiras e terceiras pessoas, relacionados à noção de *ser mulher*. Em seguida, aplicamos esses resultados em gráficos, para que pudéssemos ter maior visibilidade do emprego dessas classes. Assim, a partir desses resultados, foi possível realizarmos a etapa de análise dos dados, na qual buscamos os efeitos de sentido produzidos por esses mecanismos linguísticos.

Na segunda etapa da nossa pesquisa, de teor qualitativo, mostramos como os pronomes e os verbos foram empregados nos dois *manifestos de divulgação*. Dessa forma, iniciamos exibindo as seis sequências enunciativas extraídas do *manifesto FC*, com os respectivos comentários analíticos para, em seguida, apresentarmos as do *manifesto VJ*. Em seguida, apontamos uma síntese analítica dos *manifestos de divulgação* e, por último, a constituição do *ethos* discursivo.

A partir dos dados elencados, foi possível compreendermos que os locutores dos *manifestos de divulgação*, ao abordar a noção de *ser mulher*, marcam-se de maneira um tanto distinta. Enquanto o locutor do *manifesto VJ* mantém uma linearidade discursiva, cujas marcas de primeiras pessoas são mais sobressalientes, o locutor do *manifesto FC* apresenta um posicionamento ambíguo, transitando entre as marcas de primeiras e terceiras pessoas. Essa postura nos deixou confusas em alguns momentos, fazendo com que as interpretações analíticas demandassem mais do que esperávamos, no início de nosso estudo.

Porém, ao atentarmos para os mecanismos linguísticos que foram empregados na enunciação e recuperáveis por meio da análise das marcas deixadas no enunciado, compreendemos que, no *manifesto FC*, há um movimento linguístico do locutor, o que nos indica um ser que aborda a questão de *ser mulher* de duas maneiras: por meio de sua vivência como *mulher*, e, também, por meio de sua perspectiva como representante social. Esse movimento de aproximação e afastamento nos revela, como postula Benveniste ([1966] 1995), efeitos de subjetividade e objetividade, respectivamente.

Nesse sentido, ao oscilar sua marca linguística, ora subjetiva, ora objetiva, com forte predomínio dessa última, concluímos que a imagem desse locutor é de um ser que apresenta

uma ambiguidade enunciativa, assumindo dois possíveis lugares de fala – como *mulher* e como analista. Nessa dinâmica pendular, marca-se predominantemente nas terceiras pessoas, revelando efeitos de afastamento, deixando emergir a imagem de um ser autoritário, filosófico-político, que toma a palavra como um analista e não se insere na causa que advoga. Contudo, ao marcar-se por meio da primeira pessoa do singular, abordando fatos de sua própria vivência, denota um ser que se inclui no coletivo das *mulheres*, revelando efeitos de sentido intimista. E, completando esse jogo de exclusão-inclusão, marca-se por meio da primeira pessoa do plural, inserindo-se no grupo, dando indícios de um ser que age como um *porta-voz* ou um representante de um coletivo.

Todos esses efeitos de sentido, os quais revelaram uma ambiguidade enunciativa do locutor, nos indicaram um perfil de *ethos* ambíguo. Entendemos que, possivelmente, essa tendência ambígua seja resultado de suas dúvidas e ressignificações no que se refere à noção de *ser mulher*, pois, como vimos, o locutor do *manifesto FC* sugere indícios de *ser feminista* antes de *ser mulher*, ou seja, sua reconciliação foi com o signo *mulher* e não com os sentidos – cheios de significações – da expressão *ser mulher*.

Com relação ao outro *manifesto* que compõe o *corpus* de nossa pesquisa, o *VJ*, observamos que, de maneira distinta do *manifesto FC*, mantém uma postura discursiva-enunciativa mais linear, com predomínio de marcas nas primeiras pessoas do singular e do plural. Essa conduta nos revela indícios de um ser que tende a se autorreferenciar, mas, também, colocar-se como pertencente ao grupo das *mulheres*, agindo como um *porta-voz* dessa coletividade. Emerge, então, a imagem de um locutor que trabalha em prol da causa defendida, ou seja, da importância do movimento feminino como forma das *mulheres* se manterem unidas nessa sociedade violenta e patriarcal.

Com efeitos de sentido que revelam a busca pela verdadeira união entre as *mulheres* – a sororidade –, o *ethos* tende a ser reivindicativo-agregador. Assim, as marcas linguísticas de pronomes e verbos, nas primeiras pessoas do singular e do plural, sinalizam um sujeito enunciativo que atua representativamente, assumindo seu lugar de fala como um representante do grupo das *mulheres*.

A análise desses dois *manifestos* nos rendeu muitas reflexões acerca do discurso feminista e contribuiu para que valorizássemos o conhecimento enunciativo e discursivo no momento de empreender uma análise linguística, principalmente, em um contexto repleto de opiniões distintas, fundadas em percepções subjetivas, em especial, quando nos referimos ao universo feminista. Observamos que os dois *manifestos de divulgação*, ainda que tenham como objetivo difundir as noções feministas, contam com dois locutores que se marcam, linguística

e enunciativamente de formas bastante distintas. Enquanto o locutor do *manifesto FC* assume seu lugar de fala priorizando sua imagem de analista, filósofo-político e representante social, o outro, do *manifesto VJ*, reconhece-se como um *porta-voz* do coletivo das mulheres. Cabe pontuarmos que fica evidente que, diferentemente do locutor de *FC*, seu lugar de fala é de representante apenas *das mulheres*, sem espaço para os outros gêneros.

Desse modo, ao observarmos analiticamente os *manifestos de divulgação*, defendemos que a perspectiva enunciativa-discursiva em estudo sobre o *ethos*, no contexto linguístico, permite vislumbrar como se dá uma das facetas do discurso feminista, o direito que cabe às mulheres de enunciar e assumir seu lugar de fala. Portanto, reivindicar esse direito não é apenas uma questão ideológica, mas também se converte em um (re)nascimento simbólico, pois, no caso da perspectiva feminista:

O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher [...]. Com isso, pretende-se também refutar uma pretensa universalidade. Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva (RIBEIRO, 2017, p.69).

Com isso, compreendemos que os locutores dos *manifestos de divulgação* que compõem o *corpus* dessa pesquisa, mais do que promover as concepções feministas, buscam reivindicar esse lugar, identificar e apoiar a multiplicidade de vozes que representam sujeitos discursivo-sociais que precisam explicitar ativamente suas existências e seus direitos em um contexto marcado pelo domínio do patriarcado. Nesse sentido, o título dos *manifestos* — *Feminismo em comum: para todas, todes e todos (FC)* e *Vamos juntas? o guia da sororidade para todas (VJ)* — tornam-se representativos por expressarem essa multiplicidade de lugares de fala que, infelizmente, ainda sofrem para ter sua legitimidade reconhecida.

Evidenciamos, também, a importância de um estudo enunciativo, haja vista que as noções da LE nos permitiram um melhor entendimento acerca da imagem de um sujeito, o *ethos* discursivo. Por meio do paradigma indiciário e da transversalidade enunciativa, observamos os mecanismos linguísticos empregados na enunciação e recuperáveis por meio da análise das marcas deixadas no enunciado. Nesse patamar, entendemos que a relação entre a *Enunciação* e o *feminismo* contribuíram para que conseguíssemos alcançar nosso objetivo principal, ou seja, o esboço de um perfil de *ethos* que emerge de um discurso feminista nos dois *manifestos de divulgação*. Dessarte, esperamos poder colaborar com trabalhos futuros na área e,

principalmente, ampliarmos nossas reflexões acerca do discurso da mulher e do seu lugar de fala na sociedade em que vivemos. Além disso, pretendemos (re)descobrir as potencialidades da teoria enunciativa em espaços discursivo, os quais, tradicionalmente são trabalhados apenas a partir de um viés histórico-social-ideológico, mas que, como vimos, podem e devem ser abordados desde os princípios enunciativos.

Ao chegarmos ao final de nosso percurso analítico-reflexivo, compreendemos que muitas questões surgiram como possíveis reflexões para um próximo trabalho e, em vista disso, pretendemos dar continuidade aos estudos feministas, na perspectiva enunciativa, a fim de enriquecermos as análises na área enunciativa-discursiva. Temos consciência de que muitos questionamentos ainda necessitam de maiores estudos e reflexões para que possamos dar seguimento e contribuir significativamente para uma visão linguística, ideológica, psicanalítica e social do movimento. Portanto, pretendemos ampliar nossas noções teóricas, analíticas e, em especial, feministas, já que, ao iniciarmos nossos estudos, não tínhamos noção da amplitude desse universo e das inúmeras possibilidades reflexivas que os estudos enunciativos-discursivos-feministas nos sugerem.

## REFERÊNCIAS

- AMOSSY, R. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, R. (Org.) **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.
- \_\_\_\_\_. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, jun./nov. 2011a.
- ARISTÓTELES. Retórica**. Tradução Edson Bini. – São Paulo: EDIPRO, 2011.
- AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a Transparência e a Opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso**. In: DRLAV (Documentation et Recherche en Linguistique Allemande-Vincennes), n.26, Paris, 1982.
- BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012.
- BEAUVOIR, S. [1949]. **Segundo sexo – fatos e mitos**; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.
- BENVENISTE, E. (1966): **Problemas de linguística geral I**. Trad. de Maria da Glória Novak e Maria Neri e revisão do prof. Isaac Nicolau Salum – 4º ed. – Campinas, SP: Pontes, 1995.
- \_\_\_\_\_. (1974): **Problemas de linguística geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães et al.; revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. – Campinas, SP: Pontes, 1989.
- BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.) **O corpo educado – Pedagogias da Sexualidade**. Porto Alegre: Editora Autêntica, 2010, p.152-172.
- COSTA, S. G. Movimentos feministas, feminismos. **Estudos feministas**. Florianópolis, 12 (N.E.): 264, setembro-dezembro/2004.
- CREMONESE, L. E. **Bases epistemológicas para a elaboração de um dicionário de linguística da enunciação**. 2007. 179 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santa Maria, 2007.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- DUCROT, O., 1984. **O dizer e o dito**. Paris: Minuit.
- FERNANDES, I. C. S. **Los marcadores discursivos en la argumentación escrita: estudio comparado en el español de España y en el Portugués de Brasil**. 2005. 735 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Salamanca, Salamanca, 2005. (Coleção Vitor).

FIORIN, J. L. **Em busca do sentido**: estudos discursivos. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. – 3. ed. – São Paulo: Editora Contexto, 2016.

FLORES, V. N. **Introdução à Teoria Enunciativa de Benveniste**. – 1. Ed. – São Paulo: Parábola, 2013.

\_\_\_\_\_. A enunciação e os níveis de análise linguística. In: SITED – SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TEXTO, ENUNCIÇÃO E DISCURSO. 2010, Porto Alegre. **Anais do Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010. p. 396-402.

IZQUIERDO, M. J. **Bases materiais del sistema sexo/gênero**. São Paulo: SOF, 1990.

FLORES, V. N. [et al.]. **Dicionário de Linguística da Enunciação**. – São Paulo: Contexto, 2017.

\_\_\_\_\_. [et al.]. **Enunciação e gramática**. São Paulo: Contexto, 2013.

\_\_\_\_\_; TEIXEIRA, M. **Introdução à Linguística da Enunciação**. 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.

GAMBA, S. Feminismo: historia y corrientes. In: **Diccionario de estudios de Género y Feminismos**. Editorial Biblos, 2008.

GINZBURG, C. – **Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história**. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HAWKESWORTH, M. **A semiótica de um enterro prematuro**: o feminismo em uma era pós-feminista. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 737-763, Dec. 2006. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000300010/7>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

HEIBORN, M. L. **Gênero**: um olhar estruturalista. In: Pedro, J. M.; Grossi, M. P. *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

HOLLANDA, H. B. **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade / Heloisa Buarque de Hollanda – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2010.

LESSA, P. **A fabricação dos tecno-bio-corpos e a produção do sexismo na linguagem**. Relatório final de pós-doutorado. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2011.

MACEDO, A. G. **Pós-feminismo**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 813-817, Dec. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pi\\_d=S0104-026X2006000300013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi_d=S0104-026X2006000300013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14 nov. 2018.



MAINGUENEAU, D. **Genèses du discours** (Liège: Mardaga), 1984.

\_\_\_\_\_. A propósito do *ethos*. In: Ana Raquel Motta; Luciana Salgado (Orgs.). **Ethos Discursivo**. – 2. ed., 1º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.) **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. **Elementos de Linguística para o texto literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gênero e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MCROBBIE, A. **The aftermath of feminism: gender, culture and social change**. London: Sage, 2009.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=lnd8>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

MIGUEL, A. de. Los feminismos. In: AMORÓS, C. (Org.). **Diez palabras sobre mujer**. Pamplona: Verbo Divino, 2000.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (Org.). **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013.

MOURA NEVES, M. H. **Gramática de usos do português**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

NICHOLSON, L. **Interpretando o gênero**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2000.  
PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da Argumentação: A Nova Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

PERROT, M. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e História. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. Disponível em: [http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia\\_feminista.pdf](http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf). Acesso em: 25 out. 2018, p. 1-17.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 112 páginas, 2017. (Coleção: Feminismos Plurais)

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAUSSURE, F. [1916]. **Curso de Linguística Geral**. 26. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCOTT, J. W. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1992, p.63-96.

\_\_\_\_\_. **Gender and the politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988.

SOARES, V. **Movimento feminista** – paradigmas e desafios. Revista Estudos Feministas, número especial, outubro de 1994, p. 11-24.

SOUZA, B. **Vamos juntas?** – O guia da sororidade para todas / Babi Souza. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Galeria Record, 2016.

TIBURI, M. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos / Marcia Tiburi. – 4<sup>a</sup> ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

\_\_\_\_\_. **Educação e Sociedade**: Perspectivas Educacionais no século XXI. Organizadoras: Rita Gonçalves, Lia Viero, Elisabeth Medeiros, Maria Joaneete Silveira. Santa Maria: Unifra, 2006.

TOLDO, C. **O que significa pensar o trabalho de texto em sala de aula a partir de uma concepção enunciativa de língua?**. In.: Cadernos de Pesquisas em Linguística. Porto Alegre: PUCRS, 2012.

TRISTAN, Flora. 1842. **L'Union Ouvrière**. 2e édition. Paris: chez tous les libraires. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k81522j/f1.table>. Acesso em: 30 jun 2018.

WINNICOTT, D. W. (2005). Sobre os elementos femininos e masculinos ex-cindidos. In D. W. Winnicott, **Explorações psicanalíticas** (pp. 133-143). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1966.)

WOOLF, V. **Um teto todo seu**. Trad. Vera Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.